



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS**

**O PARADOXO DA PROCURA POR CURSO SUPERIOR NA  
RMS NOS ANOS 1990**

Salvador  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS**

**O PARADOXO DA PROCURA POR CURSO SUPERIOR NA  
RMS NOS ANOS 1990**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Salvador  
2007

---

Santos, Thiago Chagas Silva  
S237 O paradoxo da procura por curso superior na RMS nos anos 1990 / Thiago  
Chagas Silva Santos. – Salvador, 2008.

116 f.

Orientadora: Profa. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mercado de Trabalho - Bahia. 2. Educação. 3. Ideologia.  
I. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. II. Carvalho, Inaiá Maria Moreira de. III. Título.

CDD – 331.120981

---

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS**

## **O PARADOXO DA PROCURA POR CURSO SUPERIOR NA RMS NOS ANOS 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, e aprovada em 12 de Dezembro de 2007, pela seguinte banca examinadora:

.....  
Inaiá Maria Moreira de Carvalho  
Doutora em Sociologia, USP.

.....  
Iracema Guimarães Brandão  
Doutora em Sociologia, USP.

.....  
Nelson de Oliveira dos Santos  
Doutor em Economia, UNICAMP.

Salvador, 12 dezembro de 2007.

Aos meus pais, Nena e Regi, companheiros desta jornada.

## AGRADECIMENTOS

À Professora Inaiá, que se prontificou a ajudar-me ainda na fase de construção do projeto de mestrado, mas principalmente pelo tratamento dispensado durante a orientação, sempre marcado pelo respeito e incentivo para que eu desenvolvesse minhas idéias livremente. Obrigado pela orientação, cuja expressão se encontra no rumo do estudo tomou.

Ao Professor e amigo, Nelson Oliveira, presente na minha vida acadêmica muito antes deste trabalho e, sem dúvida, fonte de ensinamento e inspiração, por nos abrir a possibilidade de agir pelas vias de maior resistência, sonhando com um mundo melhor, mas sem se iludir. Minha satisfação pelas conversas, eterna orientação e sincera avaliação deste trabalho.

Ao Professor Antônio Câmara, pelo incentivo e discussões em torno da dissertação, que ajudaram a fortalecer argumentos muitas vezes esquecidos no túmulo em que enterraram o marxismo.

Aos professores Clóvis Caribé e Edson Farias, partícipes desse processo, com os quais tive a oportunidade de estabelecer bons diálogos. À Professora Graça Druck, com quem tive o primeiro contato com o curso de pós-graduação em Ciências Sociais, ainda como aluno especial, pela atenção inicial e posteriormente pela gentileza em abrir o espaço de sua aula para que eu pudesse desenvolver minhas atividades de tirocínio docente.

À bibliotecária Ana, pela benevolência com o empréstimo dos livros e pelo incentivo. À Dora, Seu Reinaldo e Daniela, pela disposição em resolver as querelas burocráticas.

A Beatriz, participe dos momentos finais da dissertação, pela leitura cuidadosa e discussões em torno do trabalho. A Iara Icó, que para além de disponibilizar o espaço de sua aula para que eu pudesse aplicar o questionário de campo, foi fundamental na formatação final do trabalho. A Luciana Mendes, pela ajuda indispensável na construção do abstract; e a Fábio Guedes e Mônica Mattos, que também acompanharam esse processo em todos os momentos e disponibilizaram o espaço de suas aulas para a pesquisa de campo.

Ao amigo e companheiro Alex Bruno, pelo incentivo, pelas críticas e pelas discussões, que de alguma forma o tornam presente neste trabalho.

Aos meus familiares, representados nas figuras de Naná (in memorian), Cota, Nita, Nezinho (in memorian) e João, que, de alguma forma, mesmo distantes, serão sempre fonte de inspiração e força para continuar trabalhando, mesmo que com o lápis, por uma vida mais digna e justa para todos aqueles que a ganham através da venda de suas capacidades físicas e intelectuais.

“O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar,  
isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o  
possuidor do próprio dinheiro.  
Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*,  
que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao  
homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os  
*vínculos*?  
Ele é a verdadeira *moeda divisionária*, bem como o  
verdadeiro *meio de união*, a força *galvano-química* da  
sociedade.  
Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em  
ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em  
virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a  
estupidez em entendimento, o entendimento em  
estupidez”.

(Marx, 2004, p. 159-160)



## RESUMO

Este trabalho se propôs a estudar quais os fatores que levaram à procura por cursos de nível superior na Região Metropolitana de Salvador, nos anos 1990, num contexto de recessão, desemprego e queda nos rendimentos para toda a classe trabalhadora. Contudo, não poderíamos dar conta disto sem antes entender a crise estrutural do capital, a partir dos anos 1970, e os seus efeitos sobre a relação entre Estado e sociedade nos diversos espaços nacionais. A crise de valorização, o esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção, a retração do consumo, o desemprego estrutural, a hipertrofia da esfera financeira frente aos capitais produtivos e a concentração de capitais acelerada pelos processos de fusões e aquisições levou os capitais privados a defenderem a retração dos gastos públicos e a transferência de algumas atividades estatais para a esfera privada como mecanismo de saída da crise. O Brasil, envolvido no seu processo de redemocratização e com os tropeços de sua economia, em desajuste pela crise da dívida externa, recorrerá aos acordos com os organismos multilaterais, em busca de novos mecanismos de inserção no processo de internacionalização do capital. A assinatura de acordos implicará em redução do gasto público, privatização dos ativos do Estado, desregulamentação das leis trabalhistas e abertura comercial, o que, ao final da década, desencadeará um processo recessivo. Para as políticas públicas a orientação seria de focalizar as ações nos mais necessitados e deixar os demais ao sabor do mercado. Nesse contexto, expande-se o ensino superior, e não por acaso, pela via privada. Esta situação se verifica também em nível regional. Há uma clara ampliação da oferta de vagas e do número de matrículas, não deixando dúvidas quanto à expansão. Até mesmo o número de trabalhadores cursando nível superior cresce sensivelmente. Diante deste quadro social, a questão que colocamos é: Qual a natureza dessa procura por cursos superiores, mesmo num contexto de desemprego e queda nos rendimentos também para os trabalhadores de nível superior?

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Educação Superior; Ideologia.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to study which factors led to the demand for higher education courses in the Metropolitan Region of Salvador – RMS in the 1990s, in a context of recession, unemployment and fall in income for the entire working class. However, we could not understand this without understanding the structural crisis of the capital, since the 1970s, and its effects on the relationship between the State and society in the various national settings. The valorization crisis, the exhaustion of the taylorist/fordist models of that felt, a retraction of the consumption, structural unemployment, hypertrophy of the financial sphere, accelerated wealth concentration due to mergers and acquisitions, contributed to greater pressure by the capital to the retraction of public spending and to the transfer of some State activities to the private sector how mechanism going out the crisis. Brazil, involved with the democratization process and with some slips in its economy, due to the external debt crisis, will run to international agreements with multilateral agencies in the search of new mechanisms of insertion in the internationalization of the capital. The signing of agreements will lead to reduction of public spending, privatization of state assets, deregulation of labor laws and to the opening of the market, which, at the end of the decade, will trigger a recessive process. To the public policies, the orientation would be to focus the measures on the neediest and leave the rest for the market. In this context, there was an expansion of the higher education, and not by accident, in the private sector. This is also true for the regional level. There is an apparent expansion of the number of vacancies and registrations, leaving no doubt over the expansion. There is also an increase of the number of workers registered in the higher education. In this social context, the question we stand is: What is the nature of the demand for higher education, even in a context of unemployment and fall in income even for workers who already have a higher education?

**Keywords:** Labor market; Higher Education; Ideology.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Características do crescimento em países capitalistas avançados (1820-1979).	17
Tabela 2	Taxas médias de crescimento dos países capitalistas avançados (1950-1985).	26
Tabela 3	Transferência da seguridade social e gastos correntes governamentais como percentagem do PIB na CEE e OCDE (1960-1979).	29
Tabela 4	Evolução mundial da estrutura ocupacional (1950-1980).	39
Tabela 5	Taxa de desemprego e número de desempregados na CEE e OCDE (1973-1989)	40
Tabela 6	Número de desempregados e Taxa de desemprego no Brasil. (1989-1999).	50
Tabela 7	Composição da ocupação não agrícola segundo posição na ocupação no Brasil (1989-1999).	59
Tabela 8	PIA, PEA, taxa globais de participação e taxas de desemprego total. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004).	72
Tabela 9	Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004).	73
Tabela 10	Rendimento real médio dos ocupados por grau de instrução. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004).	74
Tabela 11	Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004).	75
Tabela 12	Distribuição dos ocupados segundo categoria ocupacional. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004).	75
Tabela 13	Registro em carteira e rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004).	76
Tabela 14 –	Número de instituições de ensino superior, número de alunos e número de professores. Brasil (1985-2001).	84
Tabela 15	Número de matrículas no ensino superior. Bahia (1981-2000).	87

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>OS ARRANJOS SÓCIO-POLÍTICOS DO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b>	<b>13</b>
2.1	O AJUSTE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A REMODELAÇÃO DA RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE	23
<b>3</b>	<b>INSERÇÃO INTERNACIONAL, AJUSTES E REFORMAS NO BRASIL DOS ANOS 1990</b>	<b>50</b>
<b>4.</b>	<b>AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA CLASSE TRABALHADORA DA RMS NA DÉCADA DE 1990</b>	<b>65</b>
<b>5</b>	<b>O PARADOXO DA PROCURA POR CURSO SUPERIOR NA RMS NOS ANOS 1990</b>	<b>78</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de um trabalho desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais, na área da Sociologia, fruto de discussões travadas tanto durante os cursos regulares, quanto em diálogos com professores e colegas.

De fato, até chegar a esta delimitação do objeto, muitas idas e vindas foram feitas, o que sem dúvida contribuiu para adquirir segurança em torno do tema e do objeto a ser estudado, bem como do eixo de análise.

A estratégia que adotamos para dar concretude a tal projeto foi começar por uma revisão bibliográfica, respaldada pela utilização de dados secundários que dessem visibilidade aos nossos argumentos, tentando dar conta das principais visões acerca das mudanças na contemporaneidade. Repetimos este mesmo procedimento em âmbito nacional, fazendo, também, uso de dados secundários. No capítulo final, para além de uma revisão bibliográfica e da utilização de um vasto material de dados secundários, investimos na construção de uma pesquisa de campo, coletando dados primários a partir de entrevistas diretas, o que se mostrou fundamental para a análise.

O nosso trabalho tem como objetivo discutir a natureza da ampliação da procura por cursos de nível superior na Região Metropolitana de Salvador, nos anos 1990, mesmo num contexto em que o profissional graduado sofre com a precarização (queda dos salários, informalidade, desemprego) das condições de trabalho. Dar conta desta expansão da procura por cursos superiores requer que antes analisemos o contexto em que essa expansão acontece e quais as forças que contribuem para tanto.

Primeiramente, no capítulo 2, optamos por reconstituir o contexto internacional em que emerge a política pública como um arranjo sociopolítico, nomeadamente o pós Segunda Guerra.

A crise, expressa na queda das taxas de lucro e no desemprego, resultado da intensificação da concorrência internacional, do esgotamento dos mercados internos, da hipertrofia da esfera financeira frente aos capitais produtivos e de uma maior concentração de capitais acelerada pelos processos de fusões e aquisições, impôs uma reorganização tanto do capital como do seu sistema ideológico e político de dominação. As linhas gerais de tal mudança difundiram-se pelas correntes do neoliberalismo, consoante ações como: despatrimonialização do Estado, liberalização dos espaços públicos, desregulamentação dos direitos trabalhistas, ajuste fiscal das contas públicas, abertura comercial e maior liberdade ao fluxo de capitais (bens e serviços).

Com o encerramento do ciclo expansionista, o capital irá propor a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além de forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. Porém, esse processo de reorganização do capital não comportava aqueles que não se encontravam no centro do capitalismo, o que pôde ser verificado na concentração dos investimentos nas economias centrais.

No capítulo 3, procuramos contextualizar onde o Brasil se encaixava nessa nova configuração internacional. Para a América Latina, o que se convencionou chamar Consenso de Washington deu as linhas gerais da orientação política e econômica. As novas formas de integração ao contexto internacional, mediante acordos com os organismos multilaterais e diante das exigências decorrentes destes, deu o tom das mudanças, principalmente a partir dos anos 1990. Tanto a abertura comercial como o fortalecimento da ideologia neoliberal na condução das políticas públicas foram imprescindíveis para as mudanças regionais. A classe trabalhadora vulnerabilizou-se ainda mais diante de um contexto econômico recessivo, expresso nos elevados índices de desemprego, na queda dos níveis de renda. A resolução da crise fiscal passa a ser a grande tarefa do Estado brasileiro, colocando o desenvolvimento capitalista para um momento subsequente. As políticas públicas sofrerão forte remodelação, passando a ter um caráter mais focalizado e direcionado a populações em situação de risco. Aos demais caberia acessar o mercado.

Por fim, contextualizamos o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador e evoluímos para a expansão do ensino superior em nível nacional e suas peculiaridades regionais, chegando finalmente no tópico referente ao objeto deste trabalho: a natureza da procura por cursos superiores por parte da classe trabalhadora na RMS nos anos 1990.

A expansão do ensino superior, congruente com as orientações do Banco Mundial e de seus relatórios, acontece majoritariamente pela via privada. O governo brasileiro promove a expansão do ensino superior em todo o país em consonância com o discurso que prescreve a qualificação do trabalhador como meio de melhorar a inserção no mercado, auferindo melhores salários e como forma de contribuir para tornar o país competitivo diante da acirrada concorrência internacional. Logo, esta expansão serviria aos interesses individuais (de cada trabalhador) e coletivos (do desenvolvimento econômico da sociedade).

No plano ideológico, tornam-se hegemônicas explicações para o desemprego a partir de causas individuais, colocando a qualificação da classe trabalhadora como um dos obstáculos à “empregabilidade”. No novo contexto mundial, em que os mercados nacionais sofrem as mais variadas pressões para se abrirem à globalização e ao jogo competitivo, as novas tecnologias, introduzidas no processo de trabalho “naturalmente”, passam a demandar novas habilidades dos trabalhadores. Sendo assim, ao colocar o indivíduo no centro das contradições, coloca-se, também, sobre a classe trabalhadora, a tarefa de encontrar nas saídas individuais fôlego para seguir vivendo num contexto muito desfavorável.

No plano concreto, as possibilidades de reprodução desse discurso encontram articulação com a expansão dos cursos superiores pela via privada, assente com o novo modelo de relação Estado-sociedade, em que o Estado se limita à função de incentivador/regulador das ações privadas, enquanto os agentes privados passam a usufruir de espaços antes exclusivos do Estado.

A relevância do estudo está em mostrar as peculiaridades da RMS no tocante aos fatores que contribuíram para um aumento das matrículas no ensino superior, em sua maioria no ensino privado, mesmo diante de um quadro de elevado desemprego e baixos níveis de remuneração. As perguntas que se colocam são: Será que os esforços financeiros feitos através do pagamento de um curso de graduação trazem os benefícios esperados? A mobilidade social pode ser alcançada através da aquisição do diploma? A graduação garante a integração ao processo produtivo? Quais os motivos que levaram a classe trabalhadora aos cursos superiores?

## 2 OS ARRANJOS SÓCIO-POLÍTICOS DO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Os arranjos sociopolíticos, após a Segunda Guerra Mundial, em grande medida, expressam os impactos da crise de 1929<sup>1</sup>. Em função disso, as saídas para os impasses econômicos e políticos, no pós Segunda Guerra, levaram em conta esse passado recente. Nas palavras de Bihr,

essa crise, que ia se estender fundamentalmente até logo após a Segunda Guerra Mundial, colocava bem em evidência que um regime de acumulação como aquele só é viável com a condição expressa de que o crescimento dos lucros possibilitado pelos ganhos de produtividade seja acompanhado de um crescimento proporcional dos salários reais (portanto do 'poder de compra' dos assalariados); em outras palavras, *com a condição de que os ganhos de produtividade se dividam 'equitativamente' entre salários e lucros* (BIHR, 1998, p. 42).

O isolacionismo estadunidense, verificado após o Tratado de Versalhes, não ocorrerá no pós Segunda Guerra. Roosevelt sabia da importância e do papel a ser assumido pelos EUA, como principal potência, no encaminhamento a ser dado à economia mundial. O Tesouro dos EUA, sabendo do seu poderio, não abriria mão de definir como os fundos das instituições criadas, em Bretton Woods, seriam utilizados.

Entre os objetivos do acordo estavam a retomada do comércio mundial, a criação de instituições que estabelecessem novas regras para o comércio internacional e uma agenda internacional que fosse aplicada na prática. Taxas de câmbio fixas e a

---

<sup>1</sup> A recuperação pós Primeira Guerra e da crise dos anos 1920-21 restringiu-se aos EUA. A Europa ainda não havia superado a inflação alta, a depreciação das moedas nacionais e os impactos negativos sobre salários e empregos. Após a crise de 1929 e a crise financeira européia de 1931, o que se viu, por todo o mundo, foi queda nos preços, na produção, falências e desemprego. Para agravar ainda mais o quadro, mantiveram-se as políticas protecionistas, a exemplo da tarifa Hawley-Smoot, de 1930, mecanismo utilizado pelos EUA que não só dificultava as importações como levava a uma retaliação por parte dos outros países. O comércio internacional declinaria de 33 bilhões de dólares, em 1928, para 13 bilhões, em 1932.



necessidade de permissão do FMI para alterá-las foram um dos mecanismos de defesa contra choques especulativos. Buscando evitar atitudes unilaterais de protecionismo ou desvalorização de moedas, o fundo policiará o comércio e as práticas monetárias, sendo mais tarde, em 1947, auxiliado pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) (MOFFITT, 1984).

Em Bretton Woods, no dia 1 de julho de 1944, seriam articulados os arranjos institucionais que dariam forma ao novo sistema financeiro mundial. Era preciso ordenar a economia global em torno do eixo capitalista, de forma não só a alavancar o processo de acumulação, mas também fazer frente ao “perigo soviético” que se avizinhava.

A criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) cumpriria o papel de estabilizar o balanço de pagamentos das economias centrais, regular o fluxo entre as economias e criar as bases materiais para a retomada do processo de acumulação, através do financiamento da infra-estrutura pública, industrial e agrícola, mediante condicionalidades impostas de acordo com a inserção do capital nacional no sistema financeiro internacional.

Com políticas diferenciadas para as regiões, de acordo com o papel estratégico na geopolítica global da Guerra Fria<sup>2</sup>, o FMI reservava aos países da Europa um modelo de financiamento chamado de reserva, no qual cada país poderia captar apenas a sua cota, mas sem ter que se submeter às imposições do fundo ou pagar juros pelos empréstimos, condições que perduraram até os anos 1970. Aos enquadrados no modelo crédito, a captação seria sempre acima das cotas e incorreriam juros sobre os recursos sacados, mas continuariam livres das restrições. Neste mesmo modelo tinha, ainda, uma outra modalidade, chamada de módulo 2, onde se previa uma retirada muito além do limite estipulado pela sua cota, mas, em contrapartida, teria que se submeter às obrigações acordadas<sup>3</sup>. Nesse grupo estavam enquadrados os países da América Latina, da Ásia e da África (na África, basicamente alguns países do norte e a África do Sul).

---

<sup>2</sup> O advento da guerra fria é marcado pelo discurso do presidente norte-americano Truman, em 1947, que colocava como questão nacional o combate ao comunismo e a conseqüente ajuda a todos aqueles países que se juntassem à cruzada anticomunista.

<sup>3</sup> Os constrangimentos impostos aos países incluídos nesta rubrica iam desde a redução da massa salarial, dos gastos públicos, da inflação e até mesmo do tamanho do Estado (diga-se, da área ocupada por este nos espaços de reprodução do capital). As políticas “recomendadas” e aceitas mediante “acordos” firmados com o Banco Mundial, ainda hoje, exercem grande influência sobre um amplo leque de países, como poderemos ver mais adiante no capítulo 3.

A acomodação do novo sistema monetário passaria por uma solução a respeito do padrão-ouro, visto com reservas por Keynes e White em função das restrições que causava às economias nacionais, que eram obrigadas a ter elevadas reservas para poder intervir na emissão de moeda e no controle do déficit comercial. Mesmo assim, a proposta segue e se encaminha no sentido de abrir a possibilidade para o Tesouro dos EUA fazer valer sua prerrogativa de maior potência e impor a valorização da credibilidade da sua moeda, atrelando-a ao ouro. Para isso, o governo norte-americano sustentará a troca de qualquer crédito em dólar, no exterior, pelo câmbio de 35 dólares a onça de ouro.

Diante da necessidade de reconstrução da base capitalista na Europa, Keynes propõe que o FMI comece com um orçamento de 20 bilhões de dólares, o que é prontamente rejeitado pelo Congresso estadunidense. Os banqueiros norte-americanos não gostavam muito da idéia de um fundo que retirava seu poder sobre o mercado internacional de crédito. Somente em abril de 1946, as casas do Congresso aprovaram os acordos, permitindo, assim, o início das ações do FMI e Banco Mundial. O sucesso de ambas, também, estava sob a responsabilidade dos EUA, incumbidos de colocar as verbas iniciais e emitir títulos em Wall Street.

O papel de maior potência, plenamente exercido pelos EUA, estava preservado na prerrogativa de poder vetar qualquer medida em ambas as instituições. A implementação das medidas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial irá enquadrar as finanças públicas dos diversos países integrantes, através de condicionalidades para obtenção de empréstimos. A primeira das condições era fazer parte do FMI.

Ao final da guerra, o EUA já era a maior potência militar e econômica do mundo, para o que havia contribuído o esforço de guerra e o New Deal<sup>4</sup>. Sob os destroços da Europa não havia nada além de convulsões sociais, greves, revoltas populares e crise de legitimação dos sistemas políticos que emergiram da guerra. O “espectro vermelho” já havia avançado em sua ronda e anexado à sua lógica parte do “velho continente”, exercendo cada vez mais influência sobre outros territórios nacionais.

O parco apoio financeiro dispensado pelos EUA à reconstrução européia, pelo menos até 1947, mostrou as deficiências das instituições do Bretton Woods em alavancar a

---

<sup>4</sup> Nome dado à série de programas implementados nos EUA, entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar a economia estadunidense e assistir aos prejudicados pela depressão econômica. Entre as agências criadas estavam a CCC (Civilian Conservation Corps), a SEC (Securities and Exchange Commission), a CWA (Civil Works Administration), a SSB (Social Security Board), a NRLB (National Labor Relations Board), entre outras.

economia européia e mundial. Embora os meios para financiar a reconstrução da Europa estivessem concentrados na economia norte-americana, divergências internas sobre o posicionamento desta farão com que os recursos tardem em estar disponíveis, pelo menos até o ano de 1947, quando vultosos investimentos e empréstimos começam a ser concedidos aos países europeus. Até então, com a escassez de dólares, a realidade dessas economias pós-guerra se tornava mais crítica, dificultando a circulação de mercadorias. Mas, entre 1946-47, com o grande excedente comercial estadunidense e a penúria dos países europeus – em dificuldades para adquirir mercadorias norte-americanas, anunciavam um quadro de crise profunda.

Os recursos oriundos do complexo FMI/Banco Mundial não foram suficientes para reanimar a economia mundial. Esta tarefa ficou sob a incumbência da indústria da Guerra Fria, alvo de vultosos investimentos para fazer frente à URSS e amenizar os impactos da Segunda Guerra sobre a Europa. Conflitos na Grécia e na Turquia foram explorados pelo Secretário de Estado, George Marshall, para propor um plano de recuperação da Europa, antes que a URSS avançasse sobre o Oeste europeu. Entre 1948 e 1952, o Plano Marshall emprestaria à Europa e ao Japão cerca de 12 bilhões de dólares, ao contrário do Banco Mundial e do FMI, que, no mesmo período, desembolsaram menos de 3 bilhões de dólares.

A estruturação do sistema financeiro internacional, feita sob o acordo de Bretton Woods e os recursos do Plano Marshall, impulsionou a capacidade produtiva, estabilizou o balanço de pagamentos, reduziu as barreiras comerciais e restabeleceu a estabilidade financeira internacional.

A tabela 1 mostra como, no período 1950-73, as taxas de crescimento médio anual foram mais elevadas do que em qualquer outro período da história recente do modo de produção capitalista.

**Tabela 1 – Características do crescimento em países capitalistas avançados em diferentes fases (1820-1979)**

Fases	Período	Taxas de crescimento médias <sup>5</sup> anuais compostas			
		PIB	PIBper/cap.	FBCF <sup>a</sup>	Vol. das export
I	1820-70	2,2	1,0	-	4,0
II	1870-1913	2,5	1,4	3,9	3,9
III	1913-50	1,9	1,2	1,7	1,0
IV	1950-73	4,9	3,8	5,5	8,6
V	1973-79	2,5	2,0	4,4	4,8

Fonte: Madison 1982, cit em Glyn et alli 1990, p. 42, apud MATTOSO, 1996.

Dólares partiam dos EUA para financiar bases militares, programas de ajuda, investimentos de empresas norte-americanas no exterior e empréstimos a bancos estrangeiros. Mas é sabido que esta abundância de dólares no mercado internacional significava déficits correntes no balanço de pagamentos norte-americanos, o que traria dificuldades nos anos 1970.

No tocante aos aspectos econômicos *strito sensu*, a institucionalização de um sistema financeiro internacional, objetivando articular as economias nacionais, foi um dos modos encontrados para gerir o capitalismo global. No plano sociopolítico, Oliveira (1998a) propõe o conceito de fundo público<sup>6</sup> para entender o financiamento da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho. Tal fundo foi essencial na criação das condições que permitiram a criação de “uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado” (OLIVEIRA, 1998a, p. 21), a partir de 1950. Segundo ele, entre as ações concretas tivemos

a medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo (...). A descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria

<sup>5</sup> Média aritmética dos dados para cada país.

<sup>6</sup>“O conceito de fundo público tenta trabalhar a nova relação do Estado com os capitais monopolistas, na sua contradição. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um *mix* que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. O fundo público só existe e somente se sustenta como consequência da publicização das classes sociais, do deslocamento da luta de classes da esfera das relações privadas para a das relações públicas” (OLIVEIRA, 1998a, p. 53).

muito mais longa: inclui desde os recursos para a ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através de juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamento), sustenta a agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada 'Europa Verde' da CEE), e o mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais como *blue chip*, intervém na circulação monetária de excedentes pelo *open market*, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública (OLIVEIRA, 1998a, p. 21).

As despesas públicas em relação ao PIB aumentaram sua importância. Entre os anos 1960 e 1980, na maior parte das economias centrais mais ricas do mundo, o peso do gasto estatal esteve entre 20% e 40% do PIB. Porém, não apenas as despesas mostram o aumento do peso do Estado no processo de reprodução social, mas também as receitas foram representativas desse poderio, alcançando, em 1984, para o conjunto dos países industrializados, um percentual que variou de 42% a 52% do PIB.

A necessidade de reanimação das taxas de acumulação, bem como os elevados índices de desemprego e pobreza, condicionará os esforços para viabilizar a reconstrução do período pós Segunda Guerra. As lutas operárias, bem como outros fatores históricos<sup>7</sup>, conformaram o contexto de pressão para que a classe dominante fosse levada a ceder em determinados pontos, evitando um acirramento da luta de classes.

A condição assalariada como meio de integração e reprodução da classe trabalhadora<sup>8</sup> torna-se predominante em muitos países centrais. O Estado amplia a oferta de serviços públicos, multiplicando seguridades e proteções e tendo participação mais direta sobre a acumulação de riquezas. Essa condição assalariada, que no início do processo de industrialização era marcada por características mais adversas para a classe

---

<sup>7</sup> A experiência da grande depressão dos anos 1930, as lutas proletárias por melhores salários, acordos coletivos e salários indiretos (seguro saúde e velhice), a vitória de forças políticas sustentadas eleitoralmente pelo proletariado (o bloco rooseveltiano, nos EUA, a social-democracia, na Europa setentrional, e a Frente Popular, na França) e sua capacidade de impor reformas, bem como a ampliação da democracia, estarão entre os fatores que foram decisivos para alteração do quadro sociopolítico.

<sup>8</sup> Entendemos por classe trabalhadora todos aqueles que, não possuindo nenhum meio de produção capaz de colocar em ação, sob seu comando, uma determinada quantidade de trabalho vivo e criar valor, restam-lhe apenas ofertar as suas capacidades físicas e mentais no mercado de trabalho (Antunes, 1998). Contudo, este conceito nos parece simplista, não dando conta de aspectos político-ideológicos conformadores do que entendemos por classe trabalhadora. Sendo assim, optamos pelo conceito de Przeworsky (1989), que compreende a classe determinada não apenas pelas suas condições objetivas, mas estruturadas a partir da totalidade das relações econômicas, políticas e ideológicas. Ainda segundo este autor, em conformidade com as idéias de Marx, as classes se formam no decorrer da luta de classes, pois só na luta as classes vão tomando forma, reformando-se e desfazendo-se. Esta idéia refuta a visão de sujeitos históricos contínuos.

trabalhadora (renda mínima que garantia apenas a reprodução do trabalhador e nem sempre da família, sem permitir-lhe um consumo para além da subsistência, ausência de garantias legais e grande mobilidade entre as diversas empresas), no pós Segunda Guerra sofre relativas mudanças, reforçando, para o conjunto da classe, as garantias legais (estruturação das relações de trabalho - o contrato de trabalho e as disposições nele incluídas).

A estruturação dessa relação salarial tipicamente fordista, segundo Castel (2003), só foi possível a partir de uma “gestão política que associou sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado” (CASTEL, 2003, p. 478). Foi preciso, para se reconfigurar a sociedade, cinco movimentos: a separação entre os que trabalhavam efetiva e regularmente e os inativos ou semi-ativos, excluindo estes últimos do mercado de trabalho ou integrando-os sob formas regulamentadas; a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho, no contexto de uma gestão do tempo exata e regulamentada; a melhoria dos níveis salariais; o acesso a serviços públicos ofertados pelo Estado; e a instituição de um direito do trabalho que reconheceu o trabalhador enquanto membro coletivo. Embora nos ajude a compreender os fatos ocorridos durante aquele período, Castel não consegue fugir à centralidade da acumulação de capital, colocando no crescimento econômico a estruturação da sociedade salarial, quando o motor daquele processo foi, de fato, a luta de classes, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial. Para ele, a sociedade de classes teria dado lugar a uma sociedade salarial, pondo um fim às vulnerabilidades das classes populares, estando alicerçada sobre um equilíbrio alcançado a partir de compromissos e arbitragens e tendo no Estado a principal figura reguladora. Seu viés weberiano se explicita não apenas pela omissão, na análise, da centralidade da luta de classes na condução do movimento concreto das relações sociais, mas também na relevância que dá à estratificação no seio da sociedade e à luta intra classe trabalhadora, em torno da conquista de benefícios específicos que proporcionassem a diferenciação de status, condição que, para ele, determinadas categorias faziam questão de manter perante segmentos com níveis inferiores de renda.

Castel analisa as ações do Estado quase que as colocando acima das classes, como se aquele, por si só, tivesse percebido a importância do seu papel diante do contexto do pós Segunda Guerra, e resolvido chamar para si a responsabilidade da gestão social. O papel central creditado ao Estado é bem explícito quando afirma que “o Estado dirige a

economia. Constrói uma correspondência entre objetivos econômicos, objetivos políticos e objetivos sociais” (CASTEL, 2003, p. 487).

Para Bihl (1998), a formação social denominada “compromisso fordista” era um arranjo social historicamente determinado, expressão do estágio de desenvolvimento da luta de classes e das transformações econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do modo de produção capitalista, daquele período. Ele defende a idéia de que

o modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental pós-guerra seguiu foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre burguesia e proletariado, em que a precedente crise estrutural dos anos 30 e 40 desembocara (BIHR, 1998, p. 36).

Oliveira destaca que,

os experimentos de ajustes estruturais tais como promovidos nas economias mais fortemente desestruturadas pelos efeitos do segundo grande conflito mundial não seqüenciam apenas tendências já amplamente dominantes nos âmbitos gestoriais e de articulação sociopolítica. Mais do que intentos de promoção de estabilidade ou de busca de novos equilíbrios macroeconômicos, por seus instrumentos e objetivos os referidos ajustes incorporam elementos inovadores na sua implementação, projetando novas possibilidades no campo institucional. Caminha-se, do ponto de vista formal, para uma reformulação que não só afeta os pressupostos da estabilidade econômica – a ênfase no mercado livre – como demarca, no contexto mais amplo de reformas efetuadas, um novo padrão sociocultural que posteriormente viria a ser assimilado conceitualmente e reconhecido como política pública” (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

O embate das classes (capital e trabalho) levou à conformação de acordos, reservando ao Estado o papel de árbitro e implementador desse pacto. Para a classe trabalhadora, tal compromisso significava renunciar a “aventura histórica” rumo à luta revolucionária, em direção ao comunismo, a contestação da legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade e a sua apropriação dos meios sociais de (re) produção, tendo, em troca, a “seguridade social”. Para o capital, significava ceder para manter sob seu controle uma parte importante do espaço mundial, no contexto da Guerra Fria.

No âmbito da organização do processo de trabalho, mudanças vinham ocorrendo no sentido de aumentar as taxas de exploração da força de trabalho. Tanto a separação das tarefas de concepção e execução, quanto a mecanização dos processos de trabalho, serviram para monopolizar, no *staff* administrativo, as habilidades dos operários,

ou até mesmo incorporá-las às máquinas. Mas este novo método de organização do processo de trabalho só encontrou terreno fértil para florescer após a Primeira Guerra Mundial, com a centralização do comando capitalista, a militarização das indústrias de armamentos, o apelo à mão-de-obra feminina (menos qualificada e menos combativa) e a perda de ofensividade da classe trabalhadora, no imediato pós Segunda Guerra. A investida do capital sobre um neoproletariado composto de mulheres, trabalhadores rurais e imigrantes, permitiu a difusão destes novos métodos de exploração da classe trabalhadora. O mundo do trabalho entrou numa fase em que a ênfase recaiu sobre a extração da mais-valia relativa, através do aumento do excedente obtido pela diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho, resultado do aumento da produtividade média do trabalho social.

A divisão dos ganhos de produtividade seria levada a cabo sob condições de profundas transformações nas relações salariais, alterando-se as condições econômicas, sociais e jurídicas que regiam a troca e o uso da força de trabalho e também a sua reprodução fora do processo produtivo. Era preciso, para colocar em prática o modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva, a aceitação, pelo proletariado, da dominação do capital sobre o processo de trabalho e sobre toda a sociedade junto à necessária satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos: aqueles ligados precisamente à sua seguridade social.

Salário mínimo a todo operário, crescimento dos salários reais levando em conta a produtividade da empresa, instituição da prática da negociação coletiva (o que permitiu o controle pactuado da massa salarial global), instituição de salários indiretos como facilitadores da circulação dos bens e até a construção de abrigos contra os acasos naturais ou sociais (desemprego, invalidez, velhice etc.), eram parte das ações que davam corpo às mudanças implementadas na relação entre capital e trabalho.

A nova forma de integração do operariado a esse processo se dá em meio a uma reformulação da sua função socioeconômica, devido à desqualificação operada pelo processo taylorista-fordista de organização do trabalho. O operário e o contra-mestre serão substituídos pelo engenheiro e pelo operário especializado, desqualificado, cuja competência fora reduzida a gestos repetitivos e elementares. Não só no setor produtivo manufatureiro introduzir-se-ão as mudanças preconizadas pelo padrão taylorista-fordista, mas também serão observadas mudanças em setores como comércio e serviço.



A classe trabalhadora vê diminuída sua importância enquanto agente imediato do trabalho, donde provinha sua força social, em função do maior controle sobre o processo de trabalho. A parcelização e mecanização do processo produtivo enfraqueceram, também, a identidade ideológica, associada a um ofício e a uma ética do trabalho, que antes servia de mediadora para identificação do operário com o conjunto da classe. Segundo Bihr,

para o operário de ofício, o trabalho podia constituir a maior referência e o maior valor em torno dos quais se construía sua própria representação em suas relações com os outros e com o mundo social. Isso não era mais o caso para o operário especializado, para quem o trabalho era simplesmente um ‘ganha-pão’, um ‘inferno’ onde o melhor era mesmo fugir na primeira oportunidade (BIHR, 1998, p. 53).

De produtor coletivo a consumidor individual, o proletariado vê atomizada a sua relação social, impondo-se a ele uma relativa privatização do seu modo de vida. Erige-se uma crescente dependência em relação ao “Estado de bem-estar”, fazendo com que esse proletariado ocidental reforce um certo fetichismo de Estado, deixando de vê-lo como um órgão puramente repressivo.

Se, por um lado, a figura do operário-massa toma o lugar central nesta nova configuração da produção social, destruindo ou enfraquecendo antigos laços ainda diretamente ligados à figura do operário de ofício, por outro lado, dá vez ao surgimento de novas características, nem sempre nefastas ao trabalhador. A sua concentração num determinado espaço social, e seu desligamento de antigas identidades de profissão e lugar, permitirão a construção de uma nova solidariedade de classe para além dos limites antes estabelecidos. Contudo, as contradições, próprias do modo de produção capitalista, permanecem, em meio ao pacto entre as classes, bastando que algo desestabilize tal acordo para que estas contradições novamente se sobressaiam.

## 2.1 O AJUSTE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A REMODELAÇÃO DA RELAÇÃO ESTADO – SOCIEDADE

Ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, o contexto internacional do processo global de acumulação começava a mostrar sinais de ruptura com o padrão estabelecido em Bretton Woods. O processo de internacionalização do capital colocava dificuldades à administração das contradições acima ressaltadas e ao fluxo de capitais. Déficits norte-americanos mais agudos preocupavam o Federal Reserve e os credores com ativos em dólares. A crescente concorrência dos alemães e japoneses<sup>9</sup> no mercado mundial e a conseqüente perda da supremacia industrial dos EUA fez declinar as exportações e trouxe problemas ao balanço de pagamentos estadunidense.

Diante desse contexto, aumentam as pressões por cortes de gastos - preferencialmente militares. Porém, na ocasião da entrada na Guerra do Vietnã, tal medida se tornaria mais difícil. A guerra seria então financiada, ao longo da década de 60, pela emissão de moedas, ficando o aumento de impostos para último plano, pois era um mecanismo mais suscetível às críticas da oposição e à desaprovação popular, visto que se direcionava aos esforços de uma guerra altamente contestada pela sociedade norte-americana, na ocasião.

O descompasso do balanço de pagamentos levou à manutenção de uma política monetária inflacionista, fazendo as taxas de inflação saltarem de 1,9%, em 1965, para 4,7%, em 1968. Os crescentes déficits e a desconfiança sobre a capacidade norte-americana de honrar a conversibilidade do dólar em ouro alimentaram uma série de investidas especulativas sobre a moeda estadunidense.

Os euromercados tiveram efeitos deletérios sobre o dólar e o sistema financeiro mundial. As tentativas de sustentação do sistema se mostraram ineficazes diante do poder que haviam assumido estes mercados fora do âmbito dos bancos centrais. Quando o *Federal Reserve*, em 1968, tenta, sem sucesso, estabelecer algum controle sobre o fluxo de capitais que saíam dos EUA, explicita-se a falência dos mecanismos regulatórios do

---

<sup>9</sup> Diante da queda das taxas de lucro e do aumento do poder de pressão da classe trabalhadora, a partir da década de 1960, Alemanha, Japão e países da Europa Ocidental, com um desenvolvimento mais tardio, combinaram técnicas relativamente avançadas com baixos salários, se comparados aos que eram oferecidos no mercado de trabalho estadunidense. Dessa maneira, eles conseguiram impor preços baixos no mercado mundial e manter suas taxas de lucro nos patamares dos anos 1950.

sistema financeiro internacional. O montante de reservas estrangeiras em dólar, acumulado no período de 1970-72, alcançava US\$ 40 bilhões. Mas, mesmo diante dos ataques especulativos e do excesso de dólares no mundo, a moeda se manteve artificialmente valorizada, devido ao sistema de taxas de câmbio fixas, coordenado pelo FMI.

Entre 1965 e 1973, o setor manufatureiro da economia norte-americana sofreu uma queda de 43,5% na taxa de lucro sobre o seu estoque de capital, além de déficits constantes na balança comercial e nas transações correntes, a favor da Alemanha e do Japão. Os setores manufatureiros das economias do G-7 juntos apresentaram um declínio na lucratividade da ordem de 25% (BRENNER, 2003, p. 57). Para agravar ainda mais a situação, investimentos externos crescentes em razão dos gastos militares com a Guerra do Vietnã colocaram dificuldades ao Tesouro estadunidense para fechar o seu balanço de pagamentos. Por fim, a demanda por produtos e ativos norte-americanos, ao ocasionar a elevação da quantidade de dólares no exterior, no decorrer dos anos, pressionou o poder de compra do dólar para baixo, desembocando na crise do sistema monetário internacional.

Mantidas estas condições, a Nova Política Econômica norte-americana traria o golpe final ao Sistema Bretton Woods ao decretar o fim da conversibilidade do dólar em ouro, em 1972, e elevar em 10% os impostos sobre as importações. No âmbito interno, medidas como controle de preços e salários foram prontamente efetuadas. O resultado, no entanto, não foi uma onda de protecionismo, à maneira dos anos 1930, mas uma ratificação da supremacia do dólar diante das demais moedas e a completa dependência de dólar por parte dos países rivais, uma vez que estes agora possuíam grandes reservas em dólar e de nada lhes agradaria uma queda do poder dessa moeda.

Porém, entre 1971 e 1973, com o abandono do sistema acordado em Bretton Woods, o dólar desvaloriza-se em relação ao marco e ao iene, trazendo problemas para estas economias, ao elevar os custos relativos em relação à economia norte-americana e puxar para baixo suas taxas de lucro.

Para Arrighi, sem dúvida,

a velocidade, a escala e o alcance da conversão do capital excedente em mercadorias foram maiores no ciclo norte-americano do que em qualquer ciclo anterior. No entanto, a fase de expansão material das décadas de 1950 e 1960 assemelhou-se a todas as outras num aspecto fundamental: seu próprio desdobramento resultou numa grande intensificação das pressões competitivas sobre toda e qualquer organização governamental e empresarial da economia mundial capitalista, e numa conseqüente

retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção. A mudança ocorreu nos anos cruciais de 1968-73. Durante esses anos, os depósitos no chamado mercado de eurodólares ou eurodivisas passaram por uma alta repentina, seguida por vinte anos de crescimento explosivo. E, durante esses mesmos seis anos, o sistema de paridades fixas entre as principais moedas nacionais e o dólar norte-americano (...) foi abandonado em favor do sistema de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes (ARRIGHI, 1996, p. 308).

As pressões sobre a capacidade de gasto do Estado, resolvidas através de uma política monetária expansiva, acabariam por elevar os níveis inflacionários. A continuidade da expansão da produção ainda se fez sentir, entre os períodos de 1969-73, devido à política monetária frouxa e ao excesso de fundos, o que, com poucas áreas produtivas para investimento, levava a uma pressão inflacionária ainda maior.

À medida que as pressões competitivas corroíam a lucratividade, os ideólogos comprometidos em resolver os problemas da acumulação de capital passam a ver nos esquemas institucionais anteriores (financiamento corporativo, gerenciamento da produção, organização dos operários no local de trabalho, sistemas de pagamentos e procedimentos para acordos sindicais, sistemas de saúde, moradia e aposentadoria), a causa da crise, uma vez que, segundo eles, estes esquemas engessavam os níveis de gastos do Estado e as possibilidades de reestruturações na produção. A reformulação dos padrões institucionais anteriores e do processo de trabalho serão elevadas à condição de necessidade pelas economias nacionais, diante do desafio competitivo.

Com o choque do petróleo, a elevação dos custos do capital, o aumento da capacidade ociosa, a intensificação da concorrência internacional, a crise de convertibilidade do dólar e as tentativas de conter a inflação mediante políticas recessivas, dificultar-se-ão as possibilidades de escoamento da produção, agravando ainda mais a crise. Segundo Mattoso,

tanto a expansão das lutas sindicais, quanto a maior elevação dos salários frente a uma produtividade que já crescia menos e seus eventuais efeitos sobre os lucros ou a taxa de mais-valia já teriam sido conseqüências de um processo de perda de dinamismo e de debilitamento dos fatores responsáveis pelo crescimento pós-guerra. Além da recessão européia, teriam sido identificados como sintomas deste processo os efeitos da Guerra do Vietnã sobre o dólar e o balanço de pagamentos desde 1964, o processo de instabilização financeira detonado no mercado norte-americano pelo “pânico controlado” de 1966, a decrescente confiabilidade do dólar que resultou no posterior colapso do sistema Bretton Woods e no declínio da hegemonia norte-americana, ou na tendência ao sobreinvestimento generalizado, já visível no final da

década de 60 mas acentuado pelo espasmo vigoroso e generalizado de ampliação da capacidade produtiva iniciado pelos EUA em 1970 (MATTOSONO, 1996, p. 51).

Esta crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações virtuosas do padrão de desenvolvimento norte-americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação de mercados internacionalizados, o sobre-investimento generalizado (...). A crise foi então amplificada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP no final de 1973 (MATTOSONO, 1996, p. 52).

Se durante o longo “boom” do pós Segunda Guerra, que se estendeu do final da década de 1940 até o início dos anos 1970, a maioria das economias capitalistas avançadas experimentou índices extraordinários de crescimento do investimento, da produção, da produtividade e dos salários, com baixo índice de desemprego e breves e moderadas recessões, a partir da década de 1970 esse quadro se reverte, ocorrendo quedas no volume de investimento, na produtividade, nos salários e no volume de emprego junto a uma série de recessões econômicas e crises financeiras. O caráter assimétrico do crescimento das economias nacionais será uma das características do período, se olharmos para o fato de que durante o *boom* o crescimento ocorreu de forma generalizada entre as economias centrais.

Os dados da tabela 2 mostram o sensível declínio tanto do produto como das exportações. O produto *per capita* também sofre uma queda considerável, a partir dos anos 1970.

**Tabela 2 – Taxas médias de crescimento dos países capitalistas avançados. (1950 a 1985).**

Período	Taxas percentuais anuais de mudança		
	Produto	Produto <i>per capita</i>	Exportações
1950-1973	4,9	3,8	8,6
1973-1979	2,6	1,8	5,6
1979-1985	2,2	1,3	3,8

Fonte: Maddison, 1982 (1820-1973) e OCDE (1973-1985), apud Harvey (2006).

Para Hobsbawn, o fato mais marcante da crise não estava nos baixos índices de crescimento do PIB, mas na incontabilidade das operações financeiras e comerciais, pelo menos se comparada à maneira vista na “Era de Ouro”. Para ele, as crises das décadas posteriores a 1960 enfraqueciam os Estados nacionais quanto à condução de sua política

econômica. Não obstante isso, acrescentaríamos que a subserviência dos governos nacionais diante das imposições e estrangulamentos do sistema financeiro internacional também foi uma prática recorrente, em que Estados nacionais aplicaram na íntegra os receituários do FMI, comprometendo ainda mais a gestão do espaço nacional.

Clarke (1991) ressalta a crescente resistência dos trabalhadores, no contexto do pós Segunda Guerra, expressa nos acordos e instituições que formalizaram o arranjo entre capital e trabalho. Tal oposição pressionava para baixo as taxas de lucro. Os gastos orçamentários regulares rumo à universalização, forçavam a necessidade de receitas crescentes para fazer frente à demanda. Nesse sentido, era preciso, a partir de então, retomar os níveis anteriores das taxas de lucro, removendo a resistência da classe trabalhadora e reestruturando suas formas institucionais de representação e as relações de trabalho.

Contudo, essa visão nos confunde ao afirmar que foi a pressão por salários que fez cair a taxa de lucro, o que a nosso ver é um equívoco, pois a taxa cai em função da concorrência e da lei de tendência à queda da taxa de lucro<sup>10</sup>, resultado da elevação da composição orgânica<sup>11</sup>.

Para Robert Brenner (2003), era marcante o papel da intensificação da concorrência internacional em forçar para baixo as taxas de lucro, contribuindo para um excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro de todas as economias capitalistas centrais (Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão). Este setor, composto de bens comerciáveis, vulneráveis à concorrência internacional, seria o mais afetado durante o

---

<sup>10</sup> O capital, expressão de uma determinada contradição, em seu processo de desenvolvimento, obedece a uma lei que o compele a uma valorização progressiva, o que, tendencialmente, leva ao estreitamento da base sobre a qual se apóia esse processo de valorização. Essa natureza contraditória se manifesta na tendência ao declínio da taxa de lucro, como expressão característica desse regime de produção, em que a acumulação envolve obrigatoriamente a potenciação continuada da força produtiva social do trabalho. O desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho “revela-se precisamente no fato de que, graças ao emprego crescente de maquinaria e capital fixo em todas as suas formas, o mesmo número de trabalhadores pode converter em produto, no mesmo tempo, isto é, com menos trabalho, uma quantidade maior de matérias-primas e auxiliares. Nesse sentido, a tendência ao declínio da taxa de lucro, à medida que avança o processo de acumulação, não exclui, mas, ao contrário, supõe, não só o aumento (óbvio) da massa de lucros, como também da taxa de mais-valia (tendo como limite máximo hipotético a duração máxima da jornada de trabalho – 24 horas – “se os trabalhadores pudessem viver de ar”) (BELLUZZO, 1980).

<sup>11</sup> Por composição orgânica do capital entende-se “a relação entre a massa do capital consumido e o valor criado pelo trabalho vivo” (BIHR, 1998, p. 70). Sendo esta composição orgânica do capital diretamente relacionada com a composição técnica do capital, conceituada como “relação entre a massa de trabalho morto (matérias-primas e meios de trabalho) e a do trabalho vivo que ele mobiliza” (BIHR, 1998, p.70), logo, uma elevação dos gastos com tecnologia em busca de produtividade leva a uma elevação da composição orgânica do capital, em função das somas de capital investidas nas novas tecnologias, e ao descarte do trabalho vivo efetuado por essas mesmas máquinas. Esta elevação por sua vez deprime a taxa de mais-valia, uma vez que, ao reduzir o trabalho vivo no processo de trabalho, reduz também a fonte do valor.

processo de ajuste nas economias centrais. Brenner nos traz ainda uma informação que relativiza a pressão da classe trabalhadora como um dos fatores determinantes na redução da taxa de lucro, afirmando que, mesmo com a queda dos salários reais, as taxas de lucro não responderam com sinais de reversão do ciclo recessivo.

Para Oliveira,

as crises parecem refletir, no geral, o movimento contraditório de globalização do processo de acumulação, mediante pelo menos dois de seus impactos simultâneos, com ênfase não apenas na limitada eficácia dos instrumentos regulatórios tradicionalmente utilizados pelos Estados nacionais visando ao estímulo do emprego, ao controle da inovação industrial – ou ao fomento de iniciativas vinculadas às exigências de consenso social -, incluindo-se, nesse caso, tanto instrumentos monetários como formas de inserção de sindicatos e partidos na dinâmica de contratação social; como também na reorientação do eixo das políticas, ante as evidências de perda de coesão nacional em espaços importantes de reprodução do capital (OLIVEIRA, 2004, p. 32).

Se, entre 1945 e 1973, um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico conformou um quadro social com características distintas do período precedente, esse arranjo entra em colapso, a partir de 1973, quando “os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos” (HARVEY, 2006, p. 119). O Estado, que havia assumido diversas demandas, agora passa a ser visto como o grande vilão, causador da ineficiência geral da economia e, portanto, da queda nas taxas de lucro.

Como podemos verificar, de acordo com a tabela 3 abaixo, as pressões crescentes, por parte da classe trabalhadora sobre o Estado faziam com que este procurasse ampliar cada vez mais o conjunto de serviços oferecidos (assistência médica, educação, saúde, habitação), o que estava limitado pela capacidade de contínua aceleração da produtividade no âmbito corporativo. Nesse sentido, fica claro que qualquer problema no processo de acumulação colocaria dificuldades ao desempenho do Estado de Bem-Estar Social.

**Tabela 3 – Transferência da seguridade social<sup>12</sup> e gastos correntes governamentais<sup>13</sup> como percentagem do PIB na CEE e OCDE (1960-1979)**

Período	CEE		OCDE	
	Seguridade Social	Gasto público corrente	Seguridade Social	Gasto público corrente
1960-67	10,6	29,0	7,3	25,8
1968-73	12,4	32,3	9,1	28,5
1974-79	15,1	38,8	11,9	33,2

Fonte: OCDE 1991 b, p. 67 e 75, apud Mattoso (1996).

Há muito estavam claros os limites políticos e econômicos do modo de produção capitalista em difundir, para além de um círculo restrito de trabalhadores, os ganhos na produtividade. Historicamente, nunca foi objetivo do capital construir uma sociedade onde todos desfrutassem de uma condição de vida minimamente justa e com baixos índices de desigualdade, ainda que algumas de suas expressões ideológicas colocassem isto como resultado “natural” do processo de desenvolvimento econômico.

Para Oliveira,

o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes da riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas. (...) É a partir da alocação de uma parcela do fundo público que a taxa de retorno ou seu equivalente, a taxa de lucro, é calculada. Concebido como instrumento anticíclico, tornado permanente e insubstituível, essa rigidez do fundo público escapa às regulações nacionalmente territorializadas (OLIVEIRA, 1998a, p. 31-32).

A incidência dos desdobramentos da crise de valorização sobre as condições de vida da classe trabalhadora e a estrutura social orquestrada no pós Segunda Guerra tem, para nós, um caráter determinante nos ajustes feitos em todo o mundo, guardadas as devidas especificidades nacionais/regionais.

Com a crise econômica explicita-se a fragilidade do que se convencionou chamar de sociedade salarial, demonstrando que a prosperidade de determinados setores da classe trabalhadora destes países centrais, observada nesse contexto, só se tornou possível graças às taxas de crescimento do PIB, às remessas de lucro, juros e *royalties* por parte da

<sup>12</sup> Transferência de seguridade social: benefícios de seguridade social (doença, velhice, família etc.), assistência social e benefícios pagos pelos empregadores.

<sup>13</sup> Gastos correntes governamentais: consumo final, juros da dívida pública, subvenções e transferências de seguridade social às famílias.



periferia e à pressão exercida, pela classe trabalhadora organizada, por melhores condições de trabalho.

O processo de internacionalização do capital intensificará a busca por novos mercados. Cresce a parcela de importações e exportações e o cruzamento de investimento no interior das economias desenvolvidas, em relação ao volume global de trocas. Segundo Chesnais (1996), entre 1966 e 1987, a participação dos novos países industrializados nas exportações mundiais passou de 1,1% para 5,5%, enquanto que, todos os países do Sul (inclusive os exportadores de petróleo) viram sua posição diminuir de 22,9% para 15,4%, no mesmo período. Os capitais provenientes dos países centrais, em busca de zonas com baixos salários, fraca organização proletária e incentivos fiscais oferecidos pelos governos locais, redirecionarão os investimentos entre os países da periferia, mas acentuarão a reconcentração do volume global de investimentos no centro, explicitando o papel exercido pelo grande capital internacional no processo de desenvolvimento da periferia capitalista. O percentual de investimentos diretos no exterior destinado aos países centrais oscilou de 63%, em 1950, para 79%, nos anos 1990, segundo dados das Nações Unidas (POCHMANN, 2001, p. 29)

A partir dos anos 1960, uma (re) divisão internacional do trabalho rumo à desaglomeração industrial será impulsionada pelas multinacionais, remodelando a divisão anterior, baseada no dueto matérias-primas X produtos manufaturados, em direção a uma nova divisão do trabalho, assentada agora sob o dueto indústrias/serviços de ponta X indústrias clássicas de mão-de-obra ou de primeira transformação. A expansão do fordismo para a periferia ocorre justamente no momento em que começa a dar sinais de esgotamento nos países centrais (BIHR, 1998).

A reorganização do sistema financeiro global e o fortalecimento do poder de coordenação financeira dos capitais privados terão papel significativo sobre o poder de ação do Estado-nação e sobre a lógica global de acumulação. Formam-se conglomerados e corretores financeiros com poderes globais, pressionando, cada vez mais, os governos nacionais a liberalizarem os fluxos das operações financeiras, de serviços e produtos, condição imprescindível para fazer circular a enorme quantidade de capital nas suas diversas configurações.

Para Harvey,

a formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito (HARVEY, 2006, p.152).

O processo de financeirização<sup>14</sup> fortalece a alta finança, que passa a envolver uma série de atividades entrelaçadas (bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc.), enquanto que os capitais industriais, mercantis e imobiliários se integram às estruturas e operações financeiras, tornando-se cada vez mais difícil precisar onde terminam os interesses comerciais e industriais e começam os interesses estritamente financeiros<sup>15</sup>. O chamado mercado financeiro do “eurodólar” se expande extraordinariamente, elevando sua movimentação de 50 bilhões de dólares, em 1973, para 2 trilhões de dólares, em 1987. As mudanças nos sistemas financeiros nacionais, pós 1972, darão mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em detrimento do financiamento corporativo, estatal e pessoal. Para Harvey (2006), a acumulação flexível se dirige mais ao capital financeiro como poder coordenador da economia global do que fez o fordismo. As possibilidades de crises financeiras e monetárias se elevam - mesmo com maiores condições técnicas de minimizá-las, diante das facilidades jurídicas e tecnológicas para transferência de recursos.

Embora se reconheça a supremacia e certa autonomia alcançada pelo capital financeiro, após os anos 1970, essa autonomia não pode ser senão relativa. O capital que se valoriza na esfera financeira continua a nascer na esfera produtiva.

Esta forma que toma o capital, com o desenvolvimento da lógica da financeirização, passa a exigir uma nova manipulação do trabalho vivo subsumido à sua lógica. A reação do capital diante dos problemas econômicos e políticos será a realização de um ajuste estrutural visando reanimar as taxas de exploração da força de trabalho e redirecionar o orçamento estatal.

---

<sup>14</sup>Nível de desenvolvimento histórico, atingido por volta do final dos anos 1960, em que o volume do capital financeiro adquire supremacia em relação ao volume de capital empregado nas trocas comerciais. As operações financeiras passam a desfrutar de maior rentabilidade “vis-à-vis” as taxas de retorno verificadas na produção de mercadorias.

<sup>15</sup> Com a mundialização produtiva, as corporações transnacionais modificam os mecanismos de gestão da economia, ampliando sua coordenação mundial através de redes mundiais integradas por gerência, produção, *marketing*, tecnologia e finanças (Alves, 2005).

Segundo Harvey,

a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta taxa de inflação dos preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus de passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 2006, p. 140).

Com uma capacidade ociosa inutilizável em condições de intensa competição, as empresas viabilizaram a entrada num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, sendo esta última condicionada à superação ou cooptação do poder sindical. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência sob o contexto recessivo e de deflação (HARVEY, 2006).

A reestruturação produtiva<sup>16</sup> do capital, bem como o ataque aos elementos constitutivos (estratégicos, organizacionais e ideológicos) do modelo social-democrata de gestão da sociedade, serão os desdobramentos da crise. Era preciso fazer frente à queda da produtividade, à elevação da composição orgânica do capital, à saturação da norma social de consumo e ao crescente volume de trabalho improdutivo. Era preciso restabelecer as

---

<sup>16</sup> “Processo de mudanças tecnológicas (informática e automação microeletrônica) e organizacionais (na relação entre empresas, na organização do trabalho e da produção) que visa alcançar maior flexibilidade e integração. Deriva de um ambiente social, político e econômico marcado pelas crises dos anos 60/70: as empresas começam a se reestruturar não somente pelo acirramento da concorrência mas também por conflitos sociais relacionados às formas tradicionais de organização do trabalho e da produção. A maior integração e flexibilidade das empresas surge como uma forma de aumentar a produtividade num mercado instável e pouco previsível e de reagir à crise social, no âmbito da produção e da distribuição de renda” (DIEESE, 1994, p.357). Para Alves, “o complexo da reestruturação produtiva envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQ’s e Programas de Qualidade Total; a série de racionalizações da produção, tais como o ‘downsizing’ e a reengenharia (muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa). Além disso, é um importante componente do complexo da reestruturação produtiva os vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo” (ALVES, 2005, p. 11). Eliminou-se os meios de produção de alto custo e baixa lucratividade, em busca de uma maior produtividade, aliada a cortes nos gastos com novas instalações, equipamentos, pesquisa e desenvolvimento.

taxas de mais-valia de acordo com as novas exigências do nível de desenvolvimento histórico do processo de acumulação do capital. No bojo da financeirização do capital, o excesso de capitais ociosos gera uma pressão por novos espaços de reprodução, nos mais diversos setores da economia.

A reestruturação das empresas, nos países industrializados, pautou-se pela desverticalização da produção, focalização em atividades competitivas, mudança da base tecnológica, alteração da organização da produção (*just in time*, *lay out*, logística, terceirização<sup>17</sup>, redução da planta da fábrica e parcerias com fornecedores), redução da hierarquia, alocação do trabalhador mais qualificado no núcleo estável, e do pouco qualificado nas atividades secundárias. Se ao núcleo estável dispensavam-se salários maiores, garantias trabalhistas e participação nos lucros, aos ocupantes dos postos secundários o tratamento se diferenciava muito, pautando-se pela retirada de vantagens sociais e/ou rebaixamento dos salários. Os efeitos destas medidas foram: redução do emprego direto, maior subcontratação de trabalhadores, alteração na jornada de trabalho (tornando-a flexível), precarização das condições de trabalho, alta rotatividade da mão-de-obra e redução no número de ocupados em cargos administrativos e de supervisão. No tocante à produção, houve um aumento da produtividade da empresa, maior controle sobre o processo produtivo e sobre o trabalhador e maior treinamento dos empregados ligados ao processo de produção, o que fez reduzir a necessidade de trabalhadores de supervisão e controle (MATTOSO e POCHMANN, 1995).

Se o regime fordista/taylorista de produção demandava um trabalhador cada vez mais especializado, ajustado a tarefas que variavam pouco, o modelo flexível demandará uma nova atitude do trabalhador diante do processo de trabalho, prontamente adaptável às variações de ritmo, função e papel do processo produtivo.

Cunhada de acumulação flexível, este novo padrão produtivo se

apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos, de padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e

---

<sup>17</sup> A terceirização passa a atingir atividades não só de apoio, mas também as diretamente vinculadas à esfera da produção. Ela descentraliza a produção de acordo com a lógica da focalização e concentra a produção em mercadorias que elas sejam realmente competitivas. O complexo de redes de subcontratação eleva a importância das relações entre firmas. Entre os resultados obtidos com a terceirização, podemos elencar os níveis ótimos de escala, a redução dos custos administrativos e a redução dos potenciais de luta entre capital e trabalho, em razão da menor concentração de trabalhadores num mesmo local de trabalho.

organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2006, p. 140).

As novas tecnologias microeletrônicas possibilitaram uma maior flexibilidade para o capital, a partir do aparecimento do microprocessador, em 1971, superando obstáculos econômicos e técnicos à aplicação de regulação eletrônica sobre uma enorme variedade de processos produtivos. Estes microprocessadores foram instalados como instrumentos de medida que permitiam controlar processos de fluxo contínuo em refinarias de petróleo, centrais elétricas, usinas siderúrgicas, fábrica de produtos químicos e em máquinas-ferramentas. A compressão do espaço-tempo, com estreitamento dos horizontes temporais das decisões privadas e públicas, dos tempos de transporte de mercadorias e informações, bem como da rotação do capital e do consumo, permitiram muitas das transformações políticas efetuadas na relação capital e trabalho.

Antunes (1999) coloca o advento da produção flexível como decorrente da concorrência inter-capitalista, mas também como necessidade de controlar o movimento operário e reposicionar-se diante da luta de classes. O envolvimento manipulatório será o meio utilizado pelo capital na busca do consentimento e adesão dos trabalhadores aos projetos de reestruturação produtiva no interior das empresas, necessário, segundo os empresários, em função das exigências da competição internacional. Trata-se de uma forma de alienação ou estranhamento que, diferenciando-se do despotismo fordista, leva a uma interiorização ainda mais profunda do ideário do capital, avançando no processo de expropriação do *savoir faire*<sup>18</sup> do trabalho.

Embora possamos falar de uma acumulação flexível e de movimentos em vias de flexibilização, é preciso ter cuidado ao conceituar este movimento como novo, afinal, não podemos esquecer que o desenvolvimento do trabalho assalariado “é a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades do capital em processo. É por isso que o complexo da reestruturação produtiva apenas expõe, de certo modo, o em-si “flexível” do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante),

---

<sup>18</sup> *Savoir faire* – criatividade, arte, astúcia, lábia (Dicionário de Francês. São Paulo, Globo, 2006).

e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe trabalhadora” (ALVES, 2005, p. 23).

Sendo assim, o que há de peculiar a esse processo atual é a forma adquirida por essa flexibilização, diante do nível tecnológico alcançado. Ela avança para além da alocação do trabalhador no processo produtivo, se estendendo à própria reorganização social da produção. O esforço de tornar a tudo flexível, em nome da adaptabilidade a um cenário de grande instabilidade e alta concorrência, será o grande intento do capital nos mais diversos âmbitos sociais.

As novas contradições em que são colocados os proletários após décadas de desenvolvimento darão lugar a revoltas que começarão no final dos anos 1960 e início dos 1970. Era o prenúncio dos limites históricos do compromisso fordista. A busca incessante por aumento de produtividade, tendencialmente, resulta em dificuldades ao processo de acumulação, seja pelo inchaço da demanda por meios de produção, convertendo, em escala crescente, mais-valia em capital constante, seja pela limitação da demanda de meios de consumo em relação à capacidade de produção acumulada.

O desemprego e a contenção dos salários, em marcha crescente, criavam dificuldades para concretizar o pacto feito entre as classes, de renúncia da revolução por uma vida com melhores níveis de consumo. À classe trabalhadora já não interessava tanto essa sociabilidade dividida entre uma vida no trabalho que lhe retirava qualquer autonomia sobre o processo de produção e um mundo da vida privada que o exaltava enquanto indivíduo, consumidor, livre para escolher sua cesta de bens.

Conformava-se o terreno propício para reivindicações por mudanças. Para Bihl (1998), a primeira geração, dos anos 20 e 30, que tinha ainda na lembrança as antigas condições de vida, via no fordismo uma certa melhora nos padrões de vida, mas, para os que cresceram sob esse arranjo já não era tão vantajoso “perder sua vida para ganhá-la”, trocar um trabalho e uma vida desprovidos de sentido pelo crescimento do poder de compra. A crise do trabalho era justamente a crítica à natureza do trabalho fordizado e do lugar do trabalho na existência individual e social.

Dois movimentos serão observados no seio da classe operária: um que se pautava por ações individuais, reivindicando autonomia individual e o fim do trabalho; e outro que buscava a reconquista do poder sobre o processo de trabalho, reivindicando autonomia coletiva e o fim de formas alienantes do trabalho. A duração destas

reivindicações não foi a necessária para questionar as bases do domínio do capital, embora tenha exigido uma resposta por parte deste.

Com o movimento praticamente desgarrando-se da sua direção, viciada pelos pactos feitos pelo alto, a auto-organização da base operária será uma das características marcantes desse período. Estas ações situavam-se no extremo oposto da perspectiva estatista e legalista da estratégia social-democrata, em direção às virtudes emancipatórias da auto-atividade dos trabalhadores.

O contexto de relativa escassez de mão-de-obra também contribuiu para o aumento do poder de barganha da classe trabalhadora, verificado na elevação do tom das reivindicações. Em todas as partes eram questionados os modelos de controle e de propriedade dos meios de produção, não se limitando a salários (conquistas no local de trabalho) e benefícios sociais (conquistas de fatias do orçamento estatal). Karl Marx ressurgiu como referência para o movimento operário, após ter sido excluído como linha teórica, por exemplo, em 1959, pelo partido social democrata alemão. Entre 1968 e 1973, as greves foram construídas sobre tomadas e posse de fábricas.

Mesmo os sindicatos e partidos que haviam feito uma política de colaboração com a racionalização técnica em troca de benefícios sociais e salários se viram surpresos com os levantes operários de fins dos anos 1960. Experiências feitas no âmbito sociológico, em colaboração com os representantes da classe trabalhadora, a exemplo das que ocorreram na Escola das Relações Humanas, na busca pela otimização da satisfação e motivação dos trabalhadores nas fábricas, expressam bem o tom colaboracionista dos sindicatos. Porém, o movimento das bases fez com que os sindicatos abandonassem esta postura cooperativa e alinhassem com as novas exigências dos trabalhadores, mais ligadas às causas técnicas, econômica e políticas do que aos efeitos psicológicos e sócio-psicológicos das diferentes estruturas de trabalho.

Se, nos anos sessenta, há uma virada ideológica e concreta nas condições de luta dos trabalhadores, nos anos 1970, isso se radicaliza e a propriedade dos meios de produção volta a ser questionada. Em diversos âmbitos, como o da regulação do processo de trabalho (segurança e saúde ocupacional) e do meio ambiente, da divisão de responsabilidade no local de trabalho entre capital e trabalho, até no tocante ao poder de inversão do capital, investidas foram feitas por parte dos trabalhadores no sentido de tentar trazer para si o poder de comando. Entre 1960 e 1979, inúmeras legislações foram aprovadas ampliando o direito dos trabalhadores no local de trabalho, limitando demissões

e ingerências sobre áreas como saúde, seguridade e meio ambiente, além de incorporar a participação dos trabalhadores em tomadas de decisão sobre inovação tecnológica e investimentos (NAVARRO, 1993).

Embora o proletariado tenha tido seguidos êxitos na sua luta, esta se manteve sempre restrita ao universo da empresa, não indo além da crítica à organização taylorista e fordista do processo de trabalho. Aspectos como o modelo de desenvolvimento industrial inerente a essa forma de organização da produção e os seus custos sociais e ecológicos, ou relacionados à subordinação cada vez maior da vida social às exigências da reprodução do capital, não se tornaram eixo hegemônico das revoltas. Diversas lutas sociais, desenvolvidas no bojo daquele processo, ficaram desligadas destes movimentos, demonstrando suas limitações. Outro aspecto destacado a respeito dos limites desses movimentos de classe teria sido seu caráter temporário, explícito nas especificidades dos seus conteúdos e objetivos. Isto explica o

caráter disperso e fragmentário de lutas desprovidas de intermediação e do apoio de organizações que poderiam ter garantido sua coordenação e convergência. Assim se explica também a relativa facilidade com que as únicas organizações permanentes estabelecidas, as do modelo social-democrata do movimento operário, chegaram a combater o movimento (especialmente tirando proveito do isolamento progressivo das lutas) ou a recuperá-lo em benefício próprio (...). Na verdade, esse refluxo teve início antes mesmo que a presente crise do capitalismo ocidental se abrisse oficialmente, crise que ia ao mesmo tempo permitir à classe dominante retomar a ofensiva, manifestar claramente o enfraquecimento definitivo do modelo social-democrata do movimento operário e encostar na parede o proletariado ocidental (BIHR, 1998, p. 65).

Inúmeros experimentos produtivos, a partir dos anos 1970 e 1980, surgirão em resposta aos entraves que a luta de classes colocava ao processo de valorização. Desde a especialização flexível na Terceira Itália até o kalmarianismo na Suécia. Porém, dentre estas novas formas de gestão, a experiência da Toyota no Japão se mostrará mais interessante aos desígnios do capital. Num contexto em que a busca dos ganhos deveria se dar sob a produção de quantidades cada vez menores, as respostas toyotistas serão as mais eficientes, não só pela super-exploração da força de trabalho, mas pelo engenhoso envolvimento manipulatório do trabalhador.

O êxito da economia japonesa chamou a atenção do resto do mundo, ao torná-la uma das maiores do mundo, desbancando a Europa e tomando muitos mercados estadunidenses, embora tenha surgido no Japão em um contexto peculiar de pós-guerra (escassez de mão-de-obra e de recursos).



Representando derrotas sucessivas dos movimentos operários, ao longo dos anos 1980-90, o toyotismo<sup>19</sup> é o resultado da luta de classes travada, a partir dos anos 1970, em busca da realização de mudanças nas relações sociais de produção (diminuição da força de trabalho, reorganização do espaço produtivo, desconstrução da autonomia sindical e redefinição dos direitos dos trabalhadores), necessárias para reanimar os níveis de produtividade e acumulação. Com a intensificação da exploração no processo de trabalho, o toyotismo encontrará resistência, em todo o mundo, tendo alcançado seu êxito após o enfraquecimento da classe trabalhadora diante do desenrolar do contexto recessivo mundial, a partir daquela década. Bernardo (2003) coloca a emergência do toyotismo como uma reação à classe trabalhadora. Promove a fragmentação da produção, desconcentrando espacialmente a produção e minando a força da classe trabalhadora, ao enfraquecer a coesão e a intensificação da luta de classes. Usando novas tecnologias introduz novas formas de controle sob a força de trabalho, permitindo explorar, também, a sua intelectualidade. Por fim, fomenta a competição entre os trabalhadores e o controle destes por eles mesmos, utilizando para isto o artifício da remuneração baseada na equipe e em características individuais.

Tendo permanecido restrito ao Japão, até os anos 1970, somente a partir daí encontra eco nos países da Europa Central e nos EUA. No país de origem, também precisou dobrar a classe trabalhadora, diante da resistência encontrada face às mudanças propostas na organização do trabalho e no envolvimento do trabalhador. O sindicalismo de

---

<sup>19</sup> Com enfoque na economia de escopo, equipes de trabalho e estoque-zero, o toyotismo nasce no Japão após a Segunda Guerra Mundial, em resposta ao problema de ter que produzir para um mercado restrito e formado por uma população com baixo poder aquisitivo. A margem de autonomia das equipes era também aproveitada no ajuste mais fácil das máquinas, possibilitando a produção de novos modelos de produtos e facilitando o reparo dos defeitos, reduzindo, com isso, o número de trabalhadores de reparo e manutenção. Os pedidos feitos para os fornecedores e subcontratadas eram mais intensos e com um volume menor, em consonância com o estoque-zero. A pirâmide de subcontratação utilizada pela Toyota era dividida em 4 níveis: 1) onde está a montadora; 2) uma subcontratada que paga salários que são 95% do observado no nível 1, e é onde são produzidos os componentes estratégicos, cujos gerentes, supervisores e diretores são ex-funcionários da Toyota; 3) uma subcontratada do nível 2, com salário de 80% do percebido no nível 1; 4) com salário de 60% em relação ao nível 1, estão os fornecedores de peças e componentes. A relação dual que estabelece com a classe trabalhadora é um aspecto marcante, tratando parte (30%) com emprego vitalício, promoções por antigüidade e participação nos lucros, e o restante, através de contratos temporários, menor remuneração e alocados em serviços de baixa qualificação. A intensificação do trabalho através do esforço físico e psicossomático teria ocasionado a doenças como a LER-lesão por esforço repetitivo e o *karochi*, ambas criações japonesas, sendo a última uma morbidade neurológica e psiquiátrica que leva a morte em função do estresse e da estafa, (GORENDER, 1993). Os círculos de controle de qualidade, *kanban*, *just-in-time*, *Total Quality Control (TCQ)*, *kaizen*, *5S's*, *andon*, entre outros mecanismos, são criações e inovações introduzidas pelo toyotismo, que mais tarde espalhar-se-iam pelo mundo e pelos mais diversos setores produtivos, inclusive de serviços. O sistema de estoque-zero será amplamente aproveitado, tendo no cerne da sua concepção o ajustamento ao contexto atual de crise de valorização e restrição de mercados, reduzindo em muito os custos de armazenagem e do capital imobilizado.

empresa foi fundamental para estancar o furor da classe trabalhadora, transformando o sindicato industrial de classe num sindicato corporativo e interlocutor exclusivo nas negociações com o capital.

Na contramão de uma suposta qualificação dos trabalhadores, em que o trabalho polivalente, multifuncional e flexível é entendido como um ganho no grau de complexidade da tarefa, Antunes (1999) entende que essa forma de avaliar as modificações introduzidas nas tarefas e na ampliação do seu leque de ações assume a forma de

uma manifestação mais ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a confiabilidade que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (ANTUNES, 1999, p. 52).

O “aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com novas necessidades da acumulação de capitalista. É uma ruptura no interior de uma continuidade plena” (ALVES, 2005, p. 33).

Com a crise de valorização do capital, as políticas neoliberais e o complexo da reestruturação produtiva, a classe operária fabril perde peso no conjunto das ocupações nos países centrais, chegando a 25% do emprego na Europa e a menos de 20%, nos EUA (ALVES, 2005).

A tabela 4 expressa a relevância que toma o setor de serviços e a queda absoluta da representatividade do setor secundário na estrutura ocupacional.

**Tabela 4 – Evolução mundial da estrutura ocupacional (1950 – 1998).**

(em %)

Período	PERIFERIA			CENTRO		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
1950	73,9	9,4	16,7	62,5	30,8	36,4
1998	55,0	15,0	30,0	5,0	23,0	72,0

Fonte: OIT (vários anos) apud Pochmann, 2001.

A terciarização da economia implicou num movimento de transferência de parte da classe trabalhadora de um setor para o outro, com alterações nos direitos conseguidos anteriormente e sob novas condições de organização do processo produtivo.

As organizações da classe trabalhadora e seus mecanismos de luta e mobilização serão, então, seriamente questionadas.

Resultado da sua lógica destrutiva,

a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornado-se, desse modo, excedente (MARX, 2003, v.2, 733).

Houve um aumento do trabalho informal, temporário, parcial e precarizado (sem direitos trabalhistas), subcontratado, terceirizado. Esse movimento contraditório,

de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento do setor de serviço. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há portanto um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1998, p. 42).

A tabela 5 demonstra o tamanho do exército de reserva dos países avançados, em torno de 25 milhões de trabalhadores e o quadro social caótico que se conformava, facilmente observável no crescimento, a cada ano, da miséria nas ruas e no número de pessoas sem abrigo (HOBSBAWN, 1995).

**Tabela 5 – Taxa de desemprego e número de desempregados na CEE e OCDE (1973-1989)**

Taxa de Desemprego (em %)					Nº de Desempregados (em milhares)			
Período	1973	1979	1983	1989	1973	1979	1983	1989
CEE	2,4	5,5	10,1	9,0	3.530	7.534	14.109	13.419
OCDE	3,2	5,2	8,6	6,4	11.329	17.917	31.120	25.309

Fonte: OCDE, 1990 e OCDE, 1992, p. 295. *apud* Mattoso, 1996.

A respeito da precarização da força de trabalho, em nível mundial, a Eurostat publicou dados relativos a 2002, sobre o percentual de trabalhadores temporários no total de empregados dos países membros da União Européia, com idade de 15 a 65 anos. A Espanha era ponta no ranking, com 24,8%, seguida de Portugal, 15,5%, Finlândia, 14,9%, Suécia, 13,25%, França, 12,5% e Alemanha, 10,6%, com Irlanda, Grã-bretanha e Luxemburgo tendo taxas abaixo de 5%. Os ocupados a meio expediente representavam 43,4% da Holanda, entre 10% e 20% na Finlândia, Suécia, França, Alemanha, Irlanda,

Grã-bretanha e Luxemburgo, e, em Portugal, Itália e Espanha, respectivamente 8,3%, 8,5% e 7,9% (VASAPOLLO, 2005).

Entre as análises sobre as mudanças ocorridas no mundo, a partir dos anos 1980, Habermas (1987) certamente está entre aqueles que apontaram estas como sendo indicativas de novas formas de sociabilidade, ao deslocar o trabalho do eixo determinante das relações sociais. Num ambiente em que as energias utópicas<sup>20</sup> se esgotam, a modernidade, alicerçada sob os pilares da ciência, da técnica e do planejamento, teria se degenerado no espiral armamentista, no desemprego e nos desequilíbrios sociais e ambientais. Entre as utopias, a da sociedade do trabalho teria chegado a seu fim. De Marx a Weber, segundo Habermas, teria havido um consenso sobre a estruturação da sociedade burguesa na exploração do trabalho abstrato, o que colocava a direção das forças utópicas rumo à emancipação em rota de colisão com o trabalho abstrato, sendo preciso, portanto, libertar o trabalho de sua determinação externa. Com apoio nas teses de André Gorz e Claus Offe, Habermas irá defender a idéia de que fatores como trabalho, produção e lucro já não seriam determinantes na constituição e desenvolvimento da sociedade em geral, deixando sem referências as forças utópicas. Assim, “desde os anos 70, os limites do projeto do Estado social ficam evidentes, sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível” (HABERMAS, 1987, p. 106).

O Estado nacional, sob o dueto capitalismo e democracia, teria ajudado a fortalecer o compromisso do *welfare state* e a pacificação dos conflitos de classes. No entanto, sua moldura o teria engessado diante dos imperativos do mercado mundial e das políticas de investimento das multinacionais. As políticas do Estado de bem-estar teriam afetado as condições de valorização do capital (diminuição da rentabilidade das empresas, contração da disposição a investir, queda na taxa de crescimento), além de acentuarem a tendência para investimentos em racionalização, decorrente dos altos custos com salários e encargos trabalhistas. Logo, esse Estado social teria encontrado o limite da sua capacidade de assegurar o trabalho como um direito social.

Nesse contexto, o conservadorismo, materializado nos governos e políticas de Reagan e Thatcher, privilegiou políticas orientadas pela oferta, buscando aperfeiçoar as condições de valorização do capital, tolerando taxas de desemprego altas e impondo

---

<sup>20</sup> A utopia, que na Renascença seguia o caráter ficcional e romanescos das alegorias políticas, irá despojar-se do seu traço romanescos, fundindo-se com a história, colocando-a no “âmago mundano do progresso histórico” (HABERMAS, 1987, p. 104). Nesta corrente estariam Robert Owen, Saint Simon, Proudhon, Marx e Engels.

limitações aos serviços oferecidos pelo Estado social. A despolitização dos fundos públicos é feita em nome da reivindicação da efetiva separação entre a administração e a formação pública da vontade, ativando tendências neocorporativas, enaltecendo o potencial não estatal das grandes associações.

Numa outra vertente, Castel (2003) salienta o papel do Estado social no amortecimento dos primeiros sinais de queda nos índices de crescimento, no final dos anos 1960. Em seguida, ao encontrar dificuldades em manter os gastos mediante o aumento do desemprego e do número de pessoas inativas “vis-à-vis” ativas (comprometendo seriamente o financiamento da proteção social), os problemas tomarão outra proporção, pelo menos no tocante à condição da classe trabalhadora e seus segmentos mais fragilizados.

Para Castel, com o aumento do desemprego, o trabalho deixa de ser central na montagem do que ficou conhecido como sociedade salarial. Se no contexto do pós-guerra o trabalho havia se tornado o mecanismo de integração à sociedade, após esse período começa a perder representatividade, colocando os desempregados numa condição extremamente inquietante. As contratações mudam de caráter, passando a ter uma nítida conotação atípica.

O crescimento permitia ponderar as aspirações do quadro de pessoal e da direção, assegurando a progressão salarial e dos benefícios sociais. Nesse sentido, só com a crise dos anos 70 – que não seria a primeira nem a última do modo capitalista de produção, as conquistas sociais começaram a ser questionadas pelo capital, passando a ver nestas os obstáculos a serem transplantados para melhor integrar, o seu espaço nacional, gerido pelo Estado, à lógica competitiva em nível global.

Francisco de Oliveira coloca no transbordar da aplicação territorial do capital a causa das dificuldades de manutenção do financiamento público. A internacionalização do capital, na busca de novos espaços para sua reprodução, fará com que cada vez mais os países centrais percam parte dos investimentos, agora direcionados à periferia, onde gozam de condições mais favoráveis para as elevadas taxas exploração da força de trabalho e contam ainda com fortes recursos dos governos nacionais/regionais para sua atração. Isso dificultou a circularidade nacional dos processos de retro-alimentação. Os investimentos e a renda direcionados ao exterior impactavam no aporte de recursos estatais, que se mantinha eminentemente em nível nacional. Se os investimentos e seus conseqüentes rendimentos tornaram as multinacionais a maior expressão do nível de concentração e

centralização de capitais no modo de produção capitalista, isto também significou que os retornos fiscais e para-fiscais aos Estados nacionais não acompanhavam essa evolução, ainda que a sua tarefa de financiar a reprodução do capital e da força de trabalho continuasse a ser requerida. A crescente incompatibilidade entre o padrão de financiamento público e a internacionalização produtiva e financeira irá contribuir para pressões sobre o direcionamento desses recursos. Os primeiros intentos de pressão por reformas surgirão justamente nas duas grandes sedes de multinacionais: a Inglaterra e os Estados Unidos.

A relação entre acumulação de capital e fundo público fez com que as taxas de lucro passassem a ser parametrizadas não mais pelo capital constante e variável, mas por sua relação com o fundo público, ou seja, de acordo com sua capacidade de mobilização de fundos para financiar seus investimentos em tecnologia e em produção. Mas, se esse fundo atua nos mesmos níveis de remuneração que a sua destinação final, logo, o volume global de excedentes é constantemente queimado e concentrado nos setores de ponta das economias centrais.

Assim, se há uma elevação da rentabilidade, com aumento da liquidez e solvabilidade dos setores privados em detrimento dos fundos públicos, continuamente em dificuldades para manter suas funções sociais à maneira do padrão pós Segunda Guerra Mundial, isso não diminui a importância do fundo para a acumulação do capital.

A contradição desse processo estaria no fato de que “se assiste a uma elevação da rentabilidade, ou das taxas de retorno dos capitais, gerando a enorme solvabilidade e liquidez dos setores privados, enquanto o próprio fundo público dá visíveis mostras de exaustão como padrão privilegiado da forma de expansão capitalista desde os fins da II Guerra Mundial” (OLIVEIRA, 1998a, p. 31). O fundo público teria modificado todas as esferas necessárias à reprodução do capital, desde a produção, passando pela circulação, distribuição e consumo, levando a própria sociabilidade a ter nos valores antimercado (cultura, educação, saúde) um dos seus traços principais.

Acusando de infantil as esquerdas que analisam as políticas sociais (saúde pública, educação pública, previdência social) a partir da sua função de contribuinte para a reprodução do capital, ele coloca que as instituições e práticas da esfera pública e das políticas do *Welfare State*, sob os princípios da democracia representativa, teriam reposicionado a luta de classes na sociedade. O Estado deixava de ser “o comitê executivo da burguesia”, segundo Marx, para se tornar uma “condensação das lutas de classes”, como quer Poulantzas. É negada a propriedade e a dominação exclusiva do Estado à burguesia.

Se a luta de classes não foi abolida, muito menos as classes sociais, então, o que vemos, sob a vigência do Estado-providência, é que o espaço das lutas foi mapeado e hierarquizado, com o reconhecimento da alteridade, através dos direitos, contrastando com os “Estados de mal-estar, que, com uma penada, o governo pode reduzir salários, aumentar impostos a seu bel-prazer, confiscar bens – mesmo os da burguesia” (OLIVEIRA, 1998a, p. 39). Concordamos em parte com este reposicionamento da luta de classes, ao colocar o Estado como expressão da luta de classes, permanecendo um espaço hegemônico pelo capital e por isso a serviço dos seus interesses, em última instância.

Essa esfera pública permitiu que a sociedade pudesse pensar as necessidades para além da acumulação de capital, mesmo que a valorização do capital estivesse ainda presente, mas não sendo mais seu pressuposto. Nesse sentido, a reação conservadora estaria em busca da redução do Estado apenas onde a institucionalização da alteridade se opõe a uma progressão do tipo ‘mal infinito’, do capital. Isso se explicita quando vemos a irreduzibilidade das dívidas públicas dos países avançados.

Para Bourdieu (1998), o fato mais grave que vem ocorrendo, a partir desta época, seria a retirada do Estado de setores da vida social que eram de sua incumbência, como: habitação pública, televisão e rádios públicas, escolas e hospitais públicos. A crise do político se expressaria no desrespeito ao interesse público. A depreciação da coisa pública, liquidando as conquistas do *welfare state*, alinha-se ao elogio à empresa privada, ao estímulo para o interesse privado, único capaz de assegurar o espírito empreendedor. Estas idéias encontram terreno fértil após as reações operárias e estudantis de 1968 e a queda do regime soviético.

Os mercados financeiros ganham proeminência nesse quadro de crise de valorização, beneficiando-se das facilidades conseguidas pelos avanços tecnológicos, a exemplo da redução dos custos de comunicação. Os organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, por meio do racionalismo científico dos modelos matemáticos, embasam suas políticas para os Estados nacionais, as *Law firms* (grandes multinacionais jurídicas que impõem ao mundo inteiro as tradições do direito norte-americano) expressam a arrogância ocidental que age como se alguns homens tivessem o monopólio da razão, disfarçando a coerção econômica por mecanismos jurídicos (BOURDIEU, 1998).

Ainda segundo Bourdieu, é feito um corte entre economia e sociedade, onde o reino absoluto do mercado e do consumidor se torna a via única para uma maior produtividade e competitividade. A mensagem neoliberal, a porta voz desta nova fase do

capitalismo, enumera as novas exigências da economia competitiva: flexibilidade, maleabilidade e desregulamentação, meios de libertação universal.

Há uma regressão em direção ao Estado penal, policialesco, repressivo, que sacrifica as funções sociais em nome do mercado e dos lucros. Assiste-se à multiplicação de empregos precários e sub-remunerados, onde o capital dirige seus investimentos a países, mesmo europeus, “em que não há uma proteção social ampla e apresenta baixos níveis salariais. É um momento em que se busca a todo custo apagar os vestígios do Estado social, visto como obstáculo ao funcionamento harmonioso dos mercados. O que vemos nos Estados Unidos, e que se esboça na Europa, é um processo de involução (...) do Estado” (BOURDIEU, 1998, p. 46).

Giddens (2001) analisa as mudanças, pós anos 1970, a partir da idéia de que o poder do Estado tornou-se sufocante e burocrático, lição que, segundo ele, a queda do comunismo e do “zelo estatista social-democrata” mostraram. Propensão à dependência, burocracia, clientelismo, autoritarismo, irresponsabilidade fiscal, perda de iniciativa, hostilidade à inovação e corrupção, seriam problemas causados pela enorme máquina pública estatal. A social-democracia teve seu auge no pós Segunda Guerra, tendo no planejamento e no envolvimento na vida social e econômica seus pontos centrais. O Estado precede a sociedade civil, por meio de uma administração keynesiana da demanda, com restrições ao primado do mercado e legitimada por um *welfare state* abrangente.

A remodelação começa com o surgimento da ofensiva neoliberal, pautada no autoritarismo moral, no individualismo econômico, na defesa de um governo mínimo e apostando no mercado e seu livre curso como instância mediadora junto à uma sociedade civil autônoma. Após 1989, a social-democracia na Europa toma um viés claramente liberal, dando maior ênfase à liberdade individual e ao direito de escolha, elevando a importância destes assuntos no leque de ações e orientações políticas.

O novo individualismo passa a acomodar a diversidade de estilos de vida, pregando a ação individual autônoma e menos dependente do Estado como o caminho em busca de um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas.

A enfaticamente anunciada “morte do socialismo” é, para Giddens, ponto de inflexão das teorias socialistas, bem como da amplitude neoliberal. Com o fim das alternativas que se posicionavam para além do capital, restaria agora discutir até que ponto e de que maneira o capitalismo deve ser administrado. Novas alianças, segundo ele, devem ser feitas acima do binômio esquerda x direita, conclamando a sociedade civil para assumir responsabilidades. A aposta da Terceira Via é de que, diante do contexto atual, os países



compelidos pela necessidade de uma nova inserção no mundo globalizado, são levados a um novo relacionamento com a natureza e a configurar uma nova atitude diante da vida pessoal, de incentivo aos esforços individuais, como meio de transformação da sua própria vida. Direitos e obrigações devem ser redefinidos, visando igualdade de oportunidades e proteção aos vulneráveis.

Se a globalização traz mudanças na soberania do Estado-nação, este deve ajustar-se a esse contexto, alterando suas instituições – que se mostraram instrumentos incapazes de oferecer bens públicos de qualidade, ordem cívica e proteção social. A economia do conhecimento emerge junto com a necessidade de um cidadão ativo e reflexivo. A rápida difusão da informação desintegra tradições e costumes, exigindo uma abordagem mais ativa e aberta à vida. Este conhecimento deve elevar a produtividade e o crescimento da economia. A ciência, a tecnologia e as habilidades humanas simbólicas têm papel essencial na produtividade. A tecnologia da informação e os trabalhadores do conhecimento, com seu *know how*, passam a ser a forma mais valiosa de propriedade da empresa (GIDDENS, 2001).

O capital humano deve ser obtido pela educação, como meio capaz de desenvolvê-lo, tendo no investimento público o estímulo à eficiência econômica e à coesão cívica. A educação deve servir de preparo para os indivíduos que trabalharão na economia do conhecimento, ao longo de toda a vida produtiva. O fim das classes, de setores industriais, resultado do dinamismo inerente à sociedade, seria, também, ainda segundo Giddens, a indicação de que o capitalismo vitorioso teria produzido esta nova forma social, a modernização reflexiva, que desincorpora as formas industriais e as reincorpora numa outra modernidade, onde o risco é assumido cada vez mais como um dado. Com as fontes de significado coletivo e de grupo (consciência de classe e crença no progresso) em processo de exaustão, há um esforço cada vez maior de definição sobre os indivíduos, em que as pessoas se libertam da sociedade industrial para adentrarem na sociedade do risco global.

Em sintonia com a lógica do capital, em nenhum momento Giddens coloca a possibilidade de alternativas, afinal, no seu entender, o socialismo está morto e cabe adequar-se à sociedade do risco. O indivíduo é colocado no centro da análise num contexto de morte das classes. Mais uma vez, a centralidade do trabalho é questionada.

Para alguns autores, parece estar clara a perda de centralidade da categoria trabalho no contexto atual. Contudo, concordamos com Antunes quando defende a idéia de

que o mercado de trabalho continua sendo o principal mecanismo de articulação da produção e reprodução social, e o emprego, sua unidade básica. As mudanças nas condições da classe trabalhadora não afetaram o núcleo da relação social fundamental que é o capital (ANTUNES, 1998). Os indivíduos, em sua grande maioria, continuam a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado (SORJ, 2000). O debate sobre a centralidade do trabalho, sobre seu caráter ontológico, nos remete a Lukács e ao próprio Marx<sup>21</sup>, mas não pretendemos aqui voltar à discussão sobre a ontologia do trabalho, mas sim nos determos sobre a sua centralidade no contexto histórico das relações de produção capitalistas, que têm no trabalho sua fonte de valor<sup>22</sup>. Nos anos

---

<sup>21</sup> Trabalho e relações materiais de produção social da existência são fundamentos da especificidade humana, na medida em que é pelo trabalho que a espécie humana se produz e reproduz. O ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento, na ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica a si mesmo, produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar e perceber a realidade objetiva. O que os indivíduos são, depende em última instância, das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 2002; LUKÁCS, 1970). Se até as categorias mais abstratas são também produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições, é na atual sociedade burguesa que o trabalho e a organização da produção se encontram no seu mais elevado estágio de desenvolvimento. É em função desse desenvolvimento que deixa de ser possível pensar o trabalho apenas sob um aspecto particular. Mas essa indiferença em relação aos diferentes tipos de trabalhos “corresponde a uma sociedade na qual os indivíduos mudam com facilidade de um trabalho para outro, e na qual o gênero preciso de trabalho é para eles fortuito, logo indiferente. Aí o trabalho tornou-se não só no plano das categorias, mas na própria realidade, um meio de criar a riqueza em geral e deixou, enquanto determinação, de construir um todo com os indivíduos, em qualquer aspecto particular. Este estado das coisas atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento na forma de existência mais moderna das sociedades burguesas” (MARX, 1977, p. 222).

<sup>22</sup> Não é uma circulação qualquer que permite transformar dinheiro em capital ou originar a mais-valia, uma vez que a troca entre equivalentes não altera a condição de nenhum dos dois depois de realizado o ato de troca. Isso significa que não pode haver lucro onde há igualdade. É preciso que o dinheiro que essa classe usa para realizar as suas compras chegue às suas mãos de graça, sem troca, em função de uma situação de privilégio ou direito de força. Se a mudança de valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não se dá no próprio dinheiro, pois este se mantém na sua forma original quando serve de meio de pagamento e intercâmbio entre mercadorias de mesmo valor, nem ocorre no segundo ato da circulação, o da revenda, pois este apenas reconverte a mercadoria em sua forma natural, logo, a mudança tem de ocorrer no processo de consumo da mercadoria comprada, no seu uso, ou seja, o seu uso é que vai modificar a natureza do valor que ela contém, ou melhor, o seu uso fará com que seu valor seja transferido a outra mercadoria. É preciso que o possuidor do dinheiro descubra uma mercadoria que tem a propriedade particular de produzir valor, de ser fonte de valor, de modo que seu consumo seja a encarnação de trabalho e criador de valor, conseqüentemente. A única mercadoria capaz de criar valor é a força de trabalho, a capacidade de trabalho, entendendo-se por força de trabalho o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo, postas em ação no momento da produção de valor-de-uso. Mas para que essa força de trabalho seja mercadoria, é preciso que surja no mercado, livre, sem domínio de outrem, que o seu possuidor não esteja sob o mando alheio. A venda da força de trabalho deve ser por um tempo determinado, pois, uma coisa é alienar por um determinado tempo a sua força, outra é renunciar à sua propriedade. É preciso que este trabalhador, possuidor da sua força de trabalho, entre no mercado como mais um vendedor de mercadorias. Sendo assim, “para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender. (...) A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o

1970, em função das mudanças observadas na sociedade, como o elevado contingente de trabalhadores desempregados e sustentados pelo Estado, começam a surgir as primeiras idéias a respeito do fim da centralidade do trabalho, com Gorz, Habermas, Lyotard etc. Embora os novos movimentos sociais tenham retirado o tom classista de suas reivindicações e centrado mais em lutas identitárias, de minorias, gênero etc, isso não modifica a dupla dimensão do trabalho, concreta e abstrata, nem mesmo seu papel enquanto fonte e partícipe do processo de criação de valor, motor do modo capitalista de produção. Segundo Antunes, se olharmos para a dimensão abstrata, como criadora de valor-de-troca, podemos sim perceber uma diminuição relativa e até absoluta do capital variável em relação ao constante, porém, jamais a sua eliminação, afinal, há um limite, pois, “o aumento do capital constante e a redução do variável não elimina o papel coletivo na produção de valor-de-troca, vez que a criação de valor é uma articulação entre trabalho vivo e trabalho morto” (MARX, 1975, p. 723-724 apud ANTUNES, 1998, p. 75). Se podemos conceber o fim do trabalho abstrato em um outro modo de produção, em que as relações de produção não sejam de dominação de uma classe sobre outra, de alienação<sup>23</sup> de uma das classes do processo produtivo, o mesmo não podemos dizer em relação ao trabalho concreto, criador de valor de uso, que cria coisas socialmente úteis e que ao executá-lo, o homem transforma a natureza e a si mesmo. Essa tese necessariamente coloca o trabalho como necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio do homem com a

---

produto de muitas revoluções econômicas, do aparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social” (MARX, 2002, pp. 199).

<sup>23</sup> Sob a aparência de uma relação de troca entre mercadorias, se explicita o caráter alienado desse modo de produção. Ao realizar as trocas por meio da equivalência geral dos diversos trabalhos ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado produto, encobre-se a diferença qualitativa dos diversos trabalhos pela igualdade dos produtos do trabalho, através do trabalho abstrato. O trabalho, ao ser medido pela sua quantidade, expõe o seu valor de troca, tornando a relação entre os produtores, momento de afirmação do caráter social do trabalho, uma relação entre os produtos do trabalho, encobrendo as características materiais inerentes ao produto do trabalho, por ocultar a relação social entre os trabalhos individuais e refletir essa relação à margem deles, assumindo a forma de relação entre coisas. Eis o fetichismo da mercadoria. O trabalho, ponto de convergência de aspectos heterogêneos da alienação, é considerado tanto em sua acepção geral, enquanto determinação ontológica fundamental da humanidade, quanto em seu caráter particular, como atividade estruturada em moldes capitalistas, cujas relações de produção estão na base de toda a alienação. É nesse sentido que o conceito de alienação em Marx, segundo Mészáros (2006), é sustentado sob quatro aspectos principais: 1) a alienação do homem em relação à natureza, expressa na relação do homem com o produto do seu trabalho, com o mundo exterior; 2) a alienação de si mesmo, de sua atividade, expressa como ato de produção no interior do processo de trabalho, como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de venda da mercadoria a outra pessoa, configurando assim, o auto-estranhamento; 3) a alienação de seu “ser genérico”, como membro da espécie humana, que ao conceber o objeto do trabalho como objetivação da vida da espécie humana e pelo fato deste ser produzido sob as condições alienadas acima descritas, logo, faz do ser genérico do homem um ser estranho a ele, um “meio” da sua existência individual; 4) a alienação do homem em relação aos outros homens, resultado do homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, pois ao defrontar-se consigo mesmo, defronta-se com “outro” homem.

natureza e com os outros homens, o que poderia suscitar um amplo debate que extrapola os objetivos desta análise. Isso não nos impede de reconhecer que as novas categorias de análise (identidades, estilos de vida, movimentos sociais, gênero e raça), ganharam espaço nas Ciências Sociais e que ajudam a enriquecer o trabalho de entendimento da realidade. Porém, mesmo que novos aspectos da realidade sejam ressaltados, a proeminência destas análises não diminuem o papel central que o trabalho ainda exerce para as relações sociais em escala mundial, principalmente nos países periféricos. O perigo que se corre ao dar a diversos aspectos uma centralidade própria é o de fragmentar ainda mais a luta da classe trabalhadora, dissimulando a condição de trabalhador excluído/alienado dos meios de produção em aspectos que não questionam de fato a natureza do modo de produção capitalista, embora sirva de ilustração das condições degradantes de vida da classe trabalhadora.

### **3 INSERÇÃO INTERNACIONAL, AJUSTES E REFORMAS NO BRASIL DOS ANOS 1990**

O complexo da reestruturação produtiva e a derrubada das barreiras impostas ao capital também no âmbito das regulações sociais mais gerais conformavam a ofensiva do que veio a ser convencionalmente chamado de neoliberalismo, lado a lado com as forças econômicas hegemônicas que passam a dominar o mundo, a partir da década de 1970.

Embora o soerguimento neoliberal não se dê unanimemente, ele encontra forças em dois grandes centros de poder internacional: os EUA e a Inglaterra, apostando numa “rearticulação dos mecanismos de gestão das estratégias globais do capitalismo, como via de reposicionamento competitivo dos seus grupos econômicos e de destruição de qualquer que seja o instrumento alternativo imbuído de veleidades sociais” (OLIVEIRA, 1998c, p. 24). Se a crise não estava no circuito da realização das mercadorias, segundo a ortodoxia, era preciso, então, propor algo que apenas remodelasse a sociedade de acordo com as novas condições de acumulação. Ressalta-se a necessidade de recolocar os indivíduos no centro da análise, libertando-os da jaula de ferro em que a burocracia estatal, pilar do modelo de administração política do pós Segunda Guerra, os acorrentou. Era preciso uma nova gestão do aparato estatal.

A saída da crise, segundo os neoliberais, estava na eliminação do déficit público, o que exigiria uma redefinição dos espaços capitalistas e/ou da renda nacional sob o controle do Estado. Essa redefinição passaria por uma reestruturação das bases produtivas do Estado capitalista, liberalizando os espaços para a acumulação do capital (educação, saúde, previdência etc), projeto logo transformado no eixo central da política macroeconômica do núcleo do capitalismo (SANTOS, 1998).

A forte pressão dos grandes grupos oligopólicos pela ampliação da liberalização financeira e da desregulamentação dos mercados nacionais se justificava pela necessidade dos capitais ociosos de movimentar-se em busca de melhores condições de valorização. A circulação de ativos fictícios passa a ser o mecanismo de acumulação de riqueza, agora, predominantemente na forma D-D'<sup>24</sup>. Porém, essa maior liberdade ao fluxo de capitais levou a uma intensificação do movimento de capitais, fazendo oscilar com mais frequência de taxas de câmbio e juros, reservando à capitalização nas bolsas e à taxa de juros a definição dos critérios de valorização e desvalorização da riqueza.

Os empréstimos passam a ser tanto a forma de relacionamento como o mecanismo pelo qual os países, deles dependentes, se curvam diante das mudanças preconizadas pelas agências multilaterais. O Banco Mundial, objetivando unificar as condições, no plano mundial, para uma reprodução integrada do capital, sai em ataque a toda e qualquer forma de política que tenha uma vinculação mais estreita com a gestão pública, reintroduzindo o privado no centro das transformações estratégicas (OLIVEIRA, 1998c).

Para o Brasil, o revés na conjuntura internacional comprometerá o projeto institucional e econômico formulado em 1964-66<sup>25</sup>. Fatores ocorridos no âmbito

---

<sup>24</sup>A supremacia do capital fictício se deve ao fato de que com a crise de superprodução que se abate sobre as economias centrais, a saída para uma nova fase de acumulação não poderia ser pensada sob a lógica do capital industrial. O caminho trilhado em direção ao capital fictício é determinado pelas condições históricas e não por uma decisão tomada em gabinetes de grandes corporações ou Estados nacionais. Esta supremacia transformou os sistemas monetário-financeiros (modelo institucional e de gestão dos capitais, formulado em Bretton Woods), nos próprios entraves ao processo de valorização, colocando sérias limitações à mobilidade do capital fictício.

<sup>25</sup> O “boom” da economia brasileira pós-reformas 1964-66 é explicado, em grande parte, pela facilidade de acesso a crédito externo, determinada pela liquidez do mercado financeiro internacional, decorrente da recessão (retração dos investimentos dos países centrais e crise do petróleo). Agora, com apoio das instituições internacionais, FMI e Banco Mundial, e com a maior participação do capital internacional, inúmeras imposições serão feitas ao Brasil por estas instituições. O novo arcabouço institucional é criado: Banco Central, Sistema Financeiro de Habitação, controles sobre investimentos e consumo, criação de lei para permitir novo “status” ao mercado de capitais e a implementação da Operação 63, de 1967, que buscava uma nova articulação de empresas e bancos com o capital financeiro internacional. Os resultados, a se pensar pela lógica do capital, foram muito bons, pois repressão aos trabalhadores e os fortes incentivos por parte do governo produziram taxas de lucro extraordinárias, importantes na consolidação dos oligopólios setoriais. Internamente, são criados meios de pagamentos que permitem ao capital internacional realizar a fração do excedente interno, bem como recorrer ao endividamento externo para importação e investimentos. Mecanismos internos são criados para financiar a acumulação interna, a exemplo do FGTS e do PIS e PASEP, geridos pelo BNDE, o banco nacional de financiamento. O crescimento do setor de bens de capital se dá majoritariamente pelas importações, que salta de 19,83%, em 1965, para 37,47%, em 1975. O período 1964-67 é o período em que bases institucionais estão sendo implantadas, buscando uma estabilização da economia. O controle de forças oposicionistas e da ação sindical terá papel fundamental para enfrentar essa crise econômica e política. O período de 1967 a 1974, do “milagre econômico”, é assim visto pelas suas taxas de crescimento do PIB. A retomada de contatos com o FMI e o Banco Mundial, depois de rompidas entre 1962-64, e os canais de financiamento daí resultantes, terá papel central nessa expansão. As políticas econômicas do período privilegiam os capitais investidores, criando mercados cativos, através da Lei de Tarifas e de barreiras protecionistas. Oliveira (1984) irá ressaltar as enormes dificuldades enfrentadas pela

internacional, desde o final dos anos 1960, começavam a anunciar um futuro não promissor para o capitalismo e sua insaciável expansão. Diante desse quadro, fica clara a decisão dos EUA em exportar os custos de sua estabilidade interna para os países mais fracos, elevando o preço de sua moeda, com impacto direto sobre o comportamento das dívidas externas da periferia e seu padrão de financiamento da economia.

A diminuição expressiva do aporte de recursos externos, uma política nacional orientada para a proliferação desordenada de incentivos fiscais e subsídios creditícios, com preços e tarifas subsidiados que garantiam a margem de lucro de setores oligopolizados e a assistência a empresas falidas levaram à ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira. Para Santos,

a crise do contexto internacional foi um dos fatores determinantes na recondução do projeto de desenvolvimento nacional, que passa a não contar mais com um fluxo positivo de investimentos e a ser pressionado pela elevação da taxa de juros externo (...) A crise da dívida externa será, portanto, um dos fatores que contribuirão para a revisão do papel do Estado como responsável principal pela manutenção do modelo de desenvolvimento/crescimento nacional (SANTOS, 2004, p. 12).

Sob este novo arranjo, os Estados nacionais periféricos, a exemplo do Brasil, representando suas respectivas burguesias nacionais, muitas vezes sem hegemonia interna ou portadora de qualquer projeto próprio, rearticulam-se ao sistema global do capital, sob novas condições, submetendo-se às imposições do sistema financeiro internacional e abusando da prerrogativa de rolagem dos recorrentes déficits do seu balanço de pagamentos. Taxas de juros altas, incentivos fiscais, infra-estrutura e crédito ganham “status” de mecanismos “eficazes” destas economias periféricas na atração de investimentos externos (o abundante capital fictício que circula pelo mundo). Através de políticas como estas, as economias aprofundam, ainda mais, sua dependência com relação a estes capitais<sup>26</sup>, reproduzindo as condições de sua inserção subordinada.

---

opção de se desenvolver o departamento III em detrimento do I, reavivando uma tendência anterior a 1930, quando a relação centro-periferia se traduzia em uma relação causadora de “uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos, que se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamentos internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte excedente que pertence ao capital internacional” (OLIVEIRA, 1984, p. 87).

<sup>26</sup> Neste contexto, a partir dos anos 1990, o fluxo de capitais em direção à periferia é retomado, porém, a qualidade desse fluxo é que vai mostrar a verdadeira face desse “novo” movimento. Sendo basicamente investimentos em porta-fólio, IDE e empréstimos bancários a curto prazo, estes fluxos não serão utilizados para investimentos produtivos em setores dinâmicos e competitivos (CARNEIRO, 2002). Através desse fluxo de capitais, ficam claros os parâmetros da nova integração dos países periféricos no sistema financeiro internacional, com mudanças nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Pautadas nas experiências asiáticas e de alguns países da América Latina, a abertura das portas aos capitais estrangeiros traria o crescimento, o emprego e a conseqüente melhoria do nível de vida da população. Camara e Salama (2005) mostram como, ao contrário das promessas dos organismos multilaterais (a serviço do grande capital internacional), a mundialização financeira exclui os países periféricos, tendo no perfil dos capitais estrangeiros ingressos (nas suas diversas modalidades de investimento) uma das causas do aumento da restrição externa e das instabilidades. Tornados a forma mais importante de financiamento da economia dos países da América Latina, nos anos 1990, os investimentos diretos e em carteira sofreram um aumento considerável de volume no Brasil. Do total entrante, as fusões e aquisições representaram em 1998, 1999 e 2000, respectivamente, 95%, 31,3% e 75,2% dos investimentos estrangeiros no país (CARNEIRO, 2002).

Até o desfecho no plano político, todas essas medidas conservadoras e congruentes com o plano internacional serão marcadas por momentos de recuo. O apelo por uma estabilidade monetária que produzisse um controle da inflação era forte num contexto de hiperinflação, que corroía mensalmente o poder de compra dos trabalhadores. Porém, apesar da mobilização social que vinha acontecendo desde o movimento da “Diretas Já” e seu parcial desfecho, em 1989, abrir-se-á espaço à introdução de uma série de políticas econômicas e sociais mais voltadas a atender as exigências das agências multilaterais do que às pressões e demandas sociais da grande maioria da população do país. Ganham a cena ações como: equilíbrio nas contas públicas, privatizações<sup>27</sup> e uma política monetária restritiva (juros altos para conter o consumo e a inflação).

Os anos 1980, com a crise da dívida externa, serão anos de recessão em função dos estrangulamentos impostos pelo fim do padrão de financiamento, dependente, em grande medida, de capital externo, e das políticas que serão adotadas em congruência com as exigências do FMI.

As eleições em 1989 apontavam para a possibilidade de novas relações com os credores externos e com as classes dominantes, a partir da proposta de governo posta pelo Partido dos Trabalhadores, que aglutinava setores descontentes do país. Contudo, devido a

---

<sup>27</sup> A inauguração do processo de desestatização do setor produtivo estatal ocorre, a rigor, em 1981, quando o presidente Figueiredo aprova o Decreto nº 86.215, que fixava as primeiras diretrizes para a transferência e desativação de empresas controladas pelo governo federal (SANTOS, 2004).



uma série de manobras ideológicas<sup>28</sup> e da fraca articulação dessas classes para impor uma nova correlação de forças, um “*outsider*” viria cumprir o papel de não só manter o alinhamento às imposições internacionais, mas aprofundá-lo.

Neste mesmo ano, na capital estadunidense, os países centrais integrantes do G-7 definiram as principais linhas da política macroeconômica do capitalismo, particularmente para a América Latina - endividada e com profundos desequilíbrios econômicos e sociais. Como denominado pelo economista John Williamson, o Consenso de Washington definiu como diretrizes para economias periféricas a desregulamentação economia, a abertura comercial e financeira e as reformas patrimoniais que levassem à privatização dos ativos sob o controle do Estado. Aliadas a estas medidas do consenso, outras eram tomadas como forma de conter a inflação. Entre elas, a redução da demanda agregada, via diminuição do gasto governamental em investimento e custeio, e a contenção do consumo das famílias e do setor privado, através da elevação da taxa de juros. Dentre os esforços de ajuste das contas públicas, o enquadramento dos estados e municípios se dará mediante decisão da União, em 1992, de consolidar os créditos com estes entes federativos, impondo prazos para quitação dos débitos e limitando o endividamento destes entes federados<sup>29</sup>.

Embora o contexto de crise dos anos 1970 tenha se mostrado como uma possibilidade de repensar os caminhos seguidos, até o momento presente as alternativas têm-se estreitado diante dos fatos. Juntamente às “fragilidades organizativas e inconsistências de natureza ideológica” (OLIVEIRA, 1998c, p. 22) por parte da classe trabalhadora, as formas de gestão autoritárias vigentes no leste europeu colocavam sérios problemas de legitimidade às alternativas para além do capital, sofrendo de ampla difamação pelos meios de divulgação cultural e sem espaço no cenário político para travar o debate. Por outro lado, o modelo de gestão social-democrata havia amenizado a face mais cruel do capital (o liberalismo puro), pelo menos no centro do capitalismo. Nesse espectro, “o leque de alternativas fica cada vez mais reduzido a campos que se alternam,

---

<sup>28</sup> Uma delas foi a trama feita pela burguesia, em conjunto com uma emissora de Tv, a Rede Globo, onde um dos seqüestradores de um empresário aparecia com a camisa da campanha do candidato Lula, o que representava, sem sobra de dúvidas, uma alusão direta a uma possível relação deste com o seqüestro, numa época em que se dizia pelas ruas que o PT iria acabar com a propriedade privada, dividir as terras, confiscar bens, políticas que jamais estiveram nos programas de governo do PT.

<sup>29</sup> Momento expressivo dos esforços do governo federal em alinhar-se às diretrizes internacionais foi o fechamento de um o acordo com as agências multilaterais, em 1994, com prazo até 2001, que previa um crédito de 41,5 bilhões de dólares, com a condição de buscar o controle dos gastos públicos, com cortes de 3% em relação ao PIB (cerca de 29 bilhões de reais ao ano, durante a vigência do plano). Tudo isso submetido ao monitoramento do FMI (SANTOS, 2004).

em termos de legitimidade, ao liberalismo clássico e às suas vertentes sociais. [...] as esquerdas, de um modo geral, paulatinamente se convertem, com raríssimas exceções de algumas de suas representações, ao que veio a se transformar no critério mais avançado de gestão política e social. As revoluções saem de foco e um novo reformismo cresce sem qualquer direção, ainda que uma de suas vias aos poucos vá se afirmando e ganhando maior consistência” (OLIVEIRA, 1998c, p. 22).

É interessante notar como as concepções liberais penetram em solo nacional sem maiores críticas ou restrições, principalmente a partir dos anos 1990. Para muitos estava claro que a saída de um quadro de total dependência e ausência de autonomia dos processos de tomada de decisão não poderia passar pela iniciativa externa, muito pelo contrário. Embora muitos estudos e debates<sup>30</sup> tenham sido feitos nesse sentido, tendo a questão da dependência externa como um dos enclaves ao desenvolvimento, pensamento que perdura até hoje, pode-se dizer que há uma inflexão a partir dos anos 1980 e mais acentuadamente dos anos 1990. Se, até os anos 1980, o Brasil procurou realizar uma política econômica preservando a indústria nacional, com a ampliação dos serviços oferecidos pelo governo e a manutenção da capacidade de gestão sobre a economia, os efeitos da crise sistêmica, em nível mundial, e da crise da dívida externa, colocarão entraves concretos a estas políticas.

O governo Collor iniciou o processo de abertura da economia e impôs às empresas nacionais, antes protegidas da concorrência externa, o jogo do mercado concorrencial, sem uma prévia preparação. Muitas empresas fecharam e levaram consigo muitos postos de trabalho. As sobreviventes iniciaram seu processo de reestruturação com semelhanças e diferenças ao que foi visto nos países centrais (POCHMANN, 1999a).

A abertura abrupta impôs ao capital nacional duas alternativas: ou o fechamento das portas ou uma rápida reestruturação dos seus processos de trabalho e da sua matriz tecnológica. Dentre as características do ajuste estrutural da economia brasileira destacamos o fato de ter ocorrido tardiamente (se comparada ao resto da periferia), de optar pela focalização das estratégias competitivas, em detrimento da diversificação, e incorporar novas técnicas, produtos e formas de organização e gestão da força de trabalho. O que realmente nos diferenciou foi o fato de termos uma maior concentração das medidas

---

<sup>30</sup>Nos anos 1970, entre os protagonistas desta discussão estavam Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, com o livro “Dependência e Desenvolvimento da América Latina”, e Rui Mauro Marini, com a publicação de *Dialética da Dependência*.

na reorganização da produção, tentando mesclar práticas fordistas com as do novo paradigma flexível (*just in time, lay out*, controle estatístico do processo, gestão da força de trabalho via terceirização, redução de hierarquias, treinamento da mão-de-obra). Se nos países centrais havia um certo nível de concentração e centralização de capitais que permitiu realizar pesados investimentos em tecnologia, no Brasil, a falta desta condição impossibilitou avanços nesta área.

A indústria, principal reduto da organização política dos trabalhadores, foi quem mais sofreu com as políticas implementadas a partir da década de 1990. Se nos países centrais a reestruturação se deu em função da crise do modelo fordista, que já não respondia à expansão da acumulação, no Brasil isso ocorre de forma abrupta, pelo alto, através de uma política deliberada do Estado que obriga as empresas a se reestruturarem. Demissões, terceirizações e programas de qualidade total serão as políticas adotadas dentro das empresas, beneficiando-se ainda do financiamento do Estado (NETO, 1998).

Em face da competição internacional, as práticas de gestão da força de trabalho modificam-se. Observa-se uma depreciação dos níveis de remuneração, destruição dos vínculos empregatícios e aumento da rotatividade da mão-de-obra (POCHMANN, 2001).

Aos capitais interessava dispor mais facilmente sobre o destino alocativo da força de trabalho, passando a reivindicar abertamente a ruptura de certos direitos trabalhistas como medida imprescindível para competir no mercado. Para além de poder contratar e descontratar, era preciso que este trabalhador estivesse pronto para realizar diversas tarefas, nos mais diversos setores. Havia a necessidade de flexibilizar o poder de demitir/admitir e de realocar para outras plantas ou setores o mesmo trabalhador.

Um dos fatores que permitiram esta reorganização do uso da força de trabalho e a introdução de novas formas de dominação foi a modificação na estrutura ocupacional. A mudança no setor produtivo se deu mediante uma grande dispensa de trabalhadores da indústria e da agricultura (em menor grau) para o setor de serviços. Na transição de um setor a outro, sob as novas condições do mercado de trabalho (desemprego alto e elevado exército de reserva), as investidas do capital sobre as conquistas trabalhistas foram facilitadas. Impôs-se contratos parciais, flexíveis e temporários. O setor de serviços - que nos países periféricos desenvolve-se mais atrelado a serviços de baixo valor agregado, prestado sob relações informais, se tornou o grande absorvedor dessa mão-de-obra ociosa das indústrias. Segundo Braverman,

aquelas indústrias e processos de trabalho sujeitas a mecanização liberam massas de trabalho para exploração em outras, em geral menos mecanizadas, áreas de acumulação de capital. Com as repetidas manifestações deste ciclo, o trabalho tende a acumular-se nas indústrias e ocupações que são menos suscetíveis de aperfeiçoamento na engenharia da produtividade do trabalho. As taxas de salário nessas “novas” indústrias e ocupações são mantidas baixas pela contínua disponibilidade de população excedente do trabalho em ocupações mecanizadas. Isso por sua vez estimula investimentos de capital em formas de trabalho que exigem massas de trabalho manual a baixo custo (BRAVERMAN, 1977, p. 324-325).

Foram introduzidas novas formas de negociação, agora não mais coletivas, mas setorializadas ou até mesmo por fábricas, buscando inculcar na classe trabalhadora uma necessidade de cooperação com o capital em prol de um consenso pactuado. No processo de trabalho, buscou-se o controle automático da produção, visando reduzir erros e postos de trabalho, recompor as tarefas, tornando o controle mais abstrato e estrito, numa relação de complementaridade, na qual os trabalhadores, atuando em diferentes células de produção, eram os próprios supervisores uns dos outros. Mas isso só foi possível, em grande parte, pelo exército de reserva. Desemprego crescente, aumento das mulheres na PEA, aumento de trabalhadores em tempo parcial, queda na taxa de sindicalização, expansão da ideologia individualista, declínio da ética coletiva e desemprego juvenil crescente (fomentando uma economia marginal) seriam as bases do contexto de enfraquecimento da ofensiva do trabalho e precarização generalizada da classe. A classe trabalhadora passou a ficar mais vulnerável às oscilações no mercado internacional, sendo variável de ajuste nos momentos de “turbulência” internacional (FILGUEIRAS, 1997).

Com o aumento do desemprego, a ampliação do exército de reserva e o enfraquecimento dos sindicatos, conforma-se um contexto sociopolítico propício para a tarefa do capital de impor novas relações de trabalho, mais degradantes do que as observadas até então.

Com relação à criação de empregos e à regulamentação destes, se, entre os anos 40 e 70, de cada 10 empregos criados, dois eram não assalariados, nos anos 90 essa situação se inverte, sendo de cada 10 empregos criados, dois assalariados. Com relação à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho e à criação de empregos, vemos que a PEA (parte da população com mais de 10 anos que se encontra trabalhando ou procurando trabalho) teve um crescimento de 22,6%, entre o período de 89 a 98, enquanto a população ocupada aumentou em 14,6%, explicando o porquê do aumento de 280% do

desemprego no país, que variou de 3,03%, em 89, para 9,39%, em 98. Para sermos mais precisos: das 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, nos anos 90, apenas 8,5 milhões, 62,5%, conseguiram uma ocupação (DIEESE, 2004).

O resultado sobre o mercado de trabalho brasileiro, ainda pouco estruturado - se pensarmos sob a ótica do que ficou conhecido como fordismo, no sentido de um aumento de garantias e proteções sociais, para além do universo fabril, foi de deterioração do que tinha sido construído até então. As garantias legais para os trabalhadores empregados, sob contratos formais de trabalho, em grande parte, foram perdidas.

A evolução do desemprego no Brasil, nos últimos dez anos, foi extraordinária. Cerca de 6 milhões de trabalhadores perderam o emprego, fazendo com que o país não conseguisse sequer absorver os que estavam entrando no mercado de trabalho.

A composição da ocupação, como mostra a tabela 7, explicita também a precarização da classe trabalhadora, com o aumento de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, elevando sua representatividade de 33,3%, em 1989, para 37,9%, ao final de 1999. Os trabalhadores sem remuneração e ocupados em serviço doméstico representavam 10,5%, em 1989, alcançando 12,8% em 1999.

**Tabela 6 – Número de desempregados e Taxa de desemprego no Brasil (1989-1999)**

ANO	DESEMPREGO	
	MILHÕES	TAXA
1989	1,8	3,0
1992	4,7	7,2
1995	4,6	6,7
1997	6,0	8,4
1999	7,8	10,4

Fonte: IBGE; PNAD apud Baltar, 2003.

**Tabela 7 – Composição da ocupação não agrícola segundo posição na ocupação no Brasil (1989-1999)**

<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>	<b>1989</b>	<b>1999</b>
Empregado com carteira	51,9	42,7
Empregado sem carteira	14,9	17,4
Conta-própria	18,4	22,5
Empregador	4,3	4,6
Não remunerado	2,1	2,9
Serviço doméstico	8,4	9,9
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE; PNAD 1989-1999 *apud* Baltar, 2003.

Se nos países ricos os trabalhadores alijados do processo produtivo tinham um sistema social que os protegia, a mesma sorte não batia à porta dos trabalhadores da periferia capitalista. A entrada numa obscura economia informal, paralela, onde mulheres, homens e crianças passaram a viver de “pequenos empregos, serviços, expediente, compra, venda e roubo” (HOBBSAWN, 1995, p. 405) se tornou a sina de milhões de trabalhadores em todo o mundo. O desemprego de trabalhadores do processo produtivo se dará em ritmo muito mais intenso do que a absorção pelos setores nascentes.

O desemprego passa a ser creditado à classe trabalhadora, como resultado da falta de qualificação do trabalhador para as novas exigências do mercado. Nesse sentido, teorias que ressaltam o indivíduo, suas potencialidades e responsabilidades, ganham proeminência diante do novo contexto mundial, atomizando o problema do desemprego, colocando-o como uma dificuldade a ser superada a partir da iniciativa individual. Cada vez mais ganham força, nos meios acadêmicos e de comunicação, tendências como esta, a serviço da ideologia neoliberal, seja através de acadêmicos dispostos a ratificar a investidas do capital, seja pelos sindicatos pelegos que com o discurso da participação pregam cooperação entre patrões e empregados como maneira de resolver os impasses (reduzindo a causa da classe trabalhadora a uma questão salarial ou de manutenção do emprego por mais seis meses).

Conforme esse discurso, nada se pode questionar a respeito das mudanças “inevitáveis”, restando às economias nacionais e a sua classe trabalhadora adaptar-se o mais depressa possível, para não correr o risco de ser descartado facilmente e juntar-se aos desempregados que se avolumam nas latas de lixo, nas pontes, na frente dos restaurantes e pelas periferias das cidades. As políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva conseguiram alterar a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil,

degradando-a, tanto no sentido objetivo, ou seja, no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho, quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe (ALVES, 2005).

Para a periferia, a implementação das políticas do FMI ao longo dos anos 1990 trará um quadro de agudização da sua recessão e de precarização crescente da classe trabalhadora. A abertura comercial provoca uma séria desindustrialização, com o conseqüente fechamento de fábricas e a especialização da economia em atividades do setor primário (veja-se o agronegócio e o setor extrativo-mineral). A flexibilidade do uso da mão-de-obra e a reorganização do processo de trabalho trazem ganhos de produtividade associados ao aumento do desemprego, da exploração e a queda dos salários reais.

Se para a classe trabalhadora as condições se mostraram muito mais difíceis a partir dos anos 1990, principalmente quando tratamos de ver as condições do “novo e precário mundo do trabalho”, a situação se agudiza com as mudanças na relação Estado-sociedade. A reforma do Estado brasileiro entra também no bojo do ajuste estrutural sofrido pelo país nos anos 1990.

As determinações últimas da reforma do Estado, passíveis de serem acessadas somente se for compreendida enquanto parte de uma totalidade concreta, podem ser encontradas se pudermos articulá-las à reação do capital ao ciclo depressivo aberto, no início dos anos 1970, que pressionava por uma refuncionalização do Estado, correspondente à transformação no mundo do trabalho e da produção, circulação e distribuição. Reestruturação produtiva, rearticulação do mercado mundial e neoliberalismo como corrente ideológica darão corpo às reformas. Mas estas devem ser mediatizadas pela opção política e social do governo em questão, abrindo a possibilidade de entender as mudanças regionais a partir da inserção na divisão internacional do trabalho, da correlação de forças interna e da posição de setores hegemônicos, desnudando, assim, a natureza de classe desse movimento amplo (BEHRING, 2003).

Agora, a lógica seria reduzir o Estado ao mínimo, realizando o ajuste fiscal para equilibrar as contas, colocando metas de superávit primário para garantir o pagamento dos serviços da dívida externa e efetuando cortes regulares no orçamento social. Com isso, a economia enveredava numa fase ainda mais recessiva, tornando parcela maior da população dependente de políticas assistenciais do Estado.

A restauração do “mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma de democracia” (NETTO, 1993, p. 77) estaria no centro de toda a ofensiva neoliberal. Qualquer ação estatal, a exemplo do *welfare state*, passa a ser vista mais enfaticamente como uma ação contra a liberdade, capaz de exercer efeito deletério sobre a estrutura social, pois enfraquece a família, a inovação, o incentivo ao trabalho e a poupança. Assim, segundo o discurso neoliberal, é importante caminhar em direção à “despolitização das relações sociais” rechaçando, por princípio, qualquer regulação política do mercado.

Era preciso derrubar os mecanismos reguladores do capital e qualquer componente democrático de controle do seu movimento, causadores de sérios entraves à sua livre reprodução. Mas, diferente de querer extinguir as intervenções do Estado, seus objetivos passariam mais por uma redefinição destas, congruente com os interesses particulares. Tal reformulação só poderia ser levada a cabo com o estreitamento das instituições democráticas. Uma reorientação no campo político-institucional e das relações sociais estaria entre os princípios do novo projeto de reintegração social para responder à crise do processo de acumulação (SOARES, 2002).

A reestruturação do Estado, parte do processo de ajuste do capital, segundo a corrente neoliberal, teria objetivos gerenciais, no sentido de moldar institucionalmente o Estado em direção à reativação dos níveis de acumulação, contribuindo para a eficiência produtiva do sistema econômico, mediante a elevação da produtividade geral da economia. Contudo, seus objetivos foram menos gerenciais do que de abertura de novas oportunidades para os negócios privados, em espaços antes sob seu controle (SANTOS, 2004). Aspecto nada incomum se pensarmos que, o Estado moderno capitalista, no curso do seu desenvolvimento, tem servido cada vez mais explicitamente à reprodução do sistema de acumulação do capital, sendo condição central para a regulação e institucionalização da luta de classes (MÉSZÁROS, 2002).

Diminui-se o público enaltecendo o privado, buscando devolver o comando da reprodução a este último. A privatização da política é o caminho mais rápido para devolver o poder de regulação social ao capital, tendo como instância mediadora, o mercado.

Num instante de aprofundamento das novas formas de internacionalização do capital, o redimensionamento dos conceitos de sociedade civil e Estado é feito,



reconduzindo o individualismo oitocentista e o velho conceito de Estado mínimo smithiano à posição de eixos paradigmáticos. A sociedade como aglomerado informe e o Estado como reflexo dos interesses sociais denotam os novos traços de uma realidade que passa a se impor e servir de base a novas formulações teórico-pragmáticas (OLIVEIRA, 2004, p. 23).

A disputa pelos fundos públicos se acirra ao final dos anos 1980, seja pela pressão dos trabalhadores por maiores benefícios, seja em função da renúncia fiscal praticada pelo Estado, seja pela queda de receita no ciclo recessivo, contribuindo, ainda mais, para tal situação. Logo, é sob o argumento de escassez de recursos que se reduz os gastos, como medida para conter a inflação, tornando a redução da despesa o objetivo maior da política econômica estatal. A tendência a uma arrecadação estável é acompanhada de renúncias fiscais, do aumento da renda do trabalhador retida pelos impostos, da intensificação da tributação regressiva (imposto indiretos), o que contribuiu em muito para o processo de concentração da renda num contexto de ausência de políticas distributivas (BEHRING, 2003).

Nesse caudal, as políticas sociais passam a ser encaradas como paternalistas, geradoras de desequilíbrios, devendo-se, pois, cobrar alguma contrapartida do beneficiário. Trata-se da desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social por parte do Estado. Seguindo esta direção, a degradação dos serviços públicos induz a uma privatização dos mesmos. Mas, como salientamos anteriormente, não se trata de prescindir do Estado, que assegura, em última instância, as condições de produção e reprodução do capital, mas sim de exigir dele a facilitação do fluxo global de mercadorias e dinheiro, desregulamentando direitos sociais, privatizando ativos e induzindo a expansão privada de serviços oferecidos pelo Estado (saúde e educação), tornando também estes espaços viáveis à acumulação. Enfim, a configuração de um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (NETTO, 1993; SOARES, 2002). Para Behring, fica claro que

este é o caráter do ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais, como forma por meio da qual as economias nacionais devem adaptar-se às novas condições da economia mundial (...). Estes mesmos organismos já admitem hoje o custo social e político do ajuste (...) o ajuste tem passado pela desregulamentação dos mercados, pela redução do déficit fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos (BEHRING, 2003, p. 64-65).

A orientação a ser dada às políticas sociais seria de focalizar as ações, estimular fundos sociais de emergência, mobilizar a solidariedade individual e voluntária e colocar a sociedade civil como novo agente da execução dessas políticas, outrora estatais.

O projeto de reforma do Estado colocou a política social como um serviço que deveria ser contratado e executado por organizações públicas não-estatais. Segundo Behring (2003), na concepção do mentor do projeto de reforma do Estado, Bresser Pereira, o Estado é social-liberal porque está comprometido com a implementação de direitos sociais, mas o mercado é o mecanismo de integração do processo de globalização em curso, onde a competição internacional ganha nova configuração, impondo aos Estados nacionais um realinhamento.

As diretrizes dessa mudança na relação Estado-sociedade foram expostas no Plano Diretor de Reforma do Estado, elaborado pelo MARE, e aprovado em 1995. Dentre processos e legislações, a Emenda Constitucional nº 19, de 19/6/98, era a que versava sobre a reforma da administração pública, expondo suas principais preocupações. No seu texto, o PDRE coloca a crise do Estado como o problema a ser resolvido, crise esta que se expressa na perda de capacidade de gasto, explicitando os limites da intervenção estatal. Para colocar em prática esta nova configuração estatal, preconiza-se o ajuste fiscal, as reformas econômicas em direção ao mercado (privatização e abertura comercial), uma política industrial e tecnológica para fortalecer a indústria nacional e uma reforma na previdência e no aparelho do Estado, visando aumentar sua eficiência.

Contudo, entendemos que a reforma do Estado está além de uma simples reforma do aparelho do Estado, em busca de uma administração pública mais eficiente. Esta faria parte de um projeto político, econômico e social relacionado aos encaminhamentos das tradições político-econômicas hegemônicas no Brasil e às requisições da reestruturação produtiva e da internacionalização de capitais, redefinidora da relação Estado-sociedade.

Nesse sentido, a reforma do Estado brasileiro seria representativa de uma inserção passiva na dinâmica internacional, expressa nas escolhas político-econômicas. Os caminhos optados representam a destruição dos avanços do período de modernização da economia, abrindo espaço para uma contra-reforma, que mantém a condução conservadora e moderniza pela ponta.

Tal ajuste não se deu sem um apoio forte da mídia em buscar uma estreita relação entre os serviços públicos e a sua ineficiência, contribuindo para aumentar o desejo por privatizações e concessões como meios de melhorar a eficácia destes serviços. O processo de privatização ocorreu em meio a acusações de corrupção, o que o tornou ainda mais escuso, tendo beneficiado os grandes grupos transnacionais e seus governos, que viram aumentar suas exportações (com a abertura ao capital externo para comprar insumos fora do país), bem como a remessa de royalties e lucros ao exterior (BEHRING, 2003; BIONDI, 1999; SANTOS, 2001). Assim

foi reorientado o papel do Estado como instrumento de reordenamento e superação de obstáculos à integração competitiva de cada espaço nacional, por meio de funções organizativas estritamente articuladas às exigências do capital em âmbito global (OLIVEIRA, 2004, p. 33).

Sabendo da necessidade da intervenção do Estado para a contenção dos distúrbios sociais, principalmente no caso brasileiro, as políticas sociais não deixaram de existir, mas sofreram remodelações no seu perfil, colocando a sociedade civil como responsável direta da execução de determinadas políticas, em sintonia com as idéias preconizadas pela Terceira Via. O terceiro setor será cada vez mais incluído no rol das relações do “novo” Estado, capaz de conceder a execução de suas políticas a ONG’s e instituições filantrópicas, remetendo ao mundo da solidariedade e da realização do bem comum, políticas antes executadas pelo Estado.

#### **4 AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA CLASSE TRABALHADORA DA RMS NA DÉCADA DE 1990**

Sem dúvida alguma, as condições socioeconômicas da classe trabalhadora da RMS nos anos 1990 é resultado do processo histórico de desenvolvimento da luta de classes em âmbito regional. Porém, se não podemos falar nos termos de uma classe trabalhadora que assim se denomina porque atingiu um determinado nível de consciência de classe, limitaremos nossa análise aos aspectos que nos permite generalizar a apreensão dessa categoria, que é justamente a sua posição na esfera produtiva.

Dito isto, e olhando de forma retrospectiva, podemos ver que a luta de classes em âmbito regional se deu de forma setorializada, sendo os ganhos obtidos em prol do trabalho muitas vezes setorializado, dependendo do grau de organização e consciência de classe.

É somente com o aparecimento de setores mais desenvolvidos da economia industrial que começa a se formar na cidade do Salvador o que poderia se chamar de operariado fabril.

A implantação das atividades de extração do petróleo, em 1953, no Recôncavo Baiano, junto às atividades de construção e operação da refinaria de Mataripe, repercutiram em boa parte do território estadual, com ênfase na cidade do Salvador e no Recôncavo. Salvador saiu da sua condição de metrópole baseada numa economia agrícola para incorporar elementos da indústria de transformação recém implantada. As receitas geradas com as atividades petrolíferas ultrapassaram em muito todas as demais. No entanto, esta expansão econômica ocorreu em detrimento da desarticulação de um conjunto de atividades primárias e artesanais localizadas nas áreas de prospecção do petróleo e do

sucateamento gradual do parque industrial fumageiro, alimentício e têxtil (CARIBÉ, 2003).

Num segundo momento de expansão das atividades industriais, surgiram o Centro Industrial de Aratú (CIA) e a Usina Siderúrgica da Bahia, concluídos no governo Luís Viana Filho (1967-1971) e o Pólo Petroquímico, finalizado no governo Roberto Santos (1975-1979). Seguiram-se a estes impulsos a implantação dos Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco e a expansão da fronteira agrícola para a Região Oeste. Por último, a implantação do Pólo de Papel e Celulose no Extremo-Sul, no final dos anos 1980, e a atração de empresas do setor calçadista e automobilístico, mas com caráter pontual.

O papel do Estado nesse processo de implantação das indústrias foi crucial, sem o qual os investimentos não teriam ocorrido. Porém, é importante ressaltar que o período de “modernidade” de localizados setores da esfera produtiva, experimentado pela Bahia, após a década de 1970, se confundiu com a ditadura militar, de dura repressão social, o que sem dúvida foi relevante para manutenção das desigualdades sociais características do Estado. Logo, estas transformações na estrutura produtiva não tiveram impactos significativos sobre as condições de vida da população, que vivia em meio a relações sociais tão arcaicas como a ditatorial (OLIVEIRA, 2000a).

Para Oliveira (2000a), as raízes do atraso baiano não se explicitam apenas no baixo crescimento econômico<sup>31</sup>, mas têm neste um dos reflexos do modelo de capitalismo aqui implantado, sempre como pólo periférico e comportando elevadas taxas de concentração da renda e riqueza regionais. No período após a década de 1970, o mito do atraso se reconverte numa apologia ao desenvolvimento do Estado, escamoteando as contradições e a brutal desigualdade social decorrente desse capitalismo periférico estabelecido por aqui, que concentrou espacialmente suas fontes dinâmicas nos chamados pólos de desenvolvimento e localizou os benefícios, em detrimento de sua generalização para o resto da população.

É inquestionável a alteração promovida na estrutura produtiva do Estado após os investimentos para a implantação da indústria de transformação. De 1975 a 1986, o valor agregado bruto, a preços constantes, da indústria de transformação, cresceu de 48,37

---

<sup>31</sup> Diversos estudos têm discutido o caráter paradoxal do presente momento, em que as economias de todo o mundo crescem modestamente, mas mantêm crescentes ou estacionárias taxas de desemprego, vindo a desmistificar o fato de que o crescimento econômico estaria associado a uma também crescente taxa de emprego, capaz de absorver o enorme exército de reserva e elevar o nível de bem-estar geral da população.

para 162,62. A indústria química oscilou de 21,17 para 83,05 e a agropecuária de 90,18 para 103,99.

A composição setorial do PIB explicita bem o caráter dessas mudanças, com o setor primário perdendo sua participação no PIB, de 40%, em 1960, para 10,1%, em 2000 o setor secundário ganha importância, saltando de 12% do PIB, em 1960, para 41,3%, em 2000. E, por fim, o terciário, que permanece estável, com 48%, em 1960, e 48,6%, em 2000 (CORECON, 2001, p. 145).

De fato, os números não deixam dúvidas quanto às alterações na estrutura produtiva, na composição do PIB, no perfil produtivo etc. Contudo, por trás desta modernização do capital, o seu lado bárbaro, necessário, se explicita nas condições de vida da classe trabalhadora, essencial para por em andamento esta estrutura. A agricultura, que perdeu sua participação na composição setorial do PIB, chegando à casa dos 10%, não perde na mesma proporção a sua participação na estrutura ocupacional do Estado, permanecendo elevada a sua participação, de 81,3%, em 1940, para 49,6%, em 1991. A indústria de transformação, que em 1940 representava 7,1%, quase não altera esse percentual, detendo em 1991, 8% das ocupações da população com dez anos ou mais (CORECON, 2001, p. 255). Isso demonstra que, embora o setor secundário tenha absorvido boa parte do PIB, o mesmo não se deu em relação à ocupação, o que reafirma o caráter limitado na geração de empregos, decorrente da alta produtividade do trabalho nestes setores.

O esgotamento do fluxo externo de recurso, nos anos 1980, e a obrigatoriedade de manter uma política de superávits comerciais para fazer caixa limitaram as possibilidades de uma reestruturação financeira do setor público. Os estados, com dificuldades financeiras, viram aumentar a perda de autonomia no tocante às condições e ritmos dos investimentos, dependendo de decisões federais (no tocante à dívida pública, política de crédito e acesso a novos financiamentos, principalmente externos, através do Banco Mundial), pois as condições para renovação das operações de crédito para cobrir encargos da dívida haviam sido rompidas.

O programa de privatização das empresas e bancos estaduais e a distribuição dos encargos e receitas tributárias tornaram-se variáveis decisivas para o sucesso das políticas recomendadas pelo FMI. O Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação Financeira dos Estados, em 1995, seria um marco de alinhamento dos governos estaduais e municipais às intenções do governo federal. O auxílio financeiro estaria condicionado à

reforma do setor público estadual, ajuste patrimonial, metas de ajuste fiscal, controle salarial, corte de pessoal, privatização e concessão de serviços públicos. Dessa forma, os estados da federação se adequavam ao esforço nacional de ajuste das contas públicas, redução dos gastos com pessoal, redução dos gastos sociais e focalização das políticas sociais<sup>32</sup> (LOPREATO, 2002).

O comportamento da estrutura de gasto, do Estado da Bahia, mostra bem o alinhamento do governo estadual às diretrizes vindas dos organismos multilaterais, repassadas pelo governo federal. O gasto com pessoal cai de 39% da despesa, em 1990, para 37,2%, em 1999. Em contrapartida, juros e amortização, juntos, passam de 10,8%, para 13,5%, no mesmo período.

Os esforços feitos pelo estado para alinhar-se às diretrizes neoliberais não foram poucos. A Bahia foi exemplar nesse sentido. Motivo de orgulho para os que comandaram o executivo nos anos 1990, o ajuste das contas públicas, a privatização das empresas estatais, a redução do funcionalismo público, bem como o arrocho salarial praticado, deram forma à coalizão de forças hegemônica.

O Programa Estadual de Desestatização buscava o saneamento financeiro via ajuste fiscal e a modificação nas formas de atuar sobre o desenvolvimento sócio-econômico. Seguindo as prioridades definidas no Plano Nacional de Desestatização, os setores energético, transporte e financeiro seriam os primeiros.

O apoio do governo federal, executado pelo BNDES e pelo Banco Central, mediante a liberação de recursos financeiros para sanear as empresas a serem vendidas, foi feito através do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual (BAHIA, 2002). Vendas, concessões e arrendamentos foram efetuados pelo Estado da Bahia entre 1990 e 2001, entregando à iniciativa privada hotéis, terminais de transporte, pesquisa e lavra de direitos, sistema *ferry-boat*, Coelba, estrada do côco/linha verde, Baneb e Bahiafarma (extinta), restando ainda a Bahiagás e a Embasa, que tiveram seus processos de privatização suspensos.

---

<sup>32</sup> A perda de autonomia da política fiscal dos estados e municípios aumenta, nos anos 1990, com a renegociação dos contratos de empréstimos internos (agências federais e empréstimos, INSS etc.) e externos (BID, BIRD, FMI etc.). Em 1992, o Fundo de Estabilização Fiscal imporá ainda mais restrições, concretizando, em 1996, o confisco de 20% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Esse processo culmina com a lei Kandir, de 1999, que cria incentivos à exportação com recursos do IPI e do IR e, por fim, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, limitando os gastos do setor público e obrigando o equilíbrio entre receita e despesa.

O Estado modificou a estrutura do seu funcionalismo público, com a redução da participação dos trabalhadores celetistas - de 80%, em 1994, para 68,6%, em 2001, e o aumento da proporção dos funcionários em regime de trabalho temporário, de 2,8%, em 1994, para 6,4%, em 2001 (BAHIA, 2002).

O fim dos incentivos fiscais e a abertura comercial, que seria praticada nos anos 1990, debilitou a economia baiana, explicando, em parte, a relativa estagnação econômica no período. A concentração dos rendimentos do capital implicou uma concentração da renda também entre a classe trabalhadora, haja vista a reduzida criação de postos qualificados, fato corroborado pela característica da ampliação sofrida pela Refinaria Landulfo Alves de Mataripe - RLAM e pela reestruturação do Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC, que gerou redução do emprego direto, reconcentração do capital e do controle em favor das empresas sediadas no Sudeste.

Além disto, em meio à emergência de novos pólos de desenvolvimento, como Barreiras e Juazeiro, a cacauicultura perde fôlego e o resto do estado padece à mingua, à espera dos recursos federais repassados<sup>33</sup>. A RMS, espaço que mais investimentos absorveu ao longo das últimas três décadas, não conseguiu oferecer à sua população condições dignas de vida (OLIVEIRA, 2000a).

Mesmo após o ciclo expansivo dos anos 1960-80, em meio às peculiaridades “da integração da Bahia e particularmente de Salvador no processo de expansão do capitalismo oligopolista no Brasil” (OLIVEIRA, 1987a, p. 59), a RMS jamais presenciaria a promessa do pleno emprego.

Com uma oferta de trabalho amplamente diversificada e precarizada, o salário mínimo constituía um mecanismo legal de exploração da força de trabalho, capaz de permitir uma taxa de lucro exorbitante para os setores oligopolistas. Eram 23,6% dos homens e 56,7% das mulheres, no início dos anos 1980, ganhando abaixo do salário mínimo, contribuindo para a proliferação do trabalho doméstico e estratégias de sobrevivência não capitalista, como a produção de um conjunto de serviços e não-mercadorias das e para as classes e grupos de classes mais pobres.

---

<sup>33</sup>É de grande significado o volume de recurso recebido pelos trabalhadores aposentados do estado, provenientes da previdência social. Para a grande parte das populações que vive no interior do estado, sem qualquer perspectiva de auferir uma renda mediante uma atividade assalariada, a dependência da aposentadoria e dos programas assistências do Estado é total.



Oliveira (1987a) chama a atenção para o caráter ideológico do discurso que acompanhava o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista e o seu modelo de integração social, que ignorava as relações de exploração típicas desse modo de produção. As indústrias aqui instaladas, sem dúvida, criaram um grupo diferenciado dos demais, com diferentes conotações reivindicativas, em função de suas condições de trabalho (salário e qualificação), mas com uma representatividade reduzida no conjunto da classe trabalhadora, embora os embates com o capital tenham sido inúmeros ao longo da década de 1980.

Se, mesmo com esse surto de desenvolvimento, não houve grandes modificações na qualidade de vida da população de boa parte do Estado<sup>34</sup>, que continuava sem moradia, sem emprego, sem acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, ficava claro que esse não era o objetivo desse padrão de desenvolvimento. Na verdade, a pobreza era uma condição para esse modelo excludente de modernidade. O milagre baiano, expressão de um certo rompimento com velhas oligarquias, se convertia em tragédia, pois agora articulava-se, de forma subordinada, à dinâmica reprodutiva de um milagre econômico que ocorria em nível nacional.

Atrasado e periférico, o processo de modernização da estrutura produtiva não foi capaz de amenizar as contradições do seu desenvolvimento, expostas, também, nas práticas que viabilizaram tal processo, como as políticas de incentivos fiscais-financeiros às empresas, aqui recém-chegadas, e a grilagem de terras. Com terras e mão-de-obra baratas, mais atrativa se torna a Bahia para receber os investimentos. Além disso, no tocante às classes representativas das forças políticas regionais, a sua incapacidade de realizar grandes inversões e a conseqüente dependência de fatores exógenos para alavancar a economia do estado, colocavam estes setores hegemônicos sempre à mercê dos conluios políticos, fechados em nível nacional. Para Oliveira,

no caso da Bahia, uma região periférica, a sucessão de Reformas e Planos refletiam o que ocorria no âmbito dos interesses hegemônicos, nem sempre regionais, na busca de apropriação dos espaços de acumulação e poder estratégico, ao que os Estados regionais se ajustavam. Esses Estados regionais, tais como aqui concebidos mais se assemelham a Estados-geléia, permanentemente amoldáveis às necessidades e

---

<sup>34</sup> Em 1999, o percentual de domicílios com uma renda de até 2 salários mínimos era de 44,3% (CORECON, 2001, p. 256, Tab. 15); 78,7% dos domicílios possuíam energia elétrica (CORECON, 2001, p. 256, Tab. 16); 34,51% possuíam rede de esgoto geral ou pluvial e apenas 42,73% possuíam canalização ligada à rede geral de abastecimento de água (SANTOS, 2007).

exigências dos setores dominantes das classes hegemônicas (OLIVEIRA, 2000a, p. 18).

O declínio desse período de industrialização<sup>35</sup> (não ampliação dos investimentos, nem dos empregos) junto ao perdurar da crise das economias centrais (que acabou por recondicionar o acesso a recursos externos) e o avanço das políticas neoliberais, nos anos 90 (com a intensificação do ajuste do capital e as transformações decorrentes dele), debilitaram, ainda mais, a frágil estrutura do mercado de trabalho soteropolitano, reforçando características das décadas de 60 e 70: desemprego estrutural<sup>36</sup>, informalidade e baixos rendimentos.

Nesse sentido, as elevadas taxas de desemprego na RMS, atualmente, encontrariam explicação no modelo de desenvolvimento anteriormente introduzido e no seu desmonte, a partir dos anos 1990, com os desdobramentos, no plano regional, dos entraves sofridos pela economia nacional e pelas imposições da ofensiva neoliberal sob a égide do Consenso de Washington. Para Lopreato,

as políticas macroeconômicas de contenção da demanda agregada e da necessidade de financiamento público passaram a definir os parâmetros de atuação dos governos estaduais ‘transformando’ questões referentes à rolagem da dívida e à abertura de frentes de financiamento em decisões marcadas por forte cunho político (LOPREATO, 2002, p. 91).

Esse crescimento acima da média no número de desempregados na RMS se deu em função da limitada capacidade de geração de novos postos de trabalho e à inserção periférica na economia nacional, com ênfase em atividades de baixo valor agregado do setor terciário. Outros fatores explicativos seriam a reestruturação produtiva do parque industrial, a abertura da economia, a recessão e a perda da capacidade de financiamento por parte do governo do estado, refém dos investimentos federais, que foram, também, reduzidos em função das reformas impostas pelo FMI ao Estado brasileiro (GHIRARDI e TEIXEIRA, 2000).

---

<sup>35</sup> Entre os anos 1960-80, tivemos um incremento, ainda que modesto, na oferta de postos de trabalho de “qualidade” (socialmente protegidos e com salários elevados em relação à média geral do estado da Bahia), porém, restritos à região do Recôncavo. Houve uma intensificação da migração em direção à capital do estado nesse período, justamente em função da alocação desses investimentos ter se concentrado na RMS. O destino da fração excedente de mão-de-obra seria as ocupações precárias no mercado de trabalho e a acomodação em invasões nos entornos da cidade (ALMEIDA, AZEVEDO e CARVALHO, 2001).

<sup>36</sup> Segundo Oliveira (1987b), tem-se observado que as economias movidas por um processo competitivo intenso, de mercados e tecnológico, tendo em vista a obtenção do lucro máximo, promovem, como uma conseqüência do seu próprio movimento, a desocupação da força de trabalho, agravada pela assimetria do processo de crescimento e das periódicas crises que o acompanha.

**Tabela 8 – PIA, PEA, taxa globais de participação e taxas de desemprego total. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004)<sup>37</sup>**

PERÍODO	POPULAÇÃO	PIA	PEA				TAXAS
			TOTAL	OCUPADO	DESEMPREGADO	PART.(PEA/PIA)	DES.TOTAL (DES/PEA)
1997	2.803	2.254	1.352	1.056	296	60,0	21.9
1998	2.862	2.316	1.378	1.032	346	59.5	25.1
1999	2.923	2.380	1.425	1.024	401	59.9	28.1
2000	2.985	2.446	1.480	1.069	411	60.5	27.8
2001	3.048	2.515	1.539	1.103	436	61.2	28.3
2002	3.113	2.584	1.592	1.140	452	61.6	28.4
2003	3.179	2.654	1.664	1.170	494	62.7	29.7
2004	3.246	2.728	1.700	1.263	437	62.3	25.7

Fonte: PED-RMS - Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Os números da tabela 8 são bem representativos das dificuldades da classe trabalhadora. Uma taxa de desemprego de dois dígitos, por mais de 8 anos consecutivos, para além de engrossar o exército de reserva, colocando mais de 400 mil trabalhadores desocupados, tem forte relevância na explicação dos elevados índices de homicídio na cidade. Foram 3.369 assassinatos entre 1996 e 1999, com 3.407 assaltos a ônibus em 1998 (OLIVEIRA, 2000a). O ano de 1998 é talvez o momento em que essa situação mostra seu caráter mais adverso, quando o incremento na PEA é de 24 mil trabalhadores e o aumento absoluto do número de desempregados é de 50 mil trabalhadores.

Embora as reformulações na estrutura produtiva não tenham sinalizado para uma reconcentração do PIB, neste ou naquele setor, diríamos que houve uma reestruturação nos processos organizacionais e produtivos e nas relações com os trabalhadores. Isto resultou em mudanças nas características das ocupações do mercado de trabalho, bem como sobre os níveis de renda, impactando diretamente sobre as condições de vida da população. Olhando a reestruturação produtiva da RMS, observamos que houve uma leve redução do emprego industrial, terceirização da produção e do emprego, com mudanças nas relações de trabalho, expressa particularmente na queda na renda do trabalhador (CARVALHO, ALMEIDA E AZEVEDO, 2001).

<sup>37</sup> Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

**Tabela 9 – Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004)**

PERÍODO	IND. TRANSF.	CONST. CIVIL	COMÉRCIO	SERV. PROD <sup>38</sup> .	SERV. PESSOAIS <sup>39</sup>	SERV. DOMÉST.	OUTROS
1997	8,1	5,3	17,2	30,8	25,2	11,2	2,2
1998	8,2	5,3	16,7	31,4	26,6	<b>10,2</b>	1,6
1999	8,1	5,6	15,4	32,1	27,1	10,2	1,5
2000	8,3	5,4	15,6	32,3	25,9	10,9	1,6
2001	8,4	5,7	16,7	32,3	25,7	10,2	1,0
2002	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
2003	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
2004	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3

Fonte: PED-RMS - Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

A reestruturação produtiva na RMS não trouxe grandes impactos na distribuição dos ocupados, permanecendo o peso significativo do setor terciário no total da ocupação. Mas chama a atenção o elevado percentual de trabalhadores ocupados em serviços domésticos e pessoais, evidenciando o caráter precário das ocupações na RMS, já apontado por Oliveira (1987a).

O efeito desses ajustes sobre a classe trabalhadora variou apenas no grau de intensidade, atingindo até mesmo os trabalhadores qualificados, com maior tempo de escolaridade. Se olharmos com mais cuidado, perceberemos que a reestruturação produtiva eliminou postos em setores que tiveram uma intensa renovação tecnológica e organizacional ou que sofreram processo de privatização, como o ramo petroquímico, ramos da indústria de transformação, bem como o aparelho do Estado (BORGES, 2003a). Os empregos criados no setor terciário, para além do fato de não terem conseguido absorver o excedente da indústria, tiveram como características as baixas remunerações, ausência de vínculo empregatício e exigências menores de qualificação. A tecnologia e a reorganização do processo de trabalho economizaram mão-de-obra nos diversos níveis hierárquicos das organizações empresariais, desempregando milhares de trabalhadores de nível superior e levando-os a montar estratégias cada vez mais baseadas em uma necessidade de qualificação.

<sup>38</sup> Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

<sup>39</sup> Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

A tabela 10 demonstra o claro empobrecimento da classe trabalhadora no período analisado. Mesmo aqueles que se encontravam no topo do grau de instrução, com 3º grau completo, sentiram os impactos da recessão. A perda real na renda foi de R\$ 681,00, mais de 20% do rendimento médio. A queda no rendimento real deu-se, também, entre os analfabetos, que já se encontravam em situação difícil, como fica claro pelo seu nível médio de renda, que não chegava a R\$ 290,00, em 1997, caindo a R\$ 240,00, em 2004. Até mesmo aqueles que lograram entrar na universidade viram sua renda cair, de R\$ 1.207,00, em 1997, para R\$ 799,00, em 2004.

**Tabela 10 – Rendimento real médio dos ocupados por grau de instrução<sup>40</sup>. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004) em R\$.**

PERÍODO	ANALFABETO	1º INCOMP.	1º COMP. / 2º INCOMP.	2º COMP./ 3º INCOMP.	3º GRAU
1997	289,00	423,00	679,00	1.207,00	3.130,00
1998	307,00	411,00	587,00	1.159,00	3.169,00
1999	273,00	410,00	643,00	1.018,00	2.690,00
2000	293,00	390,00	591,00	1.035,00	2.705,00
2001	300,00	438,00	555,00	967,00	2.682,00
2002	256,00	403,00	519,00	924,00	2.682,00
2003	236,00	363,00	469,00	769,00	2.255,00
2004	252,00	355,00	459,00	799,00	2.449,00

Fonte: PED-RMS - Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

A tabela 11, abaixo, mostra que, do total dos ocupados, o percentual de assalariados, autônomos e domésticos, que precisam vender a sua força de trabalho para auferir uma renda, não se alterou substancialmente, passando de 92,4% em 1997, para 93,2%, em 2004. Os trabalhadores que não têm a carteira assinada elevam a sua representatividade de 11,1%, em 1997, para 11,7%, em 2004.

<sup>40</sup> Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Abril – 2007.

**Tabela 11 – Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004), em %.**

<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>ASSALARIADO</b>								
<b>Valor total<sup>41</sup></b>	<b>56,3</b>	<b>58,1</b>	<b>59,3</b>	<b>59,2</b>	<b>60,9</b>	<b>60,6</b>	<b>61,2</b>	<b>59,3</b>
Ass. Setor Privado	40,2	41,3	43,6	44,3	46,7	46,1	47,5	45,6
C/ Carteira Assinada	29,1	30,3	32,5	32,8	34,6	34,5	35,8	33,9
S/ Carteira Assinada	11,1	11,0	11,1	11,5	12,1	11,6	11,9	11,7
Ass. Setor Público	16,2	16,8	15,7	14,9	14,3	14,4	13,5	13,7
<b>AUTÔNOMO</b>								
<b>Valor total</b>	<b>24,9</b>	<b>23,5</b>	<b>23,4</b>	<b>23,0</b>	<b>21,9</b>	<b>22,7</b>	<b>22,4</b>	<b>23,0</b>
Trabalha P/ Empresa	5,3	4,5	4,4	5,1	3,6	3,8	3,9	3,7
Trabalha P/ O Público	19,6	18,9	19,0	17,8	18,3	19,0	18,5	19,3
<b>EMPREGADOR</b>								
<b>Valor total</b>	<b>3,8</b>	<b>4,3</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>	<b>3,8</b>	<b>4,1</b>
<b>EMPREGADO DOMÉSTICO</b>								
<b>Valor total</b>	<b>11,2</b>	<b>10,2</b>	<b>10,2</b>	<b>10,9</b>	<b>10,2</b>	<b>10,0</b>	<b>10,5</b>	<b>10,6</b>

Fonte: PED-RMS - Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

A tabela 12 demonstra o perfil dos postos de trabalho na RMS. As tarefas mais cobiçadas, que geralmente pagam os melhores salários - embora tenhamos visto que não são tão bons assim – oscilaram, entre 1997 e 2004, de 12,8%, para 11,7%, demonstrando não só o reduzido número de postos “ditos” qualificados, ligados à tarefas de direção, gerência e planejamento, mas também a sua diminuição em relação aos demais, reforçando, assim, as teses de que a criação dos empregos na RMS, nos últimos anos, se deu, predominantemente, em tarefas com baixa exigência em termos de qualificação.

**Tabela 12 – Distribuição dos ocupados segundo categoria ocupacional. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004), em %.**

<b>Distribuição dos Ocupados</b>	<b>Período</b>	
	<b>1997</b>	<b>2004</b>
Ocupados	100	100
Tarefas de Direção, Gerência e Planejamento	12,80	11,70
Tarefas de Execução	54,90	54,30
Tarefas de Apoio	20,50	21,10
Mal definidas	11,80	12,90

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

<sup>41</sup> Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Assistimos, na RMS, a precarização dos vínculos empregatícios do profissional qualificado, bem como da sua renda, transformando seus contratos estáveis em vínculos agora estabelecidos entre empresas. Isto ocorreu porque, ao ser desempregado, o trabalhador foi orientado pela empresa que o demitiu a se tornar uma pessoa jurídica, sendo o empresário de si mesmo, atuando como prestador de serviço. Parte da terceirização, o objetivo desta política do capital era justamente deixar de arcar com o ônus dos custos trabalhistas, bem como poder se ajustar às oscilações na demanda.

**Tabela 13 – Registro em carteira e rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica. Região Metropolitana de Salvador (1997 – 2004)**

Período	Setor de atividade (R\$)			Carteira de trabalho (em mil)	
	Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada
1997	1.164	740	792	985	444
2004	978	528	681	789	432

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pelo rendimento real médio trimestral fica visível o empobrecimento da classe trabalhadora do setor privado, com recuo da renda, nos três setores, tanto para os trabalhadores de carteira assinada, como sem carteira assinada. No setor industrial o recuo foi de R\$ 1.164,00, em 1997, para R\$ 978,00, em 2004; no comércio de R\$ 740,00 para R\$ 528,00; e no setor de serviços, de R\$ 792,00 para R\$ 681,00, no mesmo período.

Com 82% do PIB da RMS concentrados em atividades terciárias, em 1998, a ocupação da classe trabalhadora estaria concentrada em postos de trabalho com baixa remuneração, alta rotatividade e contratos temporários (como hotelaria, serviços de alimentação, transporte, armazenagem e comunicações, serviços financeiros e empresariais). Em 2004, estes serviços eram responsáveis pela ocupação de 87,4% da mão-de-obra da capital do estado.

Independente da variável analisada (cor, idade, gênero, escolaridade ou posição na família), o fenômeno do desemprego aberto, de longa duração, se generalizou nos anos 1990, na RMS (BORGES, 2005). A redução dos trabalhadores com carteira assinada fazia parte da ofensiva neoliberal, jogando milhares de trabalhadores na informalidade, recriando velhas estratégias de contratação da mão-de-obra, ou mesmo burlando a lei com

falsos estágios e cooperativas, transformando o contrato de trabalho num contrato civil de prestação de serviço.

Mesmo o que se convencionou chamar de “núcleo estruturado” da força de trabalho (protegido pela CLT e pelo Estatuto do Funcionário Público) vem sofrendo forte precarização, com depreciação dos salários, perda de direitos e redução da sua participação no total da classe trabalhadora. Para o “núcleo não estruturado”, que aglutina os demais trabalhadores jogados à própria sorte, marginalizados, a RMS não ofereceu outras alternativas.

Diante destes dados, podemos concluir que os projetos de investimentos, trazidos para a RMS e apoiados por fartos subsídios, não trouxeram grandes alterações nas condições de emprego da classe trabalhadora, contribuindo para perpetuar o quadro de aguda pobreza de grande parte da população, dependente cada vez mais dos recursos oferecidos pelo governo federal através de programas assistenciais ou previdenciários. Se os benefícios trazidos pelos investimentos atraídos não chegaram à classe trabalhadora, este fato, antes de ser um acaso, ou resultado de falhas na gestão/planejamento, prova que a intensificação da exploração da classe trabalhadora foi a contraparte necessária para torná-los rentáveis, contando com as altas taxas de mais-valia e com baixos salários. “A pobreza e a miséria se reproduziram numa proporção bem maior que a do próprio movimento dinâmico” (OLIVEIRA, 1998b, p. 57).



## **5 O PARADOXO DA PROCURA POR CURSO SUPERIOR NA RMS NOS ANOS 1990**

Diante de condições mais adversas, as alternativas para a classe trabalhadora se estreitam. Nos mais diversos estratos sociais o desemprego parece assombrar aqueles que dependem da venda de suas capacidades físicas e intelectuais para sobreviver. Os caminhos perseguidos sem dúvida não foram os mesmos para o conjunto da classe. Se não foram todos os trabalhadores que se dirigiram aos cursos superiores, a pergunta que colocamos é: Quais foram os segmentos que buscaram o curso superior? Quais as suas intenções? Sob que condições concretas ocorreu essa busca por cursos superiores?

Diante disso, mesmo não tendo feito um trabalho extensivo de coleta de dados a respeito dos matriculados em curso superior e não conhecendo em sua totalidade o nível de renda destes, podemos dizer que se trata de um segmento que possui condições de renda muito peculiares se comparado ao conjunto da classe trabalhadora da RMS. A tirar pelas mensalidades e pelo reduzido número de bolsas diante do montante total de matrículas, podemos dizer que se trata de segmentos com níveis de renda acima da média salarial da RMS. Sendo assim, a partir do conceito de classe utilizado por Przeworsky, não diríamos que se tratou de um movimento da classe trabalhadora num sentido mais amplo, mas de uma verdadeira busca individual por um lugar no mercado de trabalho.

Dito isto, não poderemos entender a natureza da procura por curso superior na RMS nos anos 1990 sem dar conta da expansão das vagas no ensino superior. De qualquer forma, mesmo que determinado segmento da classe trabalhadora tenha buscado os cursos superiores, esta busca encontra vazão com a expansão das vagas. Antes ainda, diríamos que a procura por cursos superiores não é de hoje, e está quase que enraizada na cultura da sociedade brasileira, que tem na instituição “Universidade” um meio de ascensão social e

elevação do status. Logo, se não é uma novidade a procura por curso superior, qual seria então o caráter peculiar da ampliação das vagas e das matrículas em curso superior.

A expansão das vagas do ensino superior, nos anos 1990, ocorre majoritariamente pela via privada, o que explicita o viés desse novo movimento de facilitação do ingresso nos cursos superiores. Tal movimento, parte do contexto de reformas ocorridas no Estado brasileiro e nas suas vertentes regionais, compõe a configuração sociopolítica que permitiu a aposta no curso superior num contexto recessivo.

No momento em que o capitalismo passa por mais uma crise no seu processo de acumulação, o que de alguma forma representa possibilidades de alterações nos rumos que vinham sendo seguidos anteriormente, explicações passam a ser buscadas para o fato de que, após os gloriosos vinte anos de crescimento econômico e expansão capitalista por todo o mundo, o modelo de desenvolvimento<sup>42</sup>, visto nos países centrais, centrado no consumo em massa e na ampla industrialização, não havia se espalhado pelo resto do mundo.

Entre os atores que irão protagonizar essa expansão do ensino superior, em nível internacional, sem dúvida as agências multilaterais têm lugar garantido. A orientação ideológica difundida por estas agências não visou só os Estados nacionais, mas também a classe trabalhadora, pregando um discurso de adaptação à nova ordem global. A formação de diversos *lobbies* empresariais, em nível internacional<sup>43</sup>, tem dado o tom dos documentos dessas organizações multilaterais, em especial na orientação da postura da classe trabalhadora diante da educação. O primeiro relatório desse grupo data de 1989, e apresenta teses que buscam redirecionar a educação e a formação para as demandas das empresas como meio de tornar a região (Europa) mais competitiva. Estudos e propostas têm sido os meios de insinuação e influência sobre a Europa e o resto do mundo. Desde 1987, o ERT (European Round Table) e o Business Roundtable, congênere estadunidense, vêm exercendo pressão sobre diversos temas: o Mercado Comum Europeu (1985-89), a conclusão da Rodada do Uruguai (1987-94), a legislação laboral (1988-90), a reforma educativa (1995), emprego e reforma da segurança social (2000-01) e a OMC (2002-03)

---

<sup>42</sup> Sobre o arranjo sociopolítico centrado na possibilidade de generalização da industrialização e na idéia de desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado, com metas de pleno emprego e um consumo em massa que conduzisse à redução das desigualdades, pode-se dizer que se restringiu a uns 20 países, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e, mesmo dentre estes, destacaríamos apenas sete, a saber: EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, Itália, França e Canadá. A literatura marxista produziu muitos estudos mostrando os limites intrínsecos da possibilidade do capital generalizar o desenvolvimento social, econômico e cultural (FRIGOTTO, 1998).

<sup>43</sup> No caso em questão tratamos do European Round Table (ROSA, 2007).

(ROSA, 2007). As reformas na educação superior acontecem num momento de contração econômica, em que

o capital necessita proceder ao reordenamento da divisão social do trabalho e das qualificações, para o que não é decretado o fim da massificação mas serão criadas condições (financeiras, organizativas e pedagógicas) que conduzam à travagem da expansão do sistema de ensino e à centrifugação de sua função económica (as elites altamente qualificadas versus as massas desqualificadas) (ROSA, 2007, p. 2).

A estreita articulação entre as reformas efetuadas no âmbito do Estado e as orientações dos organismos multilaterais pode ser observada, também, na valorização da educação e na sua expansão pela via privada. As reformas na educação superior estão ligadas à tese que incentiva a educação como via para a suposta empregabilidade, e prevê um ajuste ao novo contexto social em que o conhecimento é elevado à condição de fator fundamental para o crescimento do país e na busca por competitividade, em nível internacional.

As idéias defendidas pelo Banco Mundial, pela Unesco, pela OIT e pela Cepal, seguem a linha de que é preciso uma educação permanente, ao longo de toda a vida, capaz de dar ao indivíduo condições de mobilidade dentro do mercado de trabalho. É preciso instrumentalizar a educação, também do nível superior, aos interesses do capital.

O capital vê na exploração da capacidade intelectual do trabalhador a possibilidade de tirar vantagens dentro de uma organização da produção mais flexível, ágil e rápida. Uma nova linguagem educacional estaria sendo adequada, então, aos interesses do capital, reorientando a educação superior às suas demandas. Na Europa, tal processo passa pelas discussões da Declaração de Bolonha<sup>44</sup>.

A reorganização da educação superior busca justamente travar seu processo de publicização, freando o aumento de vagas na esfera pública e ampliando os incentivos à oferta de vagas na iniciativa privada. Sem dúvida, a abertura e o incentivo ao capital junto à reconfiguração institucional da educação superior foram medidas necessárias para torná-la um espaço de reprodução da acumulação e da ideologia do capital (REIS e SGUISSARDI, 1999).

---

<sup>44</sup> Acordo assinado em 19 de Junho de 1999, por 29 Ministros da Educação de países europeus, buscando promover, segundo o próprio documento, a mobilidade e a empregabilidade dos graduados, dar conteúdo real ao direito de livre circulação e reforçar a competitividade internacional do ensino superior europeu, adequando a educação superior às demandas do espaço produtivo.

A influência da OMC (Organização Mundial do Comércio) no novo tratamento a ser destinado à educação é explícita na própria forma como a organização classifica a educação. Deixando de ser um trabalho improdutivo para se tornar uma riqueza intercambiável, a educação passa a ser vista como um serviço. Dentre os serviços educacionais, a OMC destaca cinco modalidades: 1) serviços de educação primária; 2) serviços de educação secundária (médio e profissionalizante); 3) serviços de educação superior; 4) educação de adultos; e 5) outros serviços educacionais/atividades de suporte. O seu papel vai além da classificação e simples orientação por meio de documentos, organizando também reuniões entre os países e promovendo eventos internacionais, que buscam ressaltar a rentabilidade possível do comércio de serviços educacionais (SIQUEIRA, 2007).

A ampliação, nos anos 1990, da oferta de cursos de nível superior, no Brasil e na Bahia, fez parte do movimento de (re)valorização da educação como mecanismo de desenvolvimento econômico do Estado-nação e de mobilidade social dos indivíduos.

Essa expansão das vagas no ensino superior, a primeira vista, é expressão do ajuste às novas diretrizes internacionais, de liberalização dos diversos espaços sociais, bem como novas possibilidades de acumulação para os segmentos do capital que sofreram com a abertura da economia. As políticas sociais públicas passam a seguir as mesmas diretrizes do mundo do trabalho, concatenadas com o redirecionamento da intervenção social do Estado (BEHRING, 2003).

O governo Collor, que defendia, no discurso, a ampliação das vagas no ensino superior público, descumpriu a vinculação constitucional que determinava a aplicação mínima de 18% da arrecadação líquida de impostos, na educação. Com isso, deixou implícito o favorecimento da expansão das instituições privadas, se pensarmos no crescimento da demanda reprimida, embora outros entraves perdurassem dentro da própria estrutura do Estado, na expressão do órgão responsável pelo reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições, o Conselho Federal de Educação - CFE (CORBUCCI, 2004).

Ao extinguir o CFE e instituir o Conselho Nacional de Educação, o governo federal concedeu ao MEC mais autonomia nos processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado.

A política do MEC no governo FHC será caudatária das mudanças ocorridas ainda nos governos Collor e Itamar. É justamente a partir de 1995 que as verbas para as IFES sofrem reduções e há um explícito incentivo às instituições privadas. O próprio Plano Plurianual de 1996-1999 previa para o ensino superior uma melhora no ensino, a formação de recursos humanos para a modernização do país e melhorias dos controles sobre a qualidade da oferta privada destes serviços. Porém, o Poder Executivo, representante maior do processo de privatização dos espaços públicos, através do Congresso Nacional, aprovou a Lei nº 9.394/96, de caráter restrito, deixando o capítulo destinado à educação superior em aberto. O seu preenchimento ocorreria mais tarde, por meio dos decretos 2.207/97 e 2.306/97, que permitiram a diversificação de modalidades institucionais de ensino, abrindo espaço para uma interpretação concessiva ao artigo 207 da Constituição Federal, que estabelecia a obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Através desse mecanismo “legal”, ficaram liberadas cerca de 1.024 IES, sobre um total de 1.180, no ano de 2000 (SGUISSARDI, 2006).

No governo Fernando Henrique Cardoso, a educação assumiu um papel de destaque nas políticas públicas. No plano de governo do primeiro mandato, o desenvolvimento da política educacional estava voltado para ações de fortalecimento do poder político decisório, em nível local, e para o desenvolvimento científico-tecnológico, tendo em vista melhor capacitar o país para a competição no mundo globalizado. A educação torna-se requisito fundamental para o exercício da democracia e para o desenvolvimento econômico e social.

A privatização e a desresponsabilização do Estado perante o ensino superior estavam incluídas na pauta de mudanças a serem colocadas em prática. Seria o meio de ampliar a oferta de vagas, tornando o que antes era um serviço majoritariamente estatal num espaço predominantemente privado, um serviço intercambiável em todo o mundo, atrelado à lógica da acumulação e assente com as regras da competição econômica internacional. A busca da eficiência e do lucro passam a ser os objetivos destes empreendimentos educacionais.

Era prevista a mudança na sua forma jurídica, tornando-a organização social<sup>45</sup>, passando, assim, a se submeter à instrumentalidade e ao controle de microproblemas,

---

<sup>45</sup> A transformação das instituições estatais em organizações sociais acentua o processo de privatização/mercantilização da educação superior, apresentando a captação de recursos no mercado como o mecanismo mais eficiente de introdução, nessas instituições, da lógica privada (REIS e SGUISSARDI, 1999).

deslocando o seu foco de ação da criação de conhecimento para a massificação de uma qualificação mínima, exigida pelas necessidades mutantes do capital.

Para ampliar o número de vagas oferecidas era preciso, segundo o Plano Nacional de Educação - PNE, uma série de medidas preconizadas pelo Estado, que criassem o ambiente ideal para esse espaço de acumulação e difusão da ideologia do capital. Dentre elas se encontravam: a criação de um Fundo de Manutenção da Educação Superior, para o qual seriam canalizados 75% dos recursos da União destinados à educação; a ampliação do programa de Crédito Educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas, de modo que atendesse à 15% da população matriculada; e o incentivo à criação de cursos noturnos com propostas inovadoras de cursos seqüenciais e modulares.

A aprovação, pelo CFE, da criação de novas faculdades particulares foi um dos marcos da expansão do ensino superior entre 1995 e 1998. No início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi iniciada a intensificação da difusão das escolas privadas por todo o Brasil.

Para Lima,

ao longo da década de 90, desencadeia-se uma ampliação do espaço privado não somente nas atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, o que gera um aprofundamento no processo de mercantilização da educação (LIMA, 2007, p. 146).

Os organismos multilaterais propunham para a educação superior a redução das verbas públicas, justificada pelo montante de verbas recebido por esse nível de ensino. Segundo eles, o valor seria acima do destinado ao ensino básico. À educação superior caberia diversificar suas fontes de financiamento. Neste sentido, a privatização ocorre junto à liberalização dos serviços educacionais e ao direcionamento quase que forçado das instituições públicas para a esfera privada, por meio da redução das verbas públicas e do incentivo à captação de recursos através da oferta de cursos pagos e consultorias. A institucionalização de normas no sentido de desconstruir os obstáculos aos avanços desta política fica expressa no incentivo à criação de fundações de direito privado, à cobrança de taxas e mensalidades, na não contratação de professores e funcionários e no arrocho salarial.

A evolução dos números deixa claro o viés privatista das reformas na educação superior. A tabela 14 mostra o decréscimo de instituições públicas concomitante ao acréscimo de instituições privadas. O número de matrículas também demonstra que um grande contingente da população brasileira se dirigiu aos cursos superiores a partir dos incentivos à ampliação da oferta de vagas nas instituições privadas.

**Tabela 14 – Número de instituições de ensino superior, número de alunos e número de professores. Brasil (1985-2001)**

ANO	1985	2001
<b>Instituição de ensino superior</b>		
Pública	233	183
Privada	626	1.208
Total	859	1.391
<b>Alunos</b>		
Pública	556.680	939.225
Privada	810.929	2.091.529
Total	1.367.609	3.030.754
<b>Professores</b>		
Pública	64.449	90.950
Privada	49.010	128.997
Total	113.459	219.947

Fonte: Educação Superior: Reforma, Mudança e Internacionalização. Anais.-Brasília: UNESCO, SESU, 2003, p.49.

A política do governo FHC para a educação superior foi pautada no incentivo às instituições de ensino superior privadas, cabendo ao Estado legislar, normatizar e avaliar o setor. O ajuste fiscal praticado pelo governo FHC colocou sérios entraves à expansão dos gastos com a educação superior. A diminuição dos recursos para a IFES foi uma prática, ao longo dos anos 1990 (AMARAL, 2003). Contudo, houve um aumento do número de vagas<sup>46</sup> nestas instituições, mesmo sem a expansão da estrutura física ou a contratação de mais funcionários e professores<sup>47</sup>, sendo resultado da pressão do MEC para que fossem aumentadas as vagas (SGUISSARDI, 2006).

A propósito da diversificação do sistema de ensino superior no Brasil, em 2001, segundo dados do MEC/INEP/SEEC, do senso das Instituições de Ensino Superior de 2001, havia no país 1.391 instituições, sendo 11,2% universidades, 4,7% centros

<sup>46</sup> O custo/aluno, excluídos os gastos com hospitais universitários e outros não diretamente relacionados com ensino, sofreu, entre 1995-2001, uma redução de 51%, de R\$ 11.198,00 para R\$ 5.488,00 (SGUISSARDI, 2006).

<sup>47</sup> Nos anos 1990, houve uma redução de 5% dos professores e de 21% dos funcionários, junto ao congelamento de salários, tanto de professores como de funcionários técnico-administrativos.

universitários, 7,1% faculdades integradas, 74,5% faculdades, escolas e institutos e 2,4% centros de educação tecnológica. Das 156 universidades, 25% eram federais, 19,2% estaduais, 1,3% municipais e 54,5% privadas. Das faculdades integradas, 99% eram privadas; e das faculdades, escolas e institutos, que representam ao todo 1.036 instituições, 92,1% eram privadas.

De 1989 a 2001 houve no Brasil, um aumento de 35 para 39 universidades federais, enquanto que as privadas aumentaram de 39 para 85. As matrículas de alunos no ensino superior público, incluindo federais, estaduais e municipais, pularam de 584.369, em 1989, para 939.225, em 2001, enquanto que as matrículas no ensino privado pularam de 934.940, em 1989, para 2.091.529, em 2001 (AMARAL, 2003).

Para tal expansão, a esfera privada contou com outros incentivos dos governos federal e estadual. Para Davies (2002), as fontes públicas de financiamento das escolas privadas não vêm de hoje, mas dos anos 70, quando já contavam com imunidades e diversas formas de isenções e subvenções públicas<sup>48</sup>. A concessão de bolsas a alunos também seria um outro mecanismo de financiar as instituições privadas. O crédito educativo (CREDUC), criado pelo governo militar em 1975, durou até 1999 e consistia em empréstimos ao pagamento de mensalidades e manutenção dos estudantes carentes matriculados em IES privadas. Porém, a elevada inadimplência levou a sua substituição pelo FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) através da MP 1827, de 27/05/99, reeditada 25 vezes até se transformar na Lei 10.260, de 12/7/2001. A dotação orçamentária do fundo chegou a R\$ 244 milhões, em 1999, “beneficiando” 104.736 estudantes. A criação do fundo supria a lacuna deixada pela lei que acabava com a filantropia, retirando de muitas instituições montantes significativos de verbas, segundo explicações do próprio Ministro da Educação à época, Paulo Renato de Souza.

No ano de 1997, o MEC e o BNDES firmaram um acordo para abrir linhas de crédito para o Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior - IES públicas e privadas. Até 2000, o programa já teria aprovado R\$ 433 milhões para as IES privadas e R\$ 252 milhões para as públicas.

---

<sup>48</sup> Dentre as isenções estão: previdenciária, imposto de importação e consumo, contribuições fiscais sobre alimentos e outras utilidades adquiridas no exterior, doação e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF. É importante frisar que as isenções variam de acordo com a categoria em que se enquadra a instituição, se: particular, comunitária, confessional ou filantrópica. Algumas delas chegam a estar isentas de todos os impostos federais, estaduais e municipais, o que representa sem dúvida grande fonte de receita.



O período em que a expansão ganha fôlego é o mesmo tanto em nível nacional como estadual, sendo a esfera privada a mais privilegiada nesse processo. O incremento nas matrículas das IES privadas passa dos 50%, a partir de 1994, mesmo com a elevação das mensalidades em 170%, entre 1994 e 1999.

A demanda por cursos de nível superior, medida pelo total de inscrições em vestibulares, cresceu 161,6%, entre 1999 e 2002. A oferta de vagas, no mesmo período, cresceu 252,6%. O que se presenciou foram dois movimentos: na esfera pública, a proporção de candidatos por vagas subiu de 5,7, para 8,9, no período, com o índice de aproveitamento das vagas saltando de 81,4%, em 1990, para 95%, em 2002. Na esfera privada, caiu de 2,9 para 1,6 a relação de candidatos por vagas, movimento acompanhado pelo índice de aproveitamento das vagas, que caiu de 80,8%, em 1990, para 62,6%, em 2002 (CORBUCCI, 2004).

Esse processo de expansão, patrocinado pelas investidas do Estado contra as IFES e a favor da IES privadas, parece encontrar seu ponto de saturação, afinal, embora os incentivos estatais tenham sido de grande monta e importância, seus limites são bem claros. A expansão da oferta privada demonstrou, em última instância, que está diretamente relacionada à capacidade da população em arcar com os altos custos educacionais. Nesse sentido, a secular concentração da renda no país, mais uma vez, realça as contradições de uma ampliação da oferta de vagas no ensino superior pela via privada. No Brasil, segundo dados do IBGE, em 2001, 62,9% dos moradores de domicílios particulares, por classe de rendimento mensal domiciliar, ganhavam até 5 salários mínimos, enquanto que 82% ganhavam até 10 salários mínimos, o que ratifica os obstáculos à solvência da oferta, principalmente de cursos com mensalidades mais altas.

Na Bahia, esse processo de expansão ocorre mais tardiamente e com um ritmo menos acelerado, devido às próprias condições locais. Entre 1995 e 2000, o número de instituições públicas no Estado mantém-se inalterado, no entanto, o número de instituições privadas passa de 14 para 63 (ALMEIDA, 2002).

Em 2001, o Faz Universitário, em âmbito regional, também assume a tarefa de viabilizar uma parte da demanda, sendo mais um dos mecanismos de transferência de recursos públicos para as instituições de ensino superior privado. A Secretaria de Educação, empresas privadas e Instituições de Ensino Superior seriam as responsáveis pela gerência dos recursos, buscando atingir alunos da rede pública de ensino da Bahia.

A tabela abaixo mostra a evolução do ensino superior na Bahia, mesmo diante da expressiva desigualdade social que marca as precárias condições sociais da população do Estado, com elevados índices de pobreza e uma das piores distribuições de renda.

**Tabela 15 – Número de matrículas no ensino superior. Bahia (1981-2000)**

<b>Matrículas Graduação</b>	<b>1981</b>	<b>1994</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Total	38.165	53.563	73.785	100.067
Pública	18.414	34.266	43.866	50.232
Privada	19.751	19.270	29.939	49.835

Fonte: MEC/INEP

Parece que a elevada concentração da renda foi um enclave à expansão do ensino pela via privada na Bahia, o que explica a igualdade entre vagas oferecidas pelas IES públicas e as privadas, embora o incremento nas privadas tenha sido bem superior ao ocorrido nas públicas. Destacaríamos também a falta e/ou reduzida quantidade de empresários locais - a exemplo do que podemos ver em outros Estados mais ricos como Rio de Janeiro e São Paulo, com condições de arcar com os investimentos necessários ao empreendimento educacional.

Mesmo reconhecendo os limites socioeconômicos da expansão das vagas nas escolas privadas, o que não é a mesma coisa quando se trata das vagas oferecidas pelo Estado, como vimos no capítulo sobre a reforma do Estado, não retiramos a importância que teve esta expansão para a mudança do perfil educacional da classe trabalhadora, bem como para sinalizar que uma boa parte dos trabalhadores se dirigiram aos cursos superiores, mesmo privados, durante os anos 1990.

A expansão no Estado da Bahia concentrou-se na RMS, espaço onde se encontra a maior parte da população capaz de arcar com os gastos educacionais. A capital do Estado é sede de uma das duas universidades federais do Estado, sendo importante frisar que a outra foi criada recentemente. É sede também de uma universidade estadual e de duas universidades privadas. O interior do estado abriga instituições com o perfil de faculdades e institutos, enquanto que a RMS – o município de Salvador, abriga para além destas IES, universidades, públicas e privadas.

O incremento do número de ocupados cursando nível superior, na RMS, não deixa dúvida de que o trabalhador tem se direcionado às IES em busca de um diploma, visando melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Mesmo diante das dificuldades encontradas pela classe trabalhadora para cursar uma IES (mensalidades, transporte, falta de estágio bem remunerado, custo com fotocópias, livros etc), a expansão das matrículas no Estado e na RMS demonstram o monumental esforço feito para se cursar a graduação, mesmo com tão poucas certezas.

Até aqui, procuramos definir as condições socioeconômicas da classe trabalhadora, os esforços feitos pelo Estado no sentido de expandir as vagas pela via privada e os esforços feitos pela classe trabalhadora para cursar uma IES.

Como dissemos anteriormente, a idéia feita a respeito da possibilidade de ascensão social a partir da obtenção do título de graduação está bem difundida na sociedade brasileira. Alguns discursos expressam bem essa visão. Abaixo segue a reprodução da fala de um estudante/trabalhador que cursa o nível superior.

Pela concorrência no mercado de trabalho, para um melhor nível de conhecimento e quem sabe uma realização futura (estudante de Negócios Internacionais, 18 anos).

É preciso olhar para os mecanismos que possibilitaram a ampliação da oferta de vagas em cursos superiores, mas também para o contexto sociopolítico em que a mesma ocorre, para, assim, percebermos as forças sociais que entraram em ação nesse processo. A ampliação das matrículas só foi possível mediante subsídios do Estado para viabilizar esse espaço de acumulação. Com uma demanda reprimida e sem condições de arcar com o ônus, o Estado favoreceu a criação de verdadeiras ilhas de acumulação, permitindo a existência de cursos sem grandes vínculos com as mensalidades pagas pelos alunos, sobrevivendo de bolsas estudantis financiadas pelo governo e dos incentivos fiscais via isenções.

É visível o aumento da procura por cursos de nível superior, bem como do nível de escolaridade média da classe trabalhadora, na RMS. Entre 1996 e 2005, segundo dados da PED/RMS, podemos ver um nítido crescimento do número de trabalhadores com segundo grau completo, de 29,6%, em 1996, para 42,3%, em 2005, e com diploma universitário, que passou de 9,6%, em 1996, para 11,6%, em 2005. Na outra ponta, houve um decréscimo dos trabalhadores analfabetos ou apenas com primeiro grau incompleto, de 45,7%, em 1996, para 28,5%, em 2005. Porém, estes ganhos na escolaridade não foram

suficientes para alterar o perfil da “empregabilidade” destes segmentos da classe trabalhadora.

Com o elevado desemprego e a precarização das condições de trabalho, os empregadores puderam se beneficiar ao exigir maiores níveis de escolaridade em ocupações/tarefas de baixa complexidade, que não requeriam o nível de conhecimento exigido no processo de seleção. Assim, trabalhadores mais qualificados passaram a ocupar atividades mais simples. As exigências crescentes do capital na hora da contratação exerceram forte pressão sobre o comportamento da classe trabalhadora na busca por qualificação.

Sem dúvida, essa procura ocorre não exclusivamente pelo alto desemprego, que eleva a competição intra-classe trabalhadora, mas também por uma ofensiva ideológica do capital que, ao individualizar os esforços de inserção no mercado de trabalho, incentiva a busca por cursos superiores como forma de melhorar a inserção no mercado de trabalho e de se alçar à condição de “empregável”. A difusão da “empregabilidade” se dá pelos mais diversos atores sociais, desde as organizações multilaterais, órgãos do Estado, instituições privadas de mídia impressa e falada, intelectuais e até de organizações da classe trabalhadora.

O apelo midiático foi uma das formas mais diretas de procurar relacionar a educação com o emprego. Não só a imprensa, mas também a mídia televisiva e radiofônica tiveram papel na disseminação da ideologia que associa o nível de remuneração e o sucesso profissional à qualificação do trabalhador. Através dos anúncios e matérias de jornais e revistas fica explícita a tentativa de individualizar os problemas do mercado de trabalho, colocando na conta do trabalhador o seu fracasso profissional. Dentre as chamadas publicitárias, destacamos algumas como:

O Brasil está atrasado na escala dos países mais educados; perde para vários emergentes. No mundo globalizado, a competição está sendo decidida pelo diferencial do saber (Folha de São Paulo, 02/09/2007, p. A2).

Cursos de curta duração em universidades do Exterior aumentam as chances de arrumar emprego no Brasil (ISTOÉ, 20/12/2006).

Quem faz um curso de extensão universitária [que pode durar de 3 meses a semanas], lá fora, garante pontos extras no currículo (ISTOÉ, 20/12/2006).

É importante estar preparado para vencer as disputas pelas vagas. E têm mais chance de vitória aqueles que cultivam o autoconhecimento, sabem

administrar a carreira e estão ‘anteados’ nas oportunidades que aparecem (Correio da Bahia, 17/09/2006, p. 3).

A situação de Dias serve para reforçar a afirmação de que o diploma universitário deixou de ser sinônimo de emprego garantido. Se você não for uma pessoa que tem um bom relacionamento, dificilmente conseguirá um emprego (Correio da Bahia, 02/09/2007, p. 3).

Pós-Graduação Ibirapuera. Subir na profissão é bom. Estar no topo é melhor (Folha de São Paulo, 28/01/2007, p. Especial 5).

Em um mercado que às vezes se transforma em questão de horas, só o aperfeiçoamento contínuo resulta em ascensão profissional (Folha de São Paulo, 28/01/2007, p. Especial 9).

Sobre os mais diversos assuntos e pelas mais diferentes óticas, todos, no final, culpam o indivíduo pelo seu fracasso e o parabenizam pelo seu êxito. Segundo esse discurso, a inserção do país no processo de globalização, que se dá sob nova base científica e tecnológica, passa, necessariamente, pela educação básica, pela formação profissional e pela requalificação. Porém, tal formação/educação deve desenvolver conhecimentos básicos, além de atitudes e valores que ajudem na produtividade e competitividade da empresa, o que levaria à empregabilidade. A flexibilidade do trabalhador para toda e qualquer tarefa torna-se o pré-requisito primordial para se tornar empregável.

Se nos anos 1960 e 1970, a condição de graduado dava ao trabalhador visível melhora na renda, na contemporaneidade, já não se pode mais fazer tal afirmação pacificamente. O contexto anterior, para além de comportar uma maior dificuldade de acesso aos cursos superiores, era acompanhado por uma situação econômica mundial e nacional mais favorável, com ampliação do emprego no parque industrial e no próprio Estado brasileiro. Mas, numa realidade em que o desemprego estrutural é uma regra, a articulação entre educação/formação e “empregabilidade” fica enfraquecida (FRIGOTTO, 1998).

Para Behring (2003), entre as estratégias de passivização da classe trabalhadora, o discurso da qualificação como meio de criar as condições para a “empregabilidade” coloca como alternativa ao desemprego a busca de cursos e diplomas, além de fortalecer a idéia de que o desemprego estaria relacionado à falta de qualificação dos trabalhadores. A instrumentalização das organizações dos trabalhadores<sup>49</sup>, através da

---

<sup>49</sup> O declínio dos índices de sindicalização, em razão do desemprego, e a integração dos sindicatos à lógica mercantil, na dimensão político-ideológica, colocou a práxis da luta sindical nos limites do mundo da mercadoria. Ganham espaço estratégias sindicais de viés neocorporativo, através do envolvimento participativo com o capital, em troca de benefícios estritamente econômicos (ALVES, 2005).

oferta de cursos de qualificação, assim como a aplicação/implantação de medidas de flexibilização das leis trabalhistas, tem sido defendida como mecanismo de facilitação da “empregabilidade”.

As modificações da estrutura produtiva produzem rebatimentos no discurso ideológico, de maneira a torná-lo congruente com a realidade. A nosso ver, o contexto histórico em que (re)floresce o discurso da qualificação como meio de defesa contra a precarização generalizada é representativo do ajustamento ideológico às novas contradições da divisão social hierárquica do trabalho.

A busca do consentimento da classe trabalhadora, visando justificar a exploração diante dos novos modos de organização do trabalho, centraliza no indivíduo e em sua subjetividade, a nova sociabilidade. Para Pochmann

o mundo do trabalho tenderia a refletir as mutações técnico-produtivas, marcadas pela maior insegurança no emprego e elevada concorrência na população ativa (...). Novos conhecimentos científicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho (...) estes requisitos seriam indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, sendo passíveis de atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores”(POCHMANN, 1999b, p. 27).

A ideologia, consciência prática das sociedades divididas em classes, se torna um mecanismo de mobilização dos indivíduos mesmo em situações onde estes não se apercebem do movimento do qual participam ativamente. A necessidade de constante reordenamento da ordem socioeconômica estabelecida é dada, então, pelas condições mutáveis de dominação, em que a ideologia desempenha papel importante nesse processo de reajustes estruturais.

A reprodução bem-sucedida das condições de dominação “não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (MÉSZÁROS, 2004, p. 327). O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital, tem tomado formas e conteúdos diversos o longo do processo histórico de desenvolvimento da luta de classes. Segundo Frigotto,

por diferentes maneiras o caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre a sociedade e os processos educativos, ou destes com o processo produtivo. Isto nos indica, de um lado, que o capital é prisioneiro de sua contradição, de seus limites de concepção (fragmentaria) da realidade, portanto não é

onisciente e, de outro, que é confrontado por interesses da classe trabalhadora que lhe são antagônicos” (FRIGOTTO, 1995, p. 32).

Para Mészáros, “a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo, ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas” (MÉSZÁROS, 2005, p. 35). Para Machado

na medida em que as bases do processo produtivo estão postas em questão, ficam abalados os pressupostos que fundamentavam o entendimento da relação salarial como a típica forma organizada de produção de riqueza (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 92).

Sob o fetichismo do eu, os indivíduos pensam, agem e querem enquanto centros autônomos de decisão, separados uns dos outros. Contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social, o apelo ao subjetivismo e a um ideário fragmentador se fortalece diante do contexto de ataque ao *welfare state*, desemprego elevado e de fim das experiências da economia planificada (BIHR, 1998). Intensifica-se o envolvimento do assalariado, levando a um aumento do estresse e da insegurança, diante de um quadro de desemprego, o que “dociliza” o trabalhador, em meio ao aumento do contingente de trabalhadores qualificados compondo o exército de reserva. Fica evidente que a requalificação da classe trabalhadora modifica, na margem, a oferta de trabalho e não tem relação alguma com a expansão da demanda. A fixação de objetivos individuais, avaliações individuais, rendimentos, salários e promoções diferenciadas tornam-se estratégias corriqueiras de incentivo à competição entre os trabalhadores, minando a solidariedade de classe e favorecendo a fragmentação, o que contribui, para a cada vez menor resistência do trabalho diante das investidas do capital (BOURDIEU, 1998).

Giddens (1997) concebe o conhecimento como uma habilidade para adaptação ao mercado, defendendo a idéia de que uma nação deve investir em capital humano para melhorar seu padrão de desenvolvimento. Porém, esta educação não deve ser oferecida por políticas públicas universais, mas responsabilizando a sociedade civil

pelos esforços de inserção no mercado de trabalho e na busca de novas qualificações para enfrentar a sociedade do risco.

Mesmo que algumas análises venham constatando que o desemprego é mais baixo entre os profissionais de nível superior completo e que os trabalhadores com este nível de educação são os que obtêm os melhores rendimentos (FERNANDES e NARITA, 2001; CARRERA-FERNANDEZ, MENEZES e DEDECCA, 2005), estes trabalhos percebem certa fragilidade na ocupação dos trabalhadores com nível superior, o que poderia começar a colocar em xeque a tese de que a graduação é um meio seguro de ascensão social.

Régnier (2006), para nós, representa bem as teses que começam a se distanciar do discurso comum, questionando a relação entre o diploma de graduação e a mobilidade social, chegando mesmo a se apoiar em teses que negam esta relação nos dias atuais, mas cai no erro de colocar esta desarticulação em função de exigências do mercado, como fez um certo analista do mercado de trabalho, ao dizer que o ensino superior não garantia mais a empregabilidade, mas sim fatores como “*network*” pessoal.

Análises como estas ignoram o contexto atual do capitalismo, em sua fase de financeirização, que reduz, cada vez mais, a força da produção como espaço de acumulação, que desemprega sem reempregar nos prometidos novos setores e sequer concebem uma recessão mundial que se arrasta desde os anos 1970. Estas análises não levam em conta a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, a opção por uma inserção subordinada na economia internacional, a política de atração de investimentos que não gera empregos ou o estrangulamento que produz na economia o pagamento de mais de 100 bilhões de reais por ano de juros da dívida pública, durante mais de 10 anos.

Pastore (1997) e Camargo (1996), representantes do discurso dominante, defendem que há desemprego (continuado e crescente) porque a força de trabalho não está adequadamente qualificada para a nova realidade produtiva e porque a lei impede que o ajuste à competitividade global se faça via transferência de trabalhadores entre setores produtivos, ou via redução dos salários. A lei e a ordem institucional que regem as relações de trabalho impediriam a flexibilidade alocativa e salarial no mercado de trabalho, o que nos levaria ao ajuste pelo desemprego e/ou informalidade.

Esta afirmação se contradiz não só pelo desemprego estrutural, mas quando confrontada com estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do



SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados). Segundo estes, o mercado de trabalho nacional é um dos mais flexíveis do mundo. Há uma enorme flexibilidade salarial e alocativa, com inteira liberdade aos capitais produtivos em momentos de choque econômico (CARDOSO, 2003).

O deslocamento das causas do desemprego de suas origens estruturais, ligadas às das relações sociais que têm o capital como eixo fundamental, para aspectos individuais e conjunturais, cumpre um papel importante enquanto ideologia capaz de dissuadir a ação da classe trabalhadora, ao colocar a “empregabilidade” e a precarização dos trabalhadores diretamente relacionadas à falta de qualificação, delegando, ao trabalhador, a tarefa de sair da condição de desempregado. A teoria do capital humano teve grande papel na difusão destas idéias.

Para Frigotto

o corpus conceptual da teoria do capital humano é produzido para explicar, em última análise, exatamente a não efetiva generalização do fordismo, quando este atingiu seu ápice. O investimento em ‘capital humano’ passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais. A teoria do capital humano passou por um intenso debate interno, na década de 60 e 70, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na definição de macropolíticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais (FRIGOTTO, 1998, p. 87).

No Brasil, a introdução destas idéias se dá no regime militar, através da reforma do ensino superior, de 1968, e do 1º e 2º grau, em 1971, estruturando o sistema de ensino dentro de parâmetros teórico-metodológicos tecnicistas e economicistas.

A valorização da educação como mecanismo de mobilidade social estaria de acordo com a necessidade, cada vez maior, do capital, de um trabalhador polivalente, flexível e adaptável aos complexos processos sociais. O apelo a uma (re)qualificação do trabalhador tanto será direcionado para construir uma nova mentalidade, assente com os novos tempos, como para colocar a qualificação como meio único de mobilidade.

Para Pochmann, “na esteira do pensamento liberal, foram retomados os argumentos favoráveis ao capital humano. Nesse sentido, a qualificação e o treinamento profissional conformariam as condições adequadas para a garantia da empregabilidade do trabalhador e a elevação do seu rendimento em um contexto de reformulação de gestão do trabalho e de organização do trabalho” (POCHMANN, 1999b, p. 35).

Essa revitalização da teoria do capital humano converge com o pensamento do Banco Mundial, para o qual a educação deve servir à formação da mão-de-obra, visando sua inserção no mercado de trabalho, mas também para satisfação das necessidades do capital. Ganham relevância os argumentos que ressaltam a inadequação entre o sistema educacional e o aparelho produtivo e aqueles alinhados com os pressupostos da teoria do capital humano, associando desenvolvimento econômico e educação. A educação passa a ser vista como fator determinante para o crescimento. As propostas educacionais erigidas sob a hegemonia de conceitos como competência, flexibilidade e empregabilidade, supervalorizam o indivíduo. Estas concepções, além de legitimar as desigualdades, despolitizam as relações sociais, colocando a qualificação dos indivíduos como reflexo dessas desigualdades, pregando uma educação diferenciada para atender a uma demanda, também diferenciada. A aquisição de competências torna-se pressuposto do fracasso ou sucesso individual. Para Baudelot, “o treinamento e as qualificações tornaram-se ferramentas essenciais para estimar o valor dos indivíduos, quando chega o momento crucial de encontrarem seu lugar na sociedade” (BAUDELLOT, 2004, p. 16).

Para Gentili (2007), embora o discurso atual tenha grande influência da Teoria do Capital Humano dos anos 1950, o aspecto peculiar dos discursos na atualidade é o fato de que a “promessa integradora”, parte do contexto socioeconômico da época, hoje, já não tem mais sentido, cabendo, então, ao capital, atualizar seu discurso e colocar a educação como um meio de se preparar para o acaso, a instabilidade, principalmente após a assunção de que uma certa margem de desemprego é parte da lógica sistêmica.

O conceito de “empreendedorismo”, nesse sentido, faz mais jus ao momento do que a “empregabilidade”, afinal, segundo a ortodoxia, o emprego está escasso, o que deve levar o trabalhador a tornar-se empresário de si mesmo. Daí surgem conceitos como *marketing* pessoal e *network*, que enfatizam a postura do indivíduo na criação de sua própria sobrevivência.

A redescoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador por parte do capital foi resultado mais dos problemas e contradições próprias do processo de acumulação, de saídas para a crise de organização e regulação fordista, do que de um direcionamento à novas formas de sociabilidade, para além do capital. Novos conceitos como qualidade total, flexibilidade, polivalência, participação e valorização do trabalhador, relacionados à organização do trabalho e à qualificação do trabalhador, surgem em meio à crise econômica e ao processo de reestruturação produtiva. A adaptação à nova ordem

econômica mundial se deu introduzindo novas formas de gestão da força de trabalho (trabalho em equipe e os círculos de qualidade), buscando a identificação do trabalhador com os objetivos da empresa (FRIGOTTO, 1995; CLACSO, 2005).

A informalidade, ao se tornar prática comum nos países centrais, passa a estar identificada com “flexibilidade” ou “desregulação”. Nesse sentido, modifica-se, também, o seu uso. Conceitos como empregabilidade/empreendedorismo, utilizados para enquadrar a situação de informal - aquele que não possui emprego dentro das relações salariais identificadas com o fordismo e sua proteção social, passam a ser identificados com a nova realidade. Assim, coloca-se o problema da condição informal, antes tida como expressão fenomênica da exploração capitalista, associado à uma realidade que se impõe aos trabalhadores com certo ar de inevitabilidade, cabendo a estes adaptarem-se, pois a utopia da sociedade do trabalho teria esgotado suas energias. Nesse sentido,

ao contrário do investimento crítico que representou o desenvolvimento da noção de informalidade como elemento significativo da compreensão do mundo social durante sua longa vigência, o par ‘empregabilidade/empreendedorismo’ adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se preferir, um termo mais agressivo, de ‘domesticação’) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança (MACHADO da SILVA, 2002, p. 101).

há claros indícios de que a empregabilidade/empreendedorismo vem se transformando no coração de uma cultura em gestação, muito distinta da que correspondeu à história do assalariamento. Como é sabido, o ideal de mobilidade técnica, representado pela proposta de substituir a especialização por uma polivalência que torne o trabalhador apto ao desempenho de ocupações com conteúdos diferenciados, caminha junto com a defesa da competitividade, da autonomia profissional e da independência pessoal. Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do ‘novo trabalhador’ como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública de disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo (MACHADO da SILVA, 2002, p. 105).

Até os anos 70, havia um acordo entre trabalhadores, empresários e sindicatos quanto à exigência de habilidades do trabalhador e sua alocação no processo produtivo. Essa situação reverte-se com as novas condições da concorrência internacional e a crescente instabilidade, na qual as empresas passam a requerer mudanças na forma de regulação do processo de trabalho, implicando maior liberdade na alocação do trabalhador

dentro do processo produtivo. A necessidade de constante reorganização do processo de trabalho demanda do trabalhador a flexibilização do contrato de trabalho e uma certa versatilidade para atuar em diferentes áreas da empresa. Nesta nova lógica, a questão da qualificação adquire um outro caráter. O controle social sobre o uso do trabalho, que priorizava as ocupações, os níveis ocupacionais e os postos de trabalho, não mais determina este processo. Surge uma nova noção de competência, que vem a reboque do processo de reorganização produtiva e de uma relação individualizada do trabalhador com a empresa. As competências específicas são deixadas de lado e prioriza-se aspectos mais subjetivos. Com isso, busca-se um profissional com um maior nível de qualificação, porém para atuar em tarefas menos complexas (DEDECCA, 2004).

A ida aos cursos superiores, movimento observado no seio da classe trabalhadora, foi um dos impactos do contexto de elevado desemprego e forte apelo para a qualificação. Nas IES, onde o princípio liberal norteia a educação, esta volta-se para o mercado de trabalho e tem como princípio a livre concorrência dos indivíduos, confrontando seus talentos e sobrevivendo os melhores (MINTO, 2007).

A manutenção do status social, evitando uma queda nos níveis de renda e consumo, também se encontra entre os impulsionadores dessa busca por qualificação, levando os trabalhadores a se submeterem às exigências do capital e a reproduzir o discurso oficial que mascara os verdadeiros motivos da precarização. O ideal do status cumpre um papel ideológico de promover incentivos, não só materiais, mas simbólicos. Contudo, não passa de uma falsa aparência, se confrontado com a condição estrutural da classe trabalhadora. Embora individualmente possa haver modificações substanciais nos padrões de vida, estas se restringem à dimensão individual, permanecendo os grandes contingentes da classe trabalhadora na mesma condição em que se encontram. A tão difundida mobilidade social<sup>50</sup> é real apenas em sua aparência, pois a condição alienada do trabalhador assalariado não se desfaz com a ascensão na renda e no consumo. Isso reforça nossa idéia de que o móvel da ação é a unidade contraditória das relações sociais de produção e sua expressão ideológica.

---

<sup>50</sup> Concordamos com Miliband (1972) ao fazer referência ao período 1945-1970 e suas tão propagadas melhorias nos padrões de consumo. Para ele, a “tal insistência na mudança dos padrões de consumo é duplamente enganadora: em primeiro lugar, porque sistematicamente subestima as enormes diferenças que continuam a existir, tanto qualitativa como quantitativamente, de consumo das classes trabalhadoras e de outras classes. Em segundo lugar, porque o acesso a mais bens e serviços, por mais desejável que sejam, não afeta basicamente o lugar da classe operária na sociedade e as relações entre o mundo do trabalho e o mundo do capital (MILIBAND, 1972, p. 42).

A disseminação de uma ideologia que busca fazer o trabalhador incorporar uma nova postura diante da realidade do mercado de trabalho pode ser evidenciada através da fala dos próprios trabalhadores. Dentre os motivos que a amostra<sup>51</sup> por nós entrevistada apontou como relevantes para sua ida aos cursos superiores se encontravam idéias referentes à exigência do mercado de trabalho, melhoria de vida, profissionalização e realização pessoal.

Se não há emprego qualificado para absorver esta mão-de-obra e mesmo assim o governo, alguns sindicatos e o capital continuam incentivando a ida aos cursos superiores, abre-se a possibilidade de pensarmos que este movimento de expansão das vagas pela via privada tem tido um papel importante na reprodução da ordem dentro das atuais condições de dominação a que submetem a classe trabalhadora. Manter uma falsa esperança de inserção conduz à perpetuação de uma atitude que em vez de questionar as condições degradantes em que se encontram, fortalecem-na. A busca de saídas individuais para se inserir no mercado de trabalho só reforça a condição precarizada. A ilusão de uma possível integração à ordem do capital contribui para a reprodução social em nível mais geral, uma vez que o adestramento que estas IES realizam, ao disseminar a sua ideologia liberal, mantém em estado de latência a esperança de ser absorvido pelo mercado mediante a diferenciação através da escolaridade e afasta qualquer possibilidade questionamento ideológico e prático dessa situação.

É interessante ressaltar como as falas estão relacionadas à mobilidade social, melhoria de status, reconhecimento profissional, estabilidade financeira etc. Embora o varie o grau de intensidade, o otimismo está presente na maior parte das falas. Parece que a incorporação do discurso da qualificação como um dos caminhos para enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho é um fato.

As estratégias de qualificação visaram como objetivo final uma melhoria nos padrões de vida. Mesmo diante das dificuldades apresentadas pelo mercado de trabalho da RMS, principalmente para aqueles que esperam ocupações que remunerem melhor, todos

---

<sup>51</sup> O universo da pesquisa qualitativa efetuada foi de 60 alunos de graduação, de três instituições particulares de ensino superior. A UNIFACS, onde entrevistamos os alunos do 8º semestre do curso de Negócios Internacionais, a FIBE, aplicando os questionários aos alunos do 1º semestre do curso de Engenharia da Produção, e a FACDELTA, colhendo dados dos alunos do 3º semestre do curso de Administração. 48% destes alunos estavam na faixa etária de 18 a 24 anos, 34% de 25 a 31 anos, e os demais, de 32 a 45 anos. Aspecto relevante da pesquisa foi a constatação da predominância dos que trabalham e estudam e dos ocupados em empregos do setor terciário, em atividades como: chefe de recepção, auxiliar administrativo, atendente de loja, consultora de beleza, motorista, digitador etc. O quadro de respostas se encontra no apêndice B.

os entrevistados se referiram ao mercado privado, à inserção na área privada, como sendo o caminho da ascensão social. Em nenhum momento viu-se referência à graduação como meio de fazer um concurso ou qualquer carreira pública.

Outro aspecto que chama a atenção são as falas em primeira pessoa, demonstrando o caráter individualista destas alternativas, e, tendo na melhora financeira e ocupacional, a justificativa para entrada no curso de nível superior. Diante da pergunta feita: - Quais os motivos que o(a) levou a ingressar em um curso de nível superior? Alguns entrevistados assim se expressaram:

Possuir um diferencial no mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo; perspectivas de vida melhor, tanto como pessoa quanto profissional; possuir uma faixa salarial melhor do que atualmente (estudante de Administração, 21 anos).

O meu real motivo foi o desemprego no Brasil (estudante de Engenharia da Produção, 22 anos).

Ter um nível de escolaridade maior, um emprego de boa qualidade, vontade de ter um nível superior no currículo (estudante de Administração, 21 anos).

Necessidade financeira, já que ensino superior é indispensável para um bom emprego e sair da posição de oprimido pra de opressor (estudante de Negócios Internacionais, 18 anos).

Para adquirir mais conhecimentos e cada vez mais saber me defender do mundo e de todos (estudante de Administração, 23 anos).

No caso da RMS, a elevação da taxa de desemprego dos trabalhadores mais escolarizados foi a outra face da melhoria no nível de escolaridade da classe trabalhadora. Entre 1996 e 2004, a taxa de desemprego dos trabalhadores de nível superior evoluiu de 6,6% para 7,2% (BORGES, 2005).

O que se verifica não é uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho dos que auferem maiores anos de estudo, mas sim uma maior exigência dos empregadores no momento da contratação, mesmo que a atividade não requeira um trabalhador com nível elevado de escolaridade. Os trabalhadores de 18 e 24 anos são os responsáveis pela maior taxa de desemprego, segundo faixa etária, e isso se verifica também para os trabalhadores com nível de escolaridade acima dos 11 anos, entre os quais se enquadrariam os trabalhadores cursando nível superior. Dentre estes, o nível de desemprego já alcança a casa dos 23,7%.

Na área estudada, a RMS, os trabalhadores ocupados, com nível superior, tinham uma renda média trimestral de R\$ 3.000,00, em 1996, caindo para 2.181,00, em 2004. Mesmo mantendo uma posição privilegiada em relação aos demais níveis de instrução, fica claro que a precarização dos níveis de renda também afeta estes trabalhadores. Uma oferta crescente de universitários, formados principalmente pelas universidades privadas, não encontra postos de trabalho suficientes para sua absorção. Na população com 30 anos ou mais, dobrou o número de pessoas que cursam a escola ou universidade, revelando o esforço individual dos trabalhadores em busca de credenciais escolares exigidas pelo mercado. Os diplomas de graduação e pós-graduação passam a ser os atestados de atualização/aquisição de novas competências, sendo fundamentais para garantir a empregabilidade (mas não o emprego) dos ocupados e dos desempregados (BORGES, 2003b). Ainda que Borges relativize os efeitos da qualificação, creio ser um otimismo colocar estes diplomas como garantia de alguma coisa, até mesmo de uma vulnerável empregabilidade.

A estrutura do PIB baiano elucida bem o fato de não termos uma grande quantidade de postos demandantes de mão-de-obra qualificada. Ao contrário dos países centrais, que detêm 75% da produção de bens de alta tecnologia no mundo, a periferia, representada na figura da Bahia, tem uma estrutura produtiva em que predomina a produção de bens primários e de baixo valor agregado. A partir da análise do setor de serviços, responsável por mais de 70% da ocupação e absorvedor de quase metade do PIB, em 2003, é possível perceber porque os postos de trabalho na RMS são, em sua grande maioria, caracterizados por serviços de baixa absorção de mão-de-obra qualificada, a exemplo das atividades domésticas, auxiliares de escritório, trabalhadores braçais, garçons, contínuos e faxineiros.

O paradoxo de fazer um curso superior diante do atual mercado de trabalho da RMS fica mais explícita quando sabemos que o segmento não-estruturado respondeu por quase todo o aumento da ocupação nos anos 1990, representando, em 1999, 58% das ocupações. Segundo Borges (2003a), o perfil dos postos de trabalho que mais se expande é aquele pouco qualificado, de baixa remuneração, em função da expansão de etapas menos sofisticadas da produção, sem o desenvolvimento daquelas que incorporam o trabalho mais qualificado. Isso explica o fato de que apenas 38% das vagas dos trabalhadores de formação universitária estavam no setor privado, sendo o restante da Administração Pública.

Logo, as IES têm cumprido o papel de formar um vasto exército de reserva, altamente qualificado, pelo menos em termos formais, disposto a se submeter às condições mais adversas de emprego, bem como a (re)produzir um perfil de trabalhador assente com as novas determinações da acumulação flexível.

Mesmo diante de uma realidade que parece colocar em xeque a tese da qualificação como mecanismo de ascensão social, não podemos deixar de concordar com o fato de que as colocações mais bem remuneradas estão ocupadas pelos profissionais de nível superior. Mas, diferente de representar a blindagem destes contra a precarização, isso apenas nos diz que para melhores ocupações deve-se ter maior qualificação, sem que o contrário seja verdadeiro. As qualificações em si não criam nem garantem vagas no mundo do trabalho. Infelizmente, a afirmação acima vai de encontro ao discurso das instituições estatais e privadas de ensino, sindicatos trabalhistas, bem como das diversas instituições que ajudam a difundir o discurso da competitividade, do empreendedorismo e da livre iniciativa, sob o tripé da propriedade privada, da democracia representativa e do espaço do mercado como o mais eficiente na alocação dos recursos.

O trabalho polivalente, multifuncional e qualificado, sob o discurso do envolvimento participativo e da auto-iniciativa, combinado com uma estrutura horizontalizada entre diversas empresas, inclusive terceiras, visa, em grande parte, reduzir tempo de trabalho, o que, em última instância, só intensifica as condições de exploração da força de trabalho. A qualificação, então, assume a forma de uma manifestação mais ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção, objetivando, de fato, a confiabilidade do trabalhador, o seu envolvimento, a entrega da sua subjetividade à disposição do capital.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma fase estrutural pode ser concretamente estudada e analisada só depois de ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, e não durante o próprio processo, ou então somente por hipóteses e declarando explicitamente que se trata de hipótese” (Gramsci, 1977, p.89). Sendo assim, a análise da relação entre educação e emprego, nos anos 1990, na RMS, se interrompe apenas pela limitação temporal.

As mudanças ocorridas no cenário internacional após a década de 1970 foram fundamentais no redirecionamento da economia política internacional. O acirramento da concorrência, a crise no processo de valorização, o desemprego crescente e as dificuldades fiscais dos Estados nacionais passaram a compor a pauta de discussões no mundo inteiro.

O resultado foi um ajuste estrutural no intuito de retomar as taxas de lucro, diminuir o desemprego e seguir o processo de desenvolvimento econômico e social. Porém, após a implementação destas políticas, a condição da classe trabalhadora e até de certos setores do capital ficou mais desfavorável.

Sem resolver seus problemas internos, o centro do capitalismo remodelou a sua relação com a periferia, exportando o ônus da crise para os países periféricos. A reversão do fluxo de capitais foi uma das vias pelas quais a periferia pagou pelos ajustes praticados nos países centrais. A dívida pública daqueles países se tornou o canal de exportação líquida de capitais, comprometendo suas políticas internas de desenvolvimento e expansão dos serviços sociais do Estado.

Os anos 1990 foram marcantes para o Brasil, por representar o momento em que, após vinte anos de ditadura e mais quatro de indecisão política, a hegemonia neoliberal irrompe o país e promove uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais, decisivas no comprometimento da situação da classe trabalhadora.

Entre as políticas do governo federal, estavam: abertura comercial, privatização de ativos públicos, abertura de espaços para a iniciativa privada em setores antes exclusivos ao Estado (educação, saúde, previdência, energia, abastecimento de água etc.), desregulamentação dos direitos trabalhistas, flexibilização da legislação laboral, congelamento dos salários, ajuste fiscal do Estado, elevação da carga tributária, direcionamento do orçamento do governo federal para honrar compromissos com os credores internacionais, elevação dos juros para conter o consumo e a inflação e o fechamento de acordos com o FMI e o Banco Mundial em troca de empréstimos e do alinhamento à sua cartilha. Todas estas ações contribuiriam diretamente para aumentar o desemprego e precarizar o trabalho no país.

Estas medidas tomadas ao longo dos anos 1990 modificaram radicalmente tanto a estrutura produtiva do país quanto a condição de vida da classe trabalhadora. No âmbito regional, a RMS sofreu com estas medidas mais pela perpetuação das condições aqui presenciadas anteriormente do que pela destruição do parque industrial, ainda que tal fato tenha ocorrido no Estado.

Em meio a esse processo de mudanças e acirramento das condições de degradação das condições sócio-econômicas da classe trabalhadora, a expansão do ensino superior ocorre nos marcos de uma “nova” sociabilidade. Superados, segundo a ideologia dominante, os modelos alternativos ao capital, vigentes na URSS, restava agora enaltecer a lógica do capital e o mercado - instância mediadora capaz de determinar a alocação mais eficiente dos recursos e a produtividade geral da economia.

A expansão do ensino superior, para além de um espaço ainda não plenamente explorado pelo capital, abriu a possibilidade de reorientar ideologicamente a classe trabalhadora, diante das novas exigências do mundo globalizado. A ideologia pressupunha a adaptação do trabalhador à nova realidade mundial. De um lado, os incentivos feitos pelo Estado para permitir a rentabilidade dos investimentos neste novo espaço de acumulação, de outro, uma ofensiva ideológica que partiu tanto dos sindicatos, como do Estado e do próprio capital, buscando não só desvirtuar a discussão a respeito do desemprego, mas também colocar a culpa no próprio trabalhador, incentivando assim a sua ida aos cursos superiores.

Esse discurso, a favor da qualificação, teve impacto significativo sobre o comportamento dos trabalhadores, haja vista o aumento de profissionais em busca do diploma de graduação, na RMS. Mesmo diante dos baixos níveis salariais dos trabalhadores de nível superior e dos índices de desemprego, a procura por cursos de

graduação elevou-se. Contudo, cabe lembrar que, mesmo não garantindo uma blindagem contra o desemprego e a precarização das condições de trabalho, os profissionais de nível superior continuam a monopolizar as melhores posições na estrutura ocupacional. Logo, à primeira vista, esta procura expõe uma de suas contradições.

Houve um aumento do número de matrículas, aumento do número de trabalhadores escolarizados com segundo grau e nível superior, porém sem os retornos tão difundidos pelo discurso da qualificação para a “empregabilidade”. Na verdade, atualmente, estas instituições privadas sofrem com elevado número de evasões e com o baixo coeficiente vagas/matrículas. A própria condição da classe trabalhadora coloca sérios entraves a esta expansão, em razão do baixo nível de renda.

Até o momento, o caráter ideológico do discurso da qualificação parece mais forte do que sua viabilidade concreta. Queda na renda, precarização dos vínculos laborais, criação de emprego de baixa qualidade, desemprego, alta rotatividade nas ocupações, este tem sido o quadro vivido pelos profissionais também de nível superior, muito distante dos anseios que pudemos perceber a partir das entrevistas.

Sem dúvida, diante da fala dos estudantes de graduação, qualitativamente não há dúvidas de que para determinado segmento da classe trabalhadora há uma relação entre educação e mobilidade social, entendida enquanto ascensão de renda. Isso corrobora a nossa idéia de que houve uma ofensiva ideológica do capital no sentido de valorização da educação e esta teve um impacto sobre a práxis da classe trabalhadora, visto não só no seu discurso, mas na sua prática cotidiana, na sua atitude diante do mercado de trabalho. Se a educação não vem contribuindo para a tão esperada empregabilidade e se, mesmo diante da desconfiança do trabalhador, em relação aos ganhos obtidos, mantem-se a procura por curso superior, podemos concluir que as condições em que se deram a expansão das vagas e o seu sentido último tem-se configurado como um importante mecanismo de reprodução social, canalizando a ação destes trabalhadores congruente com a ordem do capital, em vez de se tornar uma contradição à ela.

A complexidade que envolve analisar a natureza do móvel da classe trabalhadora em direção a educação superior fica explícita nas contradições que cercam o assunto. De fato, educação superior sempre esteve, no Brasil, associada às melhores posições sociais. E podemos afirmar isso mesmo para os dias atuais. A referência à educação como meio de mobilidade social sempre esteve no senso comum do brasileiro. Porém, a partir dos anos 1990, a situação política, econômica e social modifica-se de tal forma que o conjunto da classe trabalhadora irá sofrer os impactos da recessão e do

desemprego, mesmo os profissionais de nível superior. Se de um lado mesmo os profissionais de nível superior passam a encarar condições adversas no mercado de trabalho, por outro, através de uma ideologia que não foi criada em terras nacionais, mas muito bem apropriada por aqui, dissemina-se a necessidade de elevar a qualificação média do trabalhador mediante incentivos à via privada. Essa expansão do ensino superior contribui para criar o ambiente de adesão à qualificação como requisito para a “empregabilidade”. A pressão exercida sobre a classe trabalhadora se dá de um lado pela competição entre a própria classe, na busca do diferencial no mercado, cada vez mais restrito, e por outro, na exigência do capital do diploma de nível superior, mesmo em atividade de baixa qualificação e remuneração. Até mesmo o Estado, com seus concursos públicos que, embora ofereçam altos salários, cobram uma carga de conhecimento que poucos, mesmo entre os privilegiados, são capazes de competir de fato pelas vagas.

Capitais em busca de valorização, exército de reserva sem perspectiva e disposto a tudo para se diferenciar, uma ideologia de massa em prol da qualificação como mecanismo de “empregabilidade” e um Estado ciente do seu papel de legitimador da ordem do capital conformaram o terreno para viabilizar a adequação da educação como espaço de acumulação de capital e de (re) produção de um trabalhador comprometido com o capital, assumindo como verdade a idéia de que para alcançar melhores condições de vida deve seguir a via do esforço pessoal para se diferenciar.

Diante desse jogo de forças, parece que a vitória momentânea tem sido do neoliberalismo, das visões individualistas, pautadas sobre a escolha racional, que colocam o indivíduo no centro da análise e no seu colo a saída da sua vida precarizada. Sem dúvida, pelo discurso da classe trabalhadora, o grande objetivo da ida aos cursos superiores foi a tentativa de inserir-se no mercado de trabalho de forma a elevar o padrão de vida. Infelizmente, os dados mostram que o nível superior não é mais garantia de uma vida financeira estável, de um futuro melhor, de uma estabilidade na carreira, mesmo que saibamos que, os poucos lugares na divisão social do trabalho que guardam estas características, mesmo que mantendo seu caráter alienado, são aqueles que exigem nível superior. Sendo assim, esse movimento de ida aos cursos superiores em meio ao processo de expansão das vagas no setor privado, tem contribuído para manter a classe trabalhadora em sintonia com os interesses do capital, perpetuando as condições atuais de reprodução social.

## REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre; LIMA, Márcia. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado de trabalho. In: **Desafios da educação superior. Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan/jun 2007.
- AMARAL, Nelson. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo, Cortez, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Unesp. São Paulo, 1996.
- ALMEIDA, P. H. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. Bahia - **Análise & Dados**, Salvador-BA, v. 12, n. 3, p. 143-157, 2002.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sérgio G; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-114, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BALTAR, P. **O Mercado de Trabalho no Brasil dos Anos 90**. Campinas, 2003. Tese (Livre-docência). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – Programa de Pós-Graduação em Economia.
- BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo, Cortez, 2004.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. Brasiliense, São Paulo, 1980.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BORGES, Ângela. A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. **Caderno do Ceas**, n 208. Salvador. Novembro/Dezembro, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social:** a Região Metropolitana de Salvador na década de 1990. Salvador, 2003b. 374p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_. O trabalho e os trabalhadores da reestruturação produtiva: algumas inquietações. **Cadernos do CEAS**, Nov/Dez, nº 220, 2005.

BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha.** Os Estados Unidos na economia mundial. São Paulo, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BAUDELLOT, Christian. **As qualificações aumentam,mas a desigualdade torna-se ainda maior.** Campinas, Pro-posições, v. 15, nº 2(44),maio/ago, 2004.

CARDOSO, Adalberto. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil,** São Paulo: Boitempo, 2003

CAMARGO, José. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: J. M. Camargo (org.), **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro, FGV Editoria, 1996. p. 11-46.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto de século XX. São Paulo, Unesp, 2002.

CARIBÉ, Clóvis. A economia baiana: possibilidades e impasses desde 1950. **Revista Humanas** - UEFS. Feira de Santana. Ano 2, n. 3, jan/jul – 2003.

CAMARA, Mamadu; SALAMA, Pierre. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. Chesnais, François (org.); São Paulo, Boitempo, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CLACSO. **Las reformas educativas en los países del Cono Sur:** un balance critico. 2005.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia. **Revista de Cultura e Política.** Nº 24, Set/1991.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo, Xamã, 1996.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação & Sociedade**. v.25, n.88. Campinas, out/2004.

CORECON. **Reflexões de economistas baianos**. Salvador, 2001.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, A. W. F.; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Diferenciações regionais de rendimentos do trabalho: uma análise das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 271-296, 2005.

DAVIES, Nicholas. **O financiamento público às escolas privadas**. Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XI, n. 27, p. 74-91. Brasília, jun-2002

DEDECCA, Cláudio. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: **Reforma do Estado & Política de Emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004.

DICIONÁRIO DE FRANCÊS. **Dicionário francês-português, português-francês**. São Paulo, 41 ed. Globo, 2006.

DIEESE. **Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção**. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001.

FERNADES, Reynaldo; NARITA, Renata. Instrução superior e mercado de trabalho. Economia Aplicada. **Brazilian Journal of Applied Economics**. Vol 51, nº 1, jan/mar, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz. A Desestruturação do Mundo do Trabalho e o Mal-estar desse Fim-de-século. **Caderno do Ceas**, Salvador - Bahia, n. 171, p. 9-29, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século** / Gaudêncio Frigotto (org.). Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998 – (Coleção estudos culturais em educação).

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. Retirado do sítio: [www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto](http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto), em 20/03/2007.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na tradição social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

\_\_\_\_\_. **A terceira via e seus críticos**. São Paulo: Record, 2001.

GHIRARDI, André; TEIXEIRA, Francisco. Reestruturação produtiva, produtividade e desemprego: as possibilidades estratégicas de desenvolvimento da RMS. Conjuntura e Planejamento. **SEI**, nº 68, Salvador. Jan, 2000.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos Avançados**, 11(29), São Paulo: 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Loyola, São Paulo, 2006.

HABERMAS, Jurgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas. **Novos estudos**, nº 18, Set/1987.

HOBSBAWM, Erick. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991**. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo**. Retirado do sítio: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/katiareginadesouzalima.doc>, em 26/01/2007.

LOPREATO, F. L. C. . **O Colapso das Finanças Estaduais e a Crise da Federação**. São Paulo: Editora UNESP - IE Unicamp, 2002.

LUKACS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto. Escorpião, 1970.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder da Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, vol. 2, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Capital. Crítica da Economia Política**. O Processo de Produção do Capital. Livro 1. v. 1. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo, São Paulo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.



MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo**. De Bretton Woods à beira da insolvência. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984.

MATTOSO, Jorge. **Crise e trabalho no Brasil**. Unicamp, Campinas, 1996.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Márcio. Globalização, Concorrência e Trabalho. **Cadernos do CESIT**, nº 17. Campinas, 1995.

MACHADO DA SILVA, Luiz. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**. Salvador, nº 37, jul/dez. 2002.

MINTO, Lalo. **O sentido histórico das reformas para o ensino superior brasileiro nos anos 1990**. Retirado da web em 01/06/2007 do Sítio: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_05.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_05.html).

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

NETO, José Meneleu. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. Teixeira, Francisco e Oliveira, Manfredo (orgs.); São Paulo, Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed – São Paulo, Cortez, 1993. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.20).

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado de Bem-Estar. O contexto político das reformas. Revista de Cultura e Política. **Lua Nova**. nº 28/29. Belo Horizonte, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Economia da Dependência Imperfeita**. 4. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. Salvador, Brasiliense, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor** – A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998a.

OLIVEIRA, Nelson. Desemprego: uma discussão em vista de caminhos alternativos. **Cadernos do CEAS**, n. 87, p. 26-39, Salvador, 1987b.

\_\_\_\_\_. Investimento e pauperização: números da miséria em sub-regiões da Bahia. **Cadernos do CEAS**. nº 176, p.37-57, Salvador, 1998b.

\_\_\_\_\_. A conversão obediente ao mandato imperial: reflexão sobre políticas de ajuste impostas pelo Banco Mundial. **Cadernos do CEAS**, Nov/Dez, nº 178, p. 21-44, Salvador, 1998c.

\_\_\_\_\_. Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação do moderno. In: **A outra face da moeda: violência na Bahia**. Oliveira, Nelson; Ribeiro, Lutz; Zanetti, José (orgs.). Salvador, p. 11-29, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Neocorporativismo e política pública:** um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado. Loyola, São Paulo, 2004.

PASTORE, José. **A agonia do emprego.** Sao Paulo, LTr, 1997.

POCHMANN, Márcio; PASTORI, José. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999a.

\_\_\_\_\_. **O fenômeno do desemprego no Brasil:** diagnóstico e perspectiva. CRUB. Campinas, 1999b.

\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização.** A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRZERWORSKY, Adam. **Capitalismo e social –democracia.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REIS, João dos Silva Jr., SGUISSARDI, Valdemar. Reconfiguração da educação superior no Brasil e redefinição das esferas pública e privada nos anos 90. **Revista Brasileira de Educação.** Jan/Fev/Mar/Abr 1999, n. 10. Retirado do sítio: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital.pdf>, em 18/06/2006.

RÉGNIER, Karla. **O que conta como mérito no processo de seleção de gerentes e executivos no Brasil:** uma análise baseada na oferta de empregos nos anúncios classificados. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, Rui. Ensino superior: a reforma ditada pela união européia. Retirado do sítio [www.janelaweb.com/digitais/rui\\_rosa32.html](http://www.janelaweb.com/digitais/rui_rosa32.html) no dia 02/06/2007. Rosa, Namorado Rui. **Olhar de um Físico.** Ensino Superior: A reforma ditada pela União Européia. 2007.

SANTOS, Reginaldo. **A economia política contemporânea e o pouco que sabemos.** Centro de Estudos de Economia Européia e Internacional, Lisboa - Portugal, v. 2, p. 1-28, 1998.

SANTOS, Reginaldo et al. Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. **Revista de Administração Pública.** v. 38, p. 7-37. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. et al. As Políticas Estatais de Saneamento Básico na Bahia. Veracidade - **Revista da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente,** Salvador - Bahia, p. 1 - 31, 30 jul. 2007.

BAHIA. **O processo de modernização do Estado: os avanços de uma década.** 1991-2001. Salvador: Secretaria de Administração: Escola de Administração da UFBA, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade.** v.27, n.96. Campinas, out./2006.

SIQUEIRA, Ângela. **A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS**. Retirado do sítio: <http://www.anped.org.br/rbe26/anped-n26-art11.pdf>, em 20/04/2007.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.15, n. 43, 2000.

SOARES, Laura. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78)

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. Expressão Popular. São Paulo, 2005.

UNESCO, SESU. Educação Superior: Reforma, Mudança e Internacionalização. **Anais - Brasília**, 2003.

**APÊNDICE A - Questionário da pesquisa: “O paradoxo da procura por curso superior na RMS nos anos 1990”**

---

Curso:

Semestre:

Idade:

Sexo:

Ocupação:

Instrução do pai:

Instrução da mãe:

**Quais os motivos que o(a) levaram a ingressar em um curso de nível superior?**

---

---

---

## APENDICE B

---

### QUADRO 1

#### MOTIVAÇÕES PARA INGRESSO NO CURSO SUPERIOR

MOTIVAÇÕES	Quantidade.
<b>Idéia de exigência do mercado de trabalho</b>	<b>30</b>
Competição no mercado de trabalho	9
Exigência do mercado de trabalho	8
Diferencial no mercado de trabalho	8
Desemprego	2
Dificuldade de emprego	2
Concorrência no trabalho	1
<b>Idéia de melhoria de vida</b>	<b>33</b>
Conseguir bom emprego	5
Fugir dos empregos ruins	4
Melhor salário	12
Estabilidade financeira	3
Status	1
Educação como meio de conquistas	1
Vida melhor	6
Vida tranqüila	1
<b>Idéia de profissionalização</b>	<b>33</b>
Sucesso na carreira profissional	2
Crescimento profissional	15
Melhor cargo	3
Especializar na área	3
Escolher profissão	3
Para se qualificar	1
Fazer carreira	4
Melhorar currículo	2
<b>Idéia de realização pessoal</b>	<b>10</b>
Realização futura	5
Realizar ideais	3
Realizar sonhos	2
<b>Outras</b>	<b>03</b>
Influência familiar	1
Pressão do patrão	1
Ser bolsista	1

Fonte: Pesquisa de Campo. Resposta discursiva. Total de 60 questionários.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)